



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 39, SEXTA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 2017

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 39ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 6 DE ABRIL DE 2017

1.1 – ABERTURA	9
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2017.	9
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	9
1.2.2 – Apresentação da música Oração de São Francisco pelo Coral do Senado	9
1.2.3 – Fala da Presidência (Senadora Regina Sousa)	9
1.2.4 – Oradores	
Senador Cristovam Buarque	12
Dom Marcony Vinícius Ferreira, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Brasília	15
Senador Hélio José	16
Sr. Luis Fernando da Silva	19
Sr. Ivo Poletto	22
Senador Paulo Rocha	26
1.3 – ENCERRAMENTO	28
2 – ATA DA 40ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE ABRIL DE 2017	
2.1 – ABERTURA	31
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	31



2.2.2 – Oradores

Senador Paulo Rocha – Manifestação contra a ação das milícias no Estado do Pará e defesa de medidas para mitigar suas atividades.	31
Senador Ataídes Oliveira – Críticas à forma de utilização da verba do Sistema S.	32
Senador Alvaro Dias – Cobrança de resposta a pedido de informações feito ao Ministério da Educação sobre a Universidade Federal da Integração Latino-Americana; e outro assunto.	34
Senador Humberto Costa, como Líder – Críticas ao Governo Federal pela gestão da saúde.	37
Senador Roberto Requião – Destaque para o projeto de desenvolvimento nacional de S. Ex ^a	39

2.2.3 – Transformação da sessão

Transformação da presente sessão, inicialmente deliberativa extraordinária, em não deliberativa	46
---	----

2.2.4 – Oradores (continuação)

Senador Jorge Viana – Preocupação com notícia, veiculada no jornal Valor Econômico , que informa a suposta elaboração pelo Governo Federal de projeto que autoriza a venda de terras nacionais para estrangeiros, sem limitação de área.	46
Senador Gladson Cameli, como Líder – Defesa da necessidade de fiscalização das obras de melhoria da BR-364; e outros assuntos.	48
Senador Romário, como Líder – Críticas à gestão da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.	52
Senadora Lúcia Vânia – Destaque para Projeto de Lei do Senado nº 744, de 2015, pautado para votação em caráter terminativo na CAE na semana vindoura.	54
Senador Reguffe – Críticas às emendas aprovadas na Câmara dos Deputados ao projeto de lei de regulamentação do transporte individual remunerado e do transporte motorizado privado.	56
Senador Airton Sandoval – Apresentação de S. Ex ^a ao Plenário; e outros assuntos	57
Senador Reguffe – Registro de posicionamento favorável ao fim do foro por prerrogativa de função e contrário ao atual texto do projeto de abuso de autoridade.	61
2.3 – ENCERRAMENTO	62

PARTE II**3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 39ª SESSÃO****3.1 – EXPEDIENTE****3.1.1 – Discursos encaminhados à publicação**

Senador Flexa Ribeiro – Reflexões acerca do tema da Campanha da Fraternidade 2017.	64
Senador Hélio José – Íntegra do discurso de S. Ex ^a , nos termos do art. 203 do Regimento Interno ...	66

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 40ª SESSÃO**4.1 – EXPEDIENTE**

4.1.1 – Comunicações

Da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (Memorando nº 41/2017). <i>Substituído o membro</i>	70
Da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia no Senado Federal, de desligamento do Senador Paulo Rocha da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (Memorando nº 42/2017).	71
Do Senador Hélio José, de participação de S. Ex ^a em missão realizada no período de 23 a 25 de março último.	72
Do Senador Roberto Requião, de participação de S. Ex ^a em missão realizada no período de 19 a 21 de fevereiro último.	72
Do Senador Humberto Costa, de participação de S. Ex ^a em missão realizada no período de 26 a 28 de março último.	72

4.1.2 – Deliberações da Mesa do Senado Federal

Deferimento dos Requerimentos nºs 122 e 685/2016; 37, 65, 69, 85, 86, 97, 98, 100, 106, 130 e 131/2017.	74
Aprovação do Requerimento nº 180/2017.	75

4.1.3 – Pareceres

Nº 23/2017-CCJ, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 64/2016.	77
Nº 27/2017-CCJ, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 77/2015.	87
Nº 24/2017-CDIR, sobre o Requerimento nº 122/2016.	97
Nº 25/2017-CDIR, sobre o Requerimento nº 37/2017.	103
Nº 26/2017-CDIR, sobre o Requerimento nº 69/2017.	108
Nº 27/2017-CDIR, sobre o Requerimento nº 65/2017.	113
Nº 28/2017-CDIR, sobre o Requerimento nº 85/2017.	119
Nº 29/2017-CDIR, sobre o Requerimento nº 86/2017.	126
Nº 30/2017-CDIR, sobre o Requerimento nº 97/2017.	132
Nº 31/2017-CDIR, sobre o Requerimento nº 98/2017.	140
Nº 32/2017-CDIR, sobre o Requerimento nº 100/2017.	148
Nº 33/2017-CDIR, sobre o Requerimento nº 106/2017.	153
Nº 34/2017-CDIR, sobre o Requerimento nº 130/2017.	159
Nº 35/2017-CDIR, sobre o Requerimento nº 131/2017.	165
Nº 36/2017-CDIR, sobre o Requerimento nº 685/2016.	171



4.1.4 – Projeto de Lei do Senado

Nº 99/2017, do Senador Thieres Pinto, que *disciplina a veiculação de publicidade comercial nos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens explorados por entidades estatais*. 178

4.1.5 – Término de prazos

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 379/2008, 739/2011 e 51/2016. 184

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 149, 152, 167, 372 e 380/2015; 41 e 58/2016. 184

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 38 a 40/2017. 184

PARTE III

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	185
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	188
7 – LIDERANÇAS	189
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	192
9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	200
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	201
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	250

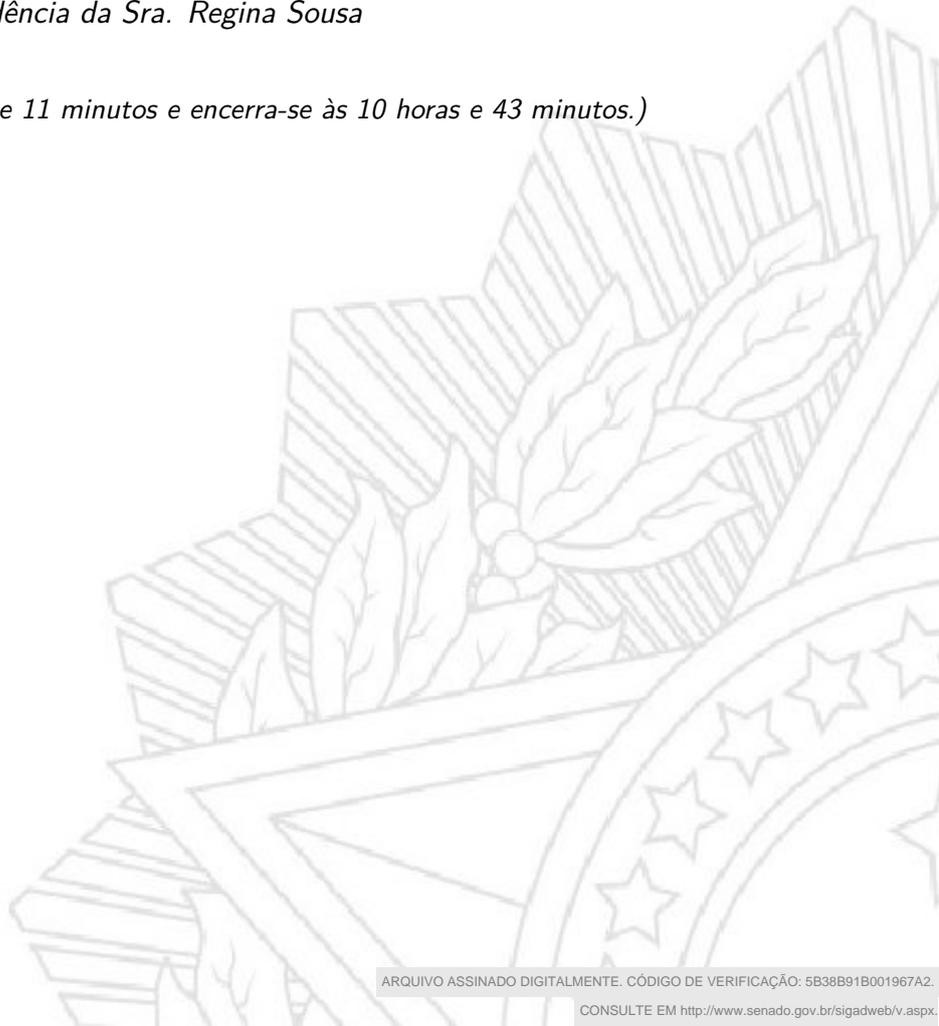


39ª Sessão, Especial,
em 6 de Abril de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência da Sra. Regina Sousa

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 11 minutos e encerra-se às 10 horas e 43 minutos.)



ATA



A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a celebrar o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2017, nos termos do Requerimento nº 31, de 2017, de minha autoria e outros Senadores.

Convido para compor a Mesa: o representante do Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Rev^{mo} Sr. D. Marcony Vinícius Ferreira; o Secretário Executivo das Campanhas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Rev. Sr. Pe. Luis Fernando da Silva; o pesquisador e autor do livro *Biomass do Brasil: da exploração à convivência*, Sr. Prof. Ivo Poletto.

Cumprimento o Núncio Apostólico do Brasil, Embaixador D. Giovanni d'Aniello, que está presente aqui conosco; e os padres que vieram prestigiar esta sessão.

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional, que será cantado pelo Coral do Senado. E, sem seguida, ouviremos a apresentação do coral com a Oração de São Francisco.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

(Procede-se à execução da música Oração de São Francisco.) (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu quero cumprimentar o D. Marcony, representando o Cardeal D. Sérgio da Rocha, Presidente da CNBB. Eu quero cumprimentar o Secretário Executivo das Campanhas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Padre Luis Fernando da Silva. Eu quero cumprimentar o Prof. Ivo Poletto, que é o pesquisador que vai nos brindar aqui com uma aula, com certeza, sobre os biomas brasileiros. Eu cumprimento os Senadores e as Senadoras, os telespectadores da TV Senado, os ouvintes da rádio Senado, pois esta sessão vai ser certamente repetida.

Inicialmente, quero dizer que sinto uma alegria e uma honra muito grande de estar aqui hoje na condição de Senadora da República e poder proporcionar este momento de reflexão e homenagem a uma iniciativa tão importante como é a Campanha da Fraternidade.

A Campanha da Fraternidade começou ainda na década de 60, por iniciativa de bispos da minha querida Região Nordeste, inspirados pela Bíblia. De lá para cá, a Campanha alastrou-se como boa nova para todo o Brasil. Profeticamente, a CNBB escolhe um novo tema a cada ano. Sempre é um assunto importante, inadiável, uma realidade que precisa ser conhecida e debatida à luz dos ensinamentos cristãos, para ser transformada. Destaco aqui alguns dos temas.

Em 1966, o tema foi "Somos responsáveis uns pelos outros", refletindo sobre os problemas do individualismo, mostrando que a vida é melhor se for vivida em comunidade.

Em 1973, num momento crucial da luta do povo brasileiro contra a ditadura militar, quando as pessoas eram presas e mortas, a CNBB, profética, lançou a campanha com o tema "Fraternidade e libertação", mostrando que, enquanto o egoísmo e a injustiça escravizam, prendem e matam, o amor e a generosidade libertam.

Em 1978, quando os movimentos sindicais explodiam estruturas arcaicas e grandes greves eram articuladas, a Igreja também não se omitiu, e as comunidades de base refletiram e clamaram por mais "Fraternidade no mundo do trabalho", exigindo "Trabalho e justiça para todos"!



O tema do meio ambiente apareceu em 1979, quando o lema da Campanha da Fraternidade foi "Preserve o que é de todos", mostrando de forma pioneira que a Terra é a nossa casa comum e precisa de cuidados.

Em 1980, num tempo em que milhões de pessoas ainda precisavam se retirar da seca no Nordeste – infelizmente, persiste esse flagelo –, coincidindo com a primeira visita de um Papa ao Brasil, a Igreja denunciou a situação dos migrantes, mostrando que não era normal aquela situação de verdadeiros "exilados" dentro do País, e, assim como o Cristo fez aos discípulos de Emaús, a CNBB também perguntou ao povo brasileiro: "Para onde vais?"

De lá para cá, houve temas como saúde, educação, violência, valorização da vida, fome, reforma agrária, infância, racismo, dignidade da mulher, moradia, valorização da família, desemprego, drogas, idosos, água, paz, pessoas com deficiência, vida no Planeta, juventude, tráfico humano e muitos outros.

Neste ano, a questão da sobrevivência no Planeta é revisitada com o tema "Fraternidade: Biomas brasileiros e defesa da vida" e o lema "Cultivar e guardar a criação", como está escrito no cap. 2 do Livro de Gênesis.

Sr. Presidente, com a discussão intensa desse tema durante os 40 dias da Quaresma, a Igreja Católica chama seus fiéis e a sociedade como um todo a entenderem e a tratarem com respeito a natureza que nos envolve. A Igreja pede nossa atenção para os diferentes biomas brasileiros e nos lembra que eles têm a ver com a vida que somos chamados a defender, pois nossas vidas estão inseridas neles, e, destruindo os biomas, juntos seremos extintos.

No Brasil, temos seis biomas: a Mata Atlântica, a Amazônia, o Pantanal, o Pampa, o Cerrado e a Caatinga – eu venho de uma mistura de Cerrado e Caatinga e acompanho bem. Cada um dos biomas brasileiros abriga diferentes tipos de vegetação e de fauna. Nesses ambientes, vivem pessoas, povos, resistem culturas resultantes da imensa miscigenação brasileira e, principalmente, as nascentes que nos garantem a água e a sobrevivência.

A Campanha da Fraternidade convida a uma reflexão sobre os desafios da realidade desses biomas e dos povos que neles vivem; chama a atenção para as boas iniciativas preservacionistas já existentes; e aponta propostas sobre o que podemos e devemos fazer em respeito à natureza. Para a perpetuação da vida nos biomas, é necessário o estabelecimento de políticas públicas ambientais, a identificação de oportunidades para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade com os povos e comunidades tradicionais.

Durante esses dias de Quaresma, preparando me para a Páscoa, refleti muito sobre o tema da Campanha da Fraternidade, e a minha conclusão é a de que a palavra que precisa calar no fundo dos nossos corações é a palavra "cuidado". Precisamos cuidar da Mãe Terra com o mesmo amor filial que dedicamos às nossas mães biológicas. Assim como nossas mães nos doaram o leite do peito que nos alimentou, os biomas da Terra nos doam a água que nasce do seu seio. Precisamos cuidar de tudo o que se refere à água, desde as nascentes até o consumo consciente dela. Precisamos cuidar dos ribeirões, rios, lagoas, aquíferos e mares. Precisamos cuidar também das florestas e de todo tipo de cobertura vegetal de cada bioma, pois, como bem afirma o Prof. Ivo Poletto, aqui presente: "Estamos sendo convocados a corrigirmos os erros que secularmente cometemos na relação com a Terra por não conhecermos bem os biomas, os jardins criados por Deus".



Aproveito que estamos ao vivo para todo o Brasil por meio da TV e da Rádio Senado – na verdade, ainda não, mas estaremos, e será repetido, gente – e convido as pessoas que nos acompanham a ajudarem a cuidar da cobertura florestal dos nossos biomas, pois são as florestas que garantem a umidade suficiente para que haja chuvas em todas as regiões. Atitudes individuais ou coletivas, como não jogar lixo nos rios e lagoas e economizar água nas atividades cotidianas, podem fazer uma grande diferença. Do ponto de vista dos empreendimentos, é possível adotar boas práticas preservacionistas na agricultura e indústria, respeitando as áreas de reserva, valorizando as comunidades tradicionais, economizando muita água e preservando muitos outros recursos.

Como já afirmou o Papa Francisco, um dos eixos fundamentais da reflexão ecológica é a relação íntima que deve existir entre os empreendimentos, os pobres e a fragilidade do Planeta. Francisco já disse que a natureza e os povos pobres não podem ser usados para que alguns ricos alcancem o lucro fácil.

Do ponto de vista individual, é sempre possível tomar banhos mais rápidos, fechar a torneira ao escovar os dentes, reutilizar a água em algumas situações, conversar sobre ecologia com amigos e parentes, colaborando com o meio ambiente.

Eu quero aqui citar um exemplo. O meu assessor Juarez, nas horas vagas, trabalha com hortas caseiras comunitárias e escolares e me contou recentemente que, com a crise da água em Brasília, na escola onde há uma horta em que ele trabalha, não se podia usar água tratada para irrigar. A partir daí, houve uma grande descoberta. Foram observar o bebedouro das crianças e perceberam que, enquanto eles bebem, colocando a boca naquela torneirinha, a água vai correndo. E qual não foi a surpresa, ao resolveram canalizar essa água que ia para o esgoto, verem que, num dia, foram mil litros de água para irrigar as hortas. Isso é fantástico! São descobertas que a gente vai aprendendo com a necessidade, mas a gente devia fazer sem precisar acontecer o que está acontecendo de racionamento em Brasília.

Quero homenagear a Igreja no Brasil por manter estreita sintonia com o pensamento social, econômico e ambiental de Francisco. Em sua primeira encíclica ecológica, a *Laudato Si*, o Papa fala da interligação de todas as criaturas e do desafio da nossa convivência respeitosa com os biomas.

Na exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, ele afirmou:

Nós, os seres humanos, não somos meramente beneficiários, mas guardiões das outras criaturas. Pela nossa realidade corpórea, Deus uniu-nos tão estreitamente ao mundo que nos rodeia, que a desertificação do solo é como uma doença para cada um, e podemos lamentar a extinção de uma espécie como se fosse uma mutilação [em nosso corpo].

Palavras do Papa.

Ao encerrar este pronunciamento, mais uma vez, convido todos que nos veem e nos escutam e o nosso povo a fazermos uma reflexão sobre os biomas e a nossa vida dentro deles. Somos convocados a uma verdadeira conversão pessoal e social para cultivar e cuidar da Terra, pois é essa a condição para a vida do Planeta.

Muito obrigada.

Era o que eu tinha a dizer. (*Palmas.*)

Quero anunciar a presença do Senador Cristovam, que está conosco e vai, certamente, fazer uso da palavra.



Já anunciei o Núncio Apostólico, D. Giovanni, que nos alegra com a sua presença; o Embaixador da República do Sudão no Brasil, Sr. Ahmed Yousif Mohamed; o Conselheiro para Assuntos Globais da Embaixada da França no Brasil, Sr. Yannick Samson; e mais alguns padres que também vieram nos prestigiar.

Eu passo a palavra ao Senador Cristovam, porque Senador tem a prioridade pelo Regimento – e também certamente o Senador deve ter um compromisso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom dia a cada uma e a cada um presente.

Eu quero cumprimentar muito especialmente a Senadora Regina Sousa, que teve a iniciativa de fazer esta sessão, e eu quero parabenizar a fala que fez para nós – eu ouvi uma parte pela rádio e uma parte aqui.

Quero cumprimentar o Rev^{mo} Sr. D. Marcony Vinícius Ferreira, o Rev. Sr. Padre Luis Fernando da Silva, o Prof. Ivo Poletto, o Núncio Apostólico e os Srs. Embaixadores aqui presentes.

Quando a gente olha a história dos grandes movimentos acontecidos no mundo, creio que dá para dizer que nenhum teve um *slogan* tão revolucionário e progressista quanto a Revolução Francesa, quando falou em igualdade, liberdade e fraternidade. Eu costumo dizer que não precisavam usar três palavras, pois bastava dizer fraternidade ou até repetir fraternidade, fraternidade, fraternidade.

A fraternidade leva à igualdade.

A fraternidade é uma prática que vem com a liberdade. Por isso a importância da escolha da CNBB do tema da fraternidade, especialmente sobre os biomas, os nossos jardins. As pessoas ficam sem saber direito o que é bioma. Bioma é um jardim, um jardim natural e grande. E o progresso não gosta de jardim. É uma tendência que a gente vê do progresso dos últimos 200 anos: os jardins são desfeitos, jardins no sentido metafórico, geral, das plantas no estado natural.

Fico muito satisfeito, porque, mesmo que aquela Revolução Francesa tivesse feito fraternidade, fraternidade, fraternidade, seria a fraternidade entre as pessoas da geração vigente. E nós precisamos, nos tempos de hoje, em que o homem adquiriu o poder de transformar a natureza inteira, que botaram até o nome de antropoceno, a era do poder do homem para mudar a própria geologia e não só a biologia, nesse tempo nós precisamos pensar, refletir e adotar a fraternidade intergeracional. E essa é uma novidade dos nossos tempos. Até pouco tempo não era preciso pensar em fraternidade entre gerações. A fraternidade era intrageração. Hoje, sem uma fraternidade intergeracional, nós não temos como deixar um Planeta melhor para os nossos descendentes.

Nesse sentido, entre os líderes mundiais, o único eu diria que captou essa ideia foi o Papa Francisco. Temos muitos intelectuais, até ex-Presidentes que se dedicam a essa preocupação, mas é o Para Francisco, entre os líderes que nós temos em atividade, o único que deixa com clareza a mensagem da necessidade de uma fraternidade intergeracional.

Essa fraternidade intergeracional exige um respeito muito grande, um cuidado muito grande com a natureza, que é a mãe aonde nós todos caminhamos, é a mãe de cujo útero nós não saímos, nem depois de mortos. Então, é preciso zelar por ela, mas é preciso pensar também por que nós precisamos nos preocupar com isso. Onde está a raiz dessa preocupação? Está num conceito de progresso que é destruidor da natureza por uma razão muito simples: tem por propósito atender à voracidade do consumo. É essa voracidade que leva à destruição dos nossos biomas, das nossas



florestas. É essa ânsia de transformar as pedras, as plantas e os animais em produtos para o consumo dos homens.

Se nós não fizermos a revolução cultural mental, mais do que cultural, de entender que os homens não existem para consumir o que produzem, que o propósito da existência de uma pessoa e da sociedade onde ela está é transformar com a máxima velocidade possível, para aumentar o tal Produto Interno Bruto, as pedras, as plantas e os animais em produtos, se não fizermos essa revolução, a fraternidade intergeracional não virá.

Nós vamos precisar disso. Por isso a importância do tema que foi escolhido: a fraternidade zelando pelos biomas.

Mas há outra também. É preciso que despertemos – e não é hoje, não é aqui, não é neste ano – a intergeracional entre as pessoas de uma geração para outra, porque muitas vezes nós nos apegamos ao consumo nosso, hoje, através da renda que cada um quer ter, o maior possível, sem perceber que para aumentar R\$1,00 na renda de alguém tem que diminuir R\$1,00 da renda de alguém, a não ser que aumente o Produto Interno Bruto e a renda de todos, o que destrói a natureza. Há uma contradição aí dentro: ou a gente destrói a natureza, para todo mundo enriquecer, ou, se queremos um equilíbrio ecológico, é preciso entender que alguns têm que abrir mão da sua renda, do seu padrão de consumo, para que outros cheguem a um padrão de consumo satisfatório, e não destrutivo.

Hoje nós esquecemos isso por uma razão direta e uma indireta. A direta é o individualismo, que também é um produto dos tempos de hoje, maior do que no período em que ele surge, que é o período do Iluminismo, quando surge a ideia do indivíduo e não do clã, da família, da coletividade. Então, um é o individualismo. E o outro é o individualismo disfarçado pelo corporativismo, que é uma forma de individualismo, só que em vez de só para mim, eu e o meu grupo.

Essa visão da sociedade baseada no individualismo e sua realização plena ou no corporativismo, com uma realização plena de cada indivíduo combinando com os que estão ao seu redor, como é que eles abocanham o máximo, essa visão tem que ser rompida em nome de uma solidariedade mais ampla do que cada grupo, só a família, só a corporação. Até mesmo – e aqui algo que torna quase impossível o exercício político democrático –, até mesmo a Nação tem que ser analisada levando em conta o conjunto da humanidade.

O nacionalismo que surge hoje no mundo, que constrói muros, como nos Estados Unidos, que usa o Mediterrâneo, como a Europa, esse nacionalismo não permite a fraternidade plena intergeracional, mesmo que as gerações contemporâneas... Quando fala da necessidade do equilíbrio ecológico, a gente está pensando nas gerações não contemporâneas, dos futuros seres humanos, mas há uma fraternidade intergeracional contemporânea, nós com as crianças. As crianças são contemporâneas nossas, mas não são da nossa geração.

O que se vê hoje é o surgimento de um nacionalismo antifraternidade, que impede imigrantes de entrar, por conta do Mediterrâneo geográfico. Mas e os "mediterrâneos" invisíveis ao redor das casas nossas? E os "mediterrâneos" invisíveis ao redor dos hospitais que atendem a quem pode pagar? E os "mediterrâneos" invisíveis ao redor das escolas boas? Estamos cheios de "mediterrâneos" invisíveis. Por isso a gente nem vê. Por isso nos acostumamos com eles, tanto quanto a Europa geográfica se acostumou...

(Soa a campanha.)



O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... com o Mediterrâneo geográfico, que impede a entrada dos povos do mundo que querem ali entrar.

É preciso que a fraternidade leve a uma luta contra os "mediterrâneos" invisíveis e contra os muros visíveis que estão sendo construídos entre países e que nós construímos ao redor das nossas casas, dos nossos hospitais. Eu digo nós, as classes médias e abastadas do mundo inteiro.

Nesse momento da fraternidade em que discutimos o bioma, eu queria chamar a atenção disso: nós precisamos fortalecer a ideia da fraternidade intergeracional, inclusive dentro do mundo contemporâneo, entre nós e as crianças, o que exige certos equilíbrios, eliminação dos desperdícios e equilíbrio nos nossos gastos.

Não é possível ser solidário...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... não é possível ser fraterno sem abrir mão de alguma coisa. A fraternidade, você sai mais rico dela, não pelo que distribui, pelo que perde, mas pelo que adquire ao distribuir. É outra dimensão do ganho, diferente da dimensão da doação. A fraternidade exige uma doação que, no caso nosso, da nossa geração, é sairmos dessa visão de que o progresso é o consumo. O consumo exige renda, a renda vem da produção cada vez maior. Vamos quebrar esse mundo sem fraternidade, pelo egoísmo, o individualismo, o produtivismo e o consumismo a que nos acostumamos, e tentar entrar num mundo diferente.

Eu fico feliz porque se alguém tem falado, com outras palavras que sejam, contra os "mediterrâneos" visíveis e invisíveis...

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ...é o Papa Francisco. Por isso a nossa homenagem a esse grande líder do mundo, não apenas dos católicos, que está trazendo uma visão nova de que basta fraternidade, fraternidade, fraternidade não só entre nós, da nossa geração, incluindo-se aí as crianças, mas também das gerações futuras.

Por isso que fiz questão de vir aqui, Senadora Regina, aproveitando para saudar o Gilberto, que está ali, nosso grande amigo. Fiz questão de vir para dizer que este é o tema: como ser fraterno num mundo em que os homens têm o poder de destruir a natureza, apropriando-se dela e sacrificando as futuras gerações. Os biomas representam isso, representam os jardins do mundo destruídos pelo progresso insano dos últimos dois séculos.

Muito obrigado, Senadora. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Cristovam. E pensar que as pessoas gastam tanto dinheiro para fazer jardins em casa, em volta das casas, tendo jardins naturais.

Pela sua fala, Senador, eu me lembrei de um ex-Deputado Federal do PT, o Nazareno Fonteles, que escreveu um livro que falava de renda e de cidadania. Ele é meio discípulo do Suplicy, naquela linha do Suplicy. Ele tem uma frase que nunca esqueci. Ele diz assim: "É preciso que os ricos vivam mais simplesmente para que os pobres possam simplesmente viver". Essa frase não saiu da minha cabeça, porque é recheada de significados.

Muito obrigada, Senador.



Passou por aqui a Senadora Lídice, que não pôde ficar porque tem um avião para Salvador que não espera, mas deixou um abraço, deixou a solidariedade na campanha.

Quero registrar exatamente a presença do meu amigo Gilberto Carvalho, ex-Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República de 2011 a 2014, que foi militante da Pastoral Operária Nacional. Eu fui da Pastoral da Juventude, da Igreja Católica. Ele foi Secretário Geral da Pastoral entre 1985 e 1986.

A Sr^a Deputada Federal Creuza Pereira também nos honra com a sua presença.

Passo a palavra ao representante da CNBB, o reverendíssimo Bispo Dom Marcony Vinícius Ferreira, que representa Dom Sérgio, Presidente da CNBB.

O SR. DOM MARCONY VINÍCIUS FERREIRA – Bom dia a todos.

Querida Senadora Regina, em sua pessoa saúdo os outros membros da Mesa, caríssimo Sr. Núncio, querido Gilberto. Quero saudar de modo especial todos os Senadores e Senadoras e também todos os membros e funcionários desta Casa.

A minha palavra em nome de Dom Sérgio, aqui representando também a CNBB, é de gratidão por esta iniciativa, por abrir espaço para tratarmos desse tema dentro desta Casa, tão representativa para o nosso país, o tema dos biomas, o tema da Campanha da Fraternidade.

Quero parabenizá-la pelo seu discurso. Acho que foi sintético, mas muito apropriado, profundo, sintetizando justamente aquilo que a Campanha da Fraternidade nos traz: o cuidado, o cuidado com a casa comum, como nos lembra o Papa Francisco, o cuidado que parte, inclusive, de pequenos gestos, como a senhora mesma citou em seu discurso, que começa dentro de casa, invade as escolas, invade também a nossa formação, para que todos nós sejamos responsáveis pela casa comum, pelo nosso mundo e para que deixemos um mundo melhor, como dizia o Senador Cristovam, para as nossas crianças, para o futuro da nossa Nação.

A Campanha da Fraternidade, de fato, ultrapassa o aspecto meramente religioso, mas é iluminada por esse aspecto, como aqui foi colocado, iluminada pela palavra de Deus, neste ano iluminado pelo Livro do Gênesis, que Deus fez tudo e viu que tudo era bom e, nessa bondade, doou tudo aos homens para que os homens não se apropriassem, mas cuidassem de tudo aquilo que Deus fez para nós na Criação.

Então, a minha palavra é muito breve, de agradecimento a esta Casa por mais uma vez por reconhecer este passo da Campanha da Fraternidade em um tema que é tão necessário, primeiramente, de ser conhecido, Senadora. A gente fala de biomas, e muitas vezes as pessoas até se perdem. Uma vez sendo conhecido, levar à prática a partir de atitudes bem concretas do nosso dia a dia.

Creio que o próprio cartaz da Campanha se torna algo incentivador, inclusive para as nossas escolas, para o conhecimento dos biomas brasileiros. Nós, que estamos no Cerrado, este grande bioma, este celeiro do mundo, podemos dizer, e do nosso Brasil, somos os primeiros a ter esta consciência do cuidado com a natureza, do cuidado com a água, do cuidado com tudo aquilo que trará um futuro melhor para as nossas crianças e jovens.

O meu muito obrigado, a minha gratidão em nome de Dom Sérgio, em nome da CNBB, em nome dos Bispos do Brasil, por esta iniciativa, pela abertura para tratarmos este tema aqui e, a partir daqui, chegar a todo o país.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, D. Marcony.

O senhor falou uma coisa muito importante, que é a questão das escolas. Eu acho que, antes do nome de todas as nossas escolas, tem que vir: escola ambiental fulano de tal, para poder ver se desperta. Estamos precisando de uma nova governança nessa área, mas também de uma nova mentalidade. E essa nova mentalidade vai acontecer com a nossa juventude, com as nossas crianças. Dos idosos, com mais idade, esperamos consciência, mas nós nos policiamos, porque incorporamos valores, incorporamos desperdício. Então, nós, que temos mais consciência, nos policiamos, agora, as crianças aprendem. E aí, com certeza, nós vamos ter uma nova mentalidade em relação ao meio ambiente.

Passo a palavra ao Padre Luis Fernando da Silva, que coordena, que é Secretário Executivo das Campanhas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pela ordem, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ah! Sim. Desculpe-me, Senador Hélio. Pela ordem, Senador Hélio, mas já sei o que é, vou logo dizer: o Senador Hélio José, aqui do Distrito Federal, tem outra atividade. Vai fazer o pronunciamento depois o Padre Luis Fernando.

Desculpe-me, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar V. Ex^a, Sr^a Regina Sousa; cumprimentar também o nosso querido Bispo Reverendíssimo, Sr. D. Marcony Vinícius Ferreira, que muito bem representa a CNBB aqui neste evento, filho de Brasília, criado aqui na nossa Candangolândia – Candangolândia, não, aqui na Vila Planalto –, que o pessoal ama. Minha esposa teve o privilégio de ser enfermeira na Vila Planalto por muitos anos e conhece o tanto que D. Marcony é querido em Brasília, como um todo, principalmente aqui na Vila Planalto. Parabéns! Cumprimento V. Ex^a Rev^{ma} por estar aqui conosco neste momento tão importante.

Quero cumprimentar também o Secretário Executivo das Campanhas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Reverendo Sr. Padre Luis Fernando da Silva. O Luis estava conosco lá na Câmara dos Deputados. Fizemos lá outra audiência pública, mas não poderíamos deixar de fazer esta audiência aqui. A Regina foi a puxadora – da outra vez, ano passado, fui eu –, e nós fomos signatários, junto com a Regina – eu, o Senador Cristovam e outros Senadores aqui –, pela importância da CNBB, pela importância desse tema e por tudo o que precisamos fazer por essa sociedade brasileira.

Quero cumprimentar também o nosso pesquisador e autor do livro *Biomás do Brasil: da exploração à convivência*, Prof. Ivo Poletto, cujo pronunciamento eu terei a honra de ouvir; também o nosso querido Núncio Apostólico no Brasil, Sr. D. Giovanni d'Aniello, que está aqui conosco – obrigado, D. Giovanni, pela presença; o nosso Embaixador da República do Sudão no Brasil, Sr. Ahmed Mohammed; o nosso Conselheiro para Assuntos Globais da Embaixada da França no Brasil, Sr. Yannick Samson, que está aqui; os nossos reverendíssimos senhores padres aqui presentes e senhoras e senhores.

Realmente, como a nossa querida Senadora Regina Sousa acaba de anunciar, eu tenho que presidir a Medida Provisória 760, que trata de resolver o problema da Polícia Militar e do Corpo de



Bombeiros Militar do Distrito Federal. Ela está neste momento lá, inclusive está até suspensa para eu vir aqui. Por isso, eu peço vênua ao Sr. Poletto para estar aqui usando as palavras. Vamos lá, nobres senhores. Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, prezados convidados e convidadas e todas as pessoas que nos acompanham pelos sistemas de comunicação do Senado Federal, da TV e Rádio Senado, iniciada a quaresma, um dia após a Quarta-Feira de Cinzas, temos outra tradição após o Carnaval. Essa outra tradição é menos festeira e mais reflexiva do que o Carnaval, mas aponta para a necessidade de uma movimentação da sociedade em igual intensidade.

Trata-se da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – daí a importância dessa atividade aqui, em que nós estamos, transmitida para o Brasil inteiro pela TV Senado, coordenada pela CNBB. E como nos ensina D. Leonardo Steiner, Bispo Auxiliar de Brasília e Secretário-Geral da CNBB, "a Quaresma é um tempo precioso da vida da Igreja, das comunidades, mas também da vida pessoal". O Papa Francisco ressaltou que a iniciativa é "um convite a viver com mais consciência e determinação a espiritualidade pascal".

Desde 1964, essas campanhas têm servido não apenas para despertar a comunidade católica brasileira para os temas e lemas anuais, mas, também, para alertar para questões que extrapolam a dimensão confessional. Católicos de todos os ritos, cristãos de todas as formas de congregação, religiões de matriz africana ou indígena e os humanistas são também chamados, pois há uma dimensão ecumênica que tem sido ressaltada e elevada a cada ano que passa – é isso que torna essa campanha cada vez maior, não é, padre?

Na primeira fase, na década de 1960, houve uma dimensão – digamos assim – mais voltada para dentro da própria instituição. Os temas e lemas foram, respectivamente, Igreja em Renovação e Lembre-se: Você também é Igreja, em 1964 – um momento importante da vida política do País; Paróquia em Renovação e Faça de sua Paróquia uma Comunidade de Fé, Culto e Amor, em 1965 – posterior a essa questão ocorrida em 1964.

A dimensão profética, que se manifesta na doutrina social da Igreja, ganhou a compreensão do pecado como injustiça social e violência contra os fracos e oprimidos, a partir do Concílio Vaticano II. A Igreja se aproximou dos oprimidos, e a caridade incorporou o sentido da responsabilidade política da libertação. Isso fez com que jovens – como eu, por exemplo, que estava na UnB em 1978, como estudante de engenharia elétrica, vindo da classe baixa e proletária – viessem a ajudar a construção de várias formas nas comunidades eclesiais de base, na CPT, e várias questões. Sempre participei dos movimentos leigos da Igreja Católica e também da sociedade brasileira, chegando hoje aqui.

Então, para mim, que aqui passo a minha vida defendendo os menos favorecidos, a família, a sociedade e a vida – para mim, para a Senadora Regina e para outros Senadores –, é fundamental estarmos aqui valorizando esse trabalho da CNBB.

Recordo-me muito bem, na condição de militante dos movimentos sociais e de trabalhadores, do quanto as campanhas da fraternidade nos auxiliavam, os lutadores pela liberdade, a encontrar mais respaldo em nossas demandas trabalhistas e políticas. Em 1985, por exemplo: Fraternidade e Fome, como tema; e Pão para quem tem Fome, como lema. Na mesma tônica, no ano seguinte, Fraternidade e Terra, como tema; e Terra de Deus, Terra de Irmãos, como lema.



Em minha condição de sindicalista, uma campanha como a de 1991 foi fundamental para o reforço das posições dos trabalhadores diante da onda neoliberal de então: A Fraternidade e o Mundo do Trabalho, como tema; e Solidários na Dignidade do Trabalho, como lema.

Então, foram tantas coisas fundamentais que a campanha da fraternidade fez neste País que nos orientaram e nos levaram a ter um Brasil melhor, mais integrado. Este tema de hoje da água e do meio ambiente está muito atualizado e é muito real, porque, sem a água, não seremos nada, sem o meio ambiente realmente bem cuidado, também não. Quero louvar muito a escolha do tema deste ano.

Definitivamente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há como desconsiderar a afinidade entre a CNBB e os movimentos sociais mais libertários brasileiros nos últimos 50 anos. E isso tem ocorrido em função das campanhas da fraternidade, principalmente, uma campanha que se firma na Quaresma, mas a ultrapassa, movimentando as juventudes escolares e trabalhistas, as comunidades cristãs, os movimentos sociais e os acampamentos dos sem-terra, uma chama de esperança que expressa na reflexão coletiva e orienta todos os cristãos a buscarem o lado dos oprimidos. Esse é o nosso trabalho aqui.

O tema deste ano é Fraternidade: Biomas Brasileiros e Defesa da Vida; e o lema é: Cultivar e Guardar a Criação – numa citação do Gênesis.

Não poderíamos imaginar uma proposição mais atual, tendo em vista a necessidade de defendermos os nossos biomas contra o uso predatório. Nossas sociedades estão abusando da natureza. Nossas economias que visam ao lucro imediato e a qualquer custo já estão mudando o clima do Planeta. O aquecimento global irá aumentar a fome e a pobreza, mas pouco se fez até agora para evitar a catástrofe anunciada pelos cientistas.

Por isso, nobre D. Marcony – eu já falei com D. Sérgio em outra oportunidade e quero falar para V. Rev^{ma} aqui que sou Vice-Presidente da Comissão da Medida Provisória 759...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... que trata da regularização fundiária no País, inclusive de todas as famílias de Brasília, porque temos quase 1,5 milhão de pessoas sem escritura pública, sem viver numa situação regularizada –, estou à disposição da Cúria e da CNBB para ajudar naquilo que vocês entenderem ser importante no regramento dessa questão.

Vou tentar caminhar para a conclusão.

Sr^{as} e Srs. Senadores e presentes aqui, defendo o uso sustentável de nossos biomas, não o seu isolamento, sem possibilidades de intervenção humana. Isso não seria sábio. Temos que parar imediatamente com o uso predatório e acabar com o endeusamento do dinheiro e do consumo. Transformaram o dinheiro em um deus que exige sempre e sempre mais veneração e subordinação, à custa da extinção de espécies animais e vegetais, à custa de guerras para conquista de minerais estratégicos e à custa da escravização de milhões de trabalhadores pelo mundo afora, para que os mercados de roupas, telefones celulares e outras mercadorias prosperem vendendo produtos baratos.

A natureza existe para o bem-estar do Planeta, incluindo o nosso, o dos humanos. O dom do livre arbítrio significa que podemos, com inteligência, alterar nossos comportamentos. Podemos mudar o rumo das coisas e parar de destruir.



Como o discurso ainda tem umas três ou quatro páginas, Regina, e eu tenho de voltar para lá, quero pedir vênua à nossa Cúria e dizer que vou encaminhá-lo por completo – vou ler os dois últimos parágrafos – e considerá-lo lido, porque é muito profunda e importante esta campanha.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Vou para os dois últimos parágrafos, porque eu ainda teria aqui pelo menos uns oito minutos, para ganharmos tempo.

Se não cuidarmos das nascentes e se não tivermos rigor no ordenamento do uso das águas, o Cerrado será a próxima fronteira da desertificação acelerada que já atinge várias áreas do País. Precisamos urgentemente discutir a crise hídrica como produto humano e não como castigo divino. A ganância desmata a Amazônia e seca o Centro Oeste e o Sul do País. Está tudo interligado. A destruição das nascentes seca os rios e empobrece as comunidades ribeirinhas e de agricultura familiar.

Esse é o olhar crítico e reflexivo que a Campanha da Fraternidade 2017 nos traz. Espero que possamos ir localizando, de maneira cuidadosa, todas as maneiras...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... pelas quais poderemos, ao mesmo tempo, gerar desenvolvimento econômico e cultivar e guardar a criação, como quer a CNBB, no lema de sua campanha.

O Senado pode participar disso, pode transformar nossas comissões permanentes em fóruns privilegiados. Podemos melhorar a legislação vigente e produzir novas leis a partir desse olhar que a Campanha da Fraternidade nos motiva.

Grato pela atenção, o discurso fica considerado lido.

Só quero dizer, nobre D. Marcony – eu sou o Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista do Cerrado –, que nós moramos em uma região de Cerrado e precisamos trabalhar muito para preservar essas questões aqui.

Muito obrigado, Senadora Regina Sousa. Obrigado, D. Marcony. Obrigado a todos aqui presentes. Um forte abraço. *(Palmas.)*

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 3.1.1 do Sumário.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Hélio.

Passo a palavra agora ao Padre Luis Fernando da Silva, Secretário Executivo das Campanhas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O SR. LUIS FERNANDO DA SILVA – Bom dia a todos e todas. Saúdo, na pessoa da Ex^{ma} Sr^a Senadora da República Regina Sousa, Presidente desta sessão solene, todos os Srs. Senadores e Senadoras aqui presentes. Saúdo as demais autoridades: Embaixador, Conselheiro da Embaixada, S. Ex^a Rev^{ma} D. Giovanni D'Aniello, Núncio Apostólico do Brasil; S. Ex^a Rev^{ma} D. Marcony Vinícius Ferreira, Bispo Auxiliar de Brasília, que representa o Em^{mo} Sr. Cardeal D. Sérgio da Rocha, Arcebispo Metropolitano de Brasília e Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.



Primeiramente, em nome da CNBB, quero agradecer a todos que se empenharam na feliz iniciativa de promover e celebrar esta solene sessão que homenageia a Campanha da Fraternidade 2017.

O tema da Campanha da Fraternidade deste ano é Fraternidade: Biomas Brasileiros e Defesa da Vida e tem como lema Cultivar e Guardar a Criação. Mais uma vez, a campanha pretende despertar as pessoas para o cuidado com a criação. O lema Cultivar e Guardar a Criação quer mostrar a importância das pessoas no cuidado de cada elemento da natureza, que é objeto de amor do Criador.

A campanha tem como objetivo geral cuidar da criação, de modo especial dos biomas brasileiros, e promover as relações fraternas com a vida e a cultura dos povos, à luz do Evangelho.

Bioma quer dizer vida que se manifesta em um conjunto semelhante de vegetação, água, superfície e animais. Uma paisagem que mostra uma unidade entre os diversos elementos da natureza. Um bioma é formado por todos os seres vivos de uma determinada região, cuja vegetação é similar e contínua, cujo clima é mais ou menos uniforme e cuja formação tem uma história comum.

Quando Pero Vaz de Caminha chegou à costa do Território brasileiro, maravilhou-se com tudo o que viu. Descreveu minuciosamente os indígenas, a flora, a fauna e todas as águas que tinha diante dos olhos.

Com a ocupação do paraíso descrito por Caminha pelos colonizadores, começa um processo de exploração do território, partindo do litoral e avançando para o interior, seja pelo Sul do País, pelo Pampa, seja pelos leitos de diversos rios e, então, se percebe como a terra é imensa e como possui extraordinária variedade de formas de vida, florestas, animais e de povos.

Hoje, mais de 500 anos depois da chegada dos colonizadores, devemos nos perguntar: o que restou daquelas florestas? O que restou daqueles povos que habitavam a então chamada Pindorama? O que restou daquelas belas águas? O que restou daquela imensa biodiversidade que maravilhava os olhos? Precisamos nos perguntar severamente qual é o destino que estamos dando a tantas riquezas e que o Brasil quer deixar para as gerações futuras.

Contemplando as problemáticas ecológicas, cabe perguntar: o que Deus tem a ver com as questões ambientais e ecológicas? A plausibilidade dessa pergunta leva a uma análise sistemática da diversidade dos biomas à luz da fé cristã.

Tal análise põe em relevo o homem moderno e a sua construção paradigmática a partir do cristianismo, não podendo descartar a tensão relacional entre o homem criado e as coisas criadas e, conseqüentemente, com o Criador.

Junto ao conceito de casa comum, em tempos de globalização, fala-se também de aldeia global, o que pode ser entendido como casa global. Desse modo, o universo, e dentro dele o Planeta Terra e o Brasil, com os seus seis biomas – Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica e Pampas – são a grande casa onde convive não só o povo brasileiro, mas este com todas as esferas de vida da grande casa.

Essas definições apontam sempre para a ideia de casa, e a casa vista como lugar de relações e inter-relação e diálogo de todas as coisas existentes entre si e com tudo o que existe, real ou potencial. A reflexão da Campanha da Fraternidade 2017 não tem apenas a ver com natureza, mas principalmente com os povos e a sua cultura.



Assim, numa visão ecológica, tudo que existe coexiste, preexiste e subsiste através de uma teia infinita de relações.

Nesse sentido, o destino dessa grande casa comum está relacionado com as ações e práticas de cada habitante; essa grande casa ultrapassa o sentido do ser e existir somente como espaço destinado ao ser humano e pressupõe uma responsabilidade pautada pelo cuidado.

A Campanha, ao afirmar os biomas como o lugar das relações, quer mostrar que a crise é uma "crise das relações" e leva a afirmar um novo paradigma social e, ao mesmo tempo, os paradigmas existentes refletem a crise na qual estão imersos os biomas e todos os que com ele se inter-relacionam.

Nesse sentido, é preciso responder à tal problemática, identificando os mecanismos de desculpas em nível pessoal e coletivo, que consistem em um não assumir da responsabilidade em relação aos desequilíbrios.

O fato de se constatar a proficuidade das ciências modernas, não faz encerrar nelas mesmas o processo de relação do ser humano com a natureza. Assim, o acesso do ser humano à natureza também passa pelo caminho do diálogo e apropriação da cultura. É importante esse passo justamente para superar uma tendência monopólica de ver o mundo a partir do prisma da ciência moderna. Assim sendo, a relação do povo brasileiro com os biomas não é somente empírica, mas dialógica e interacional.

Esse caminho é também uma via de encerramento e valorização. A emersão do encantamento leva a uma recusa de tratar os biomas como um conjunto de recursos ou reservas naturais físico-químicas. O encantamento leva a uma afirmação dos biomas como casa, uma casa biótica, uma casa de vida. Nessa perspectiva, quando se afirma que o ser humano está buscando conhecer a natureza, o termo conhecer não é sinônimo de dominação, mas é sinônimo de comunhão, de cuidado. E aqui cabe lembrar Santo Agostinho de Hipona: "Amamos à medida que conhecemos". Esse amor é todo *comunional* e todo convite para estabelecer relação. Se existe relação, então existe reciprocidade, e a reciprocidade gera interdependência.

Sendo a relação do homem brasileiro com os biomas uma relação de comunhão, não se exclui a ciência moderna empírica, mas lhe dá uma nova configuração. Nesse novo paradigma, a empiria é um serviço sempre em favor dos povos e jamais contra eles.

Nos últimos decênios, cresceu a consciência da periculosidade do domínio ilimitado sobre os biomas brasileiros, que inicialmente se apresentou como autogestão do progresso econômico, e que sorrateiramente alimentou, única e exclusivamente, os interesses dos dominadores.

A contramão desse processo se dá por meio de uma reviravolta ética, que produza uma consciência biótica em condições de orientar a práxis do Governo, de todos os que lhe são interligados e de toda a população brasileira.

Esse processo de abertura proposto pela Igreja Católica, pelos Poderes Públicos e pela sociedade civil vai afunilando o caminho para o diálogo e para a responsabilidade da casa comum. A teologia cristã percebe que, não menos, o olhar sobre os biomas também afeta a fé do homem no Deus criador. E essa percepção leva à conclusão da necessidade de um trabalho conjunto.

Nesse diálogo estabelecido entre a Igreja, os Poderes Públicos e a sociedade civil, é grande a percepção da interdependência e da necessidade de assumir uma responsabilidade global pelos biomas e pelos seus povos.



A motivação da Campanha da Fraternidade 2017 partiu da observação de que, em nossos dias, existe no seio do povo brasileiro uma preocupante degradação dos biomas pela desordenada exploração dos recursos e pela progressiva deterioração da qualidade de vida. Semelhante situação gera formas de egoísmo coletivo. Portanto, mais do que apontar nessa campanha a já sabida crise ambiental, a Igreja quer, por meio de uma profunda reflexão, ir à raiz da problemática de tal crise, que é a ferida aberta no princípio da comunhão, quanto mais é maculada a comunhão entre os brasileiros, mais cresce a degradação dos biomas.

O desenvolvimento de uma sociedade brasileira pacífica toda *comunional* passa pelos biomas, e isso não é possível sem atitudes coordenadas e baseadas na ética da alteridade, do reconhecimento do ser humano como irmão.

A sociedade brasileira hodierna não encontrará solução para a degradação dos biomas se não revir seriamente o seu estilo de vida. Há uma necessidade urgente de cada qual assumir sua responsabilidade em relação ao ambiente, e essa não é uma questão ideológica, é uma questão de comunhão: ou se entra na comunhão com toda a vida existente, ou se fecha num narcisismo egoístico.

A questão dos biomas deve assumir nos dias de hoje a dimensão da responsabilidade de todos os brasileiros.

Os cristãos, em particular, possuem essa tarefa de reconhecer os biomas e todas as realidades de vida como criação, portanto devem se empenhar na fé no Deus criador, respeitando toda a vida e a dignidade da família humana. Toda a criação foi redimida em Cristo e, um dia unida, glorificará a Deus Pai, por meio do Filho e do Espírito Santo.

Mais uma vez expresso a gratidão da Conferência Episcopal a esta Casa da República por permitir que reflitamos a urgente necessidade de cuidarmos da nossa casa comum, rica nos seus seis biomas, a nossa Pátria amada, Brasil! (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada ao Padre Luis Fernando da Silva, coordenador das campanhas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Eu passo a palavra, agora, ao Prof. Ivo Poletto, que é pesquisador e autor do livro *Biomas do Brasil*.

O SR. IVO POLETTO – Bom dia a todos e todas!

Saudando a Senadora Regina Sousa, saúdo também todos os Senadores e Senadoras que trabalham nesta Casa. E, saudando D. Marcony Vinícius Ferreira, saúdo também os representantes mais diretos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e responsáveis pela Campanha da Fraternidade.

Queria fazer uma observação inicial. No livro que disponibilizei, na forma digital, pela internet, no debate que há em relação aos biomas do Brasil, assumi uma perspectiva um pouquinho diferente da que está no documento da Campanha da Fraternidade, que assume, digamos, o que o IBGE propõe como seis biomas no Território brasileiro. Pessoalmente, ouvindo também os clamores dos que vivem e dos que trabalham socialmente nas regiões próximas ao Oceano Atlântico, eu assumo que, no Brasil, na realidade, nós já temos que reconhecer que existem sete biomas, e o sétimo seria a chamada Zona Costeira, porque aí, de fato, há um conjunto de elementos que caracterizam um espaço vital diferente da Mata Atlântica. Então, incorporar toda essa área na Mata Atlântica pode



deixar de levar a sério as potencialidades, mas também os limites, dramas e problemas de todos os povos e populações que vivem nessa região próxima do mar, e mesmo todas as formas de vida que penetram até mesmo dentro do oceano. Então, nós precisamos ter uma atenção também particular a esse ambiente de vida que é a Zona Costeira.

Dito isso, eu queria fazer uma breve reflexão, trazendo alguns dos elementos que estão presentes nesse livro que disponibilizei. Quero partir justamente do tema da Campanha da Fraternidade deste ano: biomas brasileiros e defesa da vida como prática da fraternidade. Nada mais humano, nada mais político, nada mais religioso, nada mais ecumênico, nada mais cristão para quem quer levar a sério a mensagem cristã. Trata-se de agir a partir da real relação entre os biomas e a vida; a partir da situação dos biomas e da real situação em que se encontram os povos; a partir da real possibilidade de os biomas do Brasil continuarem jardins, berços vivos e fontes de vida para as pessoas humanas e para todas as formas de vida.

A publicação do livro já citado, *Biomas do Brasil: da exploração à convivência*, é disponibilizada a todas as pessoas e, portanto, também aos Senadores, aos Deputados Federais e a todas as pessoas aqui presentes. Sintetizo ali minhas reflexões pessoais e também coletivas sobre o sentido da existência desses biomas em nosso País. Trata-se de examinar se, ao tomarmos decisões sobre nossas práticas de relação com a Terra, alguma vez o fizemos prestando atenção ao ambiente vivo e fonte de vida que não foi criado por nós, e que, portanto, o recebemos de presente da Mãe Terra, e para os que orientam a sua vida de forma religiosa, do espírito criador de Deus.

É isso mesmo, o ponto de partida da existência de todas as formas de vida não é a ação humana. Por mais que isso pareça evidente, práticas humanas, de modo particular, nos últimos três séculos e mais exatamente nas últimas seis ou sete décadas, revelam o contrário. Elas desconhecem ou fazem de conta que os 4 bilhões de anos que a Terra levou para criar o ambiente vital oferecido gratuitamente à espécie humana não é fator que deve ser levado em conta na hora de colocar em prática o que se considera direito humano exclusivo, o direito, o denominado direito ao crescimento econômico sem fim, sem limites.

Examinemos isso mais atentamente, e para isso tomemos o bioma Cerrado, no qual vivem milhões de pessoas e está o próprio Distrito Federal e as instituições públicas do Estado brasileiro. Mas, antes de falar desse bioma, precisamos nos dar conta de que a Terra, nos longos 4 bilhões de anos de sua existência e de seu processo evolutivo, não criou condições para a existência da vida de forma linear, igual em toda a superfície, tanto nos mares, nas águas, nos rios e nos lagos, quanto nos continentes terrestres, respeitando a quase infinita possibilidade de relações entre os elementos necessários para o surgimento e a reprodução de, mais uma vez, as quase infinitas diferentes formas de vida, gerou diferentes ambientes vivos e fontes de vida, territórios que hoje denominamos biomas. Por isso, o Cerrado é um ambiente vivo e fonte de vida diferente dos demais, um berço único que não se repete.

Amigos e amigas, o bioma Cerrado existe há, pelo menos, 35 milhões de anos e, portanto, seu solo, sua cobertura vegetal e florestal, sua biodiversidade, seu regime de chuvas dividido em tempos de chuvas intensas e tempo seco, seu clima seco, seu subsolo rico de lençóis freáticos e aquíferos, tudo isso o faz um dos biomas mais antigos da Terra e um bioma dos mais ricos em biodiversidade, mas faz também que ele seja um bioma maduro com imensas dificuldades de se recuperar no caso de serem destruídos seus elementos que o constituíram e o mantêm um ambiente vivo e fonte de vida.



A pergunta que não quer e nem pode ser calada é esta: essas características do bioma Cerrado foram levadas em conta quando algumas pessoas, ou melhor, algumas empresas estrangeiras e uma ditadura militar tomaram a decisão de implementar os chamados programas de desenvolvimento do Cerrado? E mais, estariam sendo levadas em conta, no capítulo final da série desse Prodecer, que é o atual Matopiba? Mais ainda, foram levados em conta os alertas e gritos dos povos indígenas e quilombolas, dos povos tradicionais do Cerrado e das entidades e movimentos sociais que lutam pela preservação e por outras formas de relação com o Cerrado?

Se a resposta para essas perguntas é um solene não, será estranho que Brasília e muitas outras cidades do grande Cerrado estejam começando a sofrer com a falta de água? Será estranho que os aquíferos estejam com estoque baixo de água e que, por isso, o planalto em que está o Cerrado não garanta mais as nascentes das bacias vitais do Brasil e da América do Sul, de que depende a vida e a reprodução da vida dos biomas vizinhos, como a Caatinga, que é semiárida, a Amazônia, o Pantanal e até a Mata Atlântica, a Zona Costeira e o Pampa?

Nada disso é estranho para quem se relaciona com a vida a partir da história da Terra, a grande mãe da vida, gerada, mantida e reproduzida através de seus biomas. Como experimentamos todo dia, para manter-nos vivos e com energia para trabalhar, criar arte, organizar festas, orar, visitar pessoas, passear, etc., precisamos que todos os órgãos do nosso organismo funcionem de forma harmônica. Quando um dos órgãos passa a considerar-se mais nobre que os demais e quer impor seu ritmo a todos os demais inicia-se uma grande confusão. Imaginemos que o cérebro, por exemplo, declare-se independente e queira funcionar sozinho em relação com os demais órgãos. Ele perderá toda sua pretensão, ficando sem sangue e sem condições de recuperar-se. Da mesma forma, a Terra precisa de tudo que foi criado em cada bioma para garantir sua existência, inclusive uma presença realmente inteligente do ser humano.

Levando a sério a informação do maior conhecedor do Cerrado, o Sr. Altair Barbosa, de que só restam em tomo de 5% da cobertura vegetal originária, de que ela foi cortada e queimada para implantar imensas monoculturas agropecuárias, de que o solo foi corrigido e de que todo o processo de produção depende de produtos químicos e venenos, é possível entender que a vitalidade e a capacidade de gerar vida do Cerrado estão gravemente ameaçadas ou destruídas.

Uma das consequências é que as águas das chuvas, que já caem em menor quantidade, já não conseguem alimentar os lençóis freáticos e os aquíferos, e isso é percebido na diminuição das águas que o planalto em que está o bioma Cerrado distribui para os demais biomas e regiões. Ele já não é o berço das águas como foi durante milhões de anos. E se não mudar a relação humana com ele, pode entrar num processo irreversível de perda de vitalidade e entrar em uma desertificação progressiva.

Vale destacar que as chuvas do Cerrado, assim como as da Mata Atlântica, do Pantanal, do Pampa e mesmo da Caatinga, sempre contaram com o apoio amigo do bioma Amazônia. A umidade produzida nesses biomas foi reforçada pela grande quantidade de umidade trazida até eles pelos rios voadores que chegavam da Amazônia depois de mudarem de direção ao encontrarem-se com a Cordilheira dos Andes. Mas, nos últimos anos, todos esses biomas começaram a viver os dramas da falta de água. A que se deve essa mudança climática ameaçadora?

Lembremos que a cobertura vegetal da Mata Atlântica, do Cerrado, da Caatinga está cada vez mais baixa, chegando a 5%, 7%, e a própria Amazônia já tem devastado mais de 20% de sua cobertura vegetal. Isso significa um território igual a três vezes toda a área do Estado de São Paulo.



Isso significa que alguns biomas quase não produzem mais umidade, e sua dependência dos rios voadores amazônicos aumenta perigosamente. Mas a Amazônia também diminui a geração dos rios voadores, e isso tem tudo a ver tanto com a repetição de anos de seca no próprio bioma quanto com a diminuição das chuvas no Centro-Oeste, no Sudeste, no Sul e com o aumento dos períodos de seca no Nordeste.

Tendo tudo isso presente, se o Senado Federal quiser defender a vida humana e todas as demais formas de vida, não pode continuar tomando decisões, aprovando leis, mudando a Constituição sem ter presente o que as práticas implementadas ou legitimadas provocarão na vida e na capacidade de reprodução da vida de cada um dos biomas do Brasil. Não é possível continuar esquecendo que os seres humanos, por mais poderosos que sejam, por mais que se apropriem de conhecimentos e tecnologias, não criaram nem criarão um novo planeta Terra. O que já fizeram e continuam fazendo, numa velocidade cada vez maior, é alterar em proveito próprio, atendendo aos seus interesses, os elementos criados ao longo do processo evolutivo da Terra e que deram origem e reprodução dos biomas como jardins vivos e geradores de vida.

Não podemos esquecer: se alteramos ou impedimos os processos vitais dos biomas, todos os seres vivos, e principalmente nós a frágil espécie humana morreremos antes da hora. Criando novos termos, o "biomicídio" ou "biomacídio" leva ao "humanicídio", leva à morte da própria humanidade. Se por acaso ainda não estão convencidos disso, procurem escutar a Terra, escutar seus gritos de dor, pois ela, como nos fala o apóstolo Paulo na carta aos Romanos, está em dores de parto e já não consegue gerar a vida por causa dos que a dominam e exploram.

Que o Senado brasileiro, por isso, dê apoio a algumas das sugestões que apresento aqui reconhecendo, portanto, e defendendo os territórios e as formas de vida dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais como guardiães da floresta; trabalhando, aprovando legislação e exigindo políticas eficazes em favor do fim da derrubada das florestas e das coberturas vegetais dos biomas brasileiros; favorecendo políticas efetivas e prioritárias de recriação da Floresta Amazônica e da cobertura vegetal originária em todos os espaços possíveis de todos os biomas; favorecendo a produção de alimentos em cooperação com a natureza de cada bioma; apoiando a recuperação de sementes, plantas, árvores frutíferas e até de animais típicos de cada um dos biomas – isso significa reconhecer e promover processos de agroecologia, com descontaminação dos solos e com produção consorciada em sistemas agroflorestais –; favorecendo o cuidado máximo e amoroso com tudo o que tem a ver com o ciclo da água, desde a recuperação de nascentes e das matas ciliares de córregos e rios, passando pela descontaminação de córregos e rios e, para isso, pela coleta e tratamento adequado de esgotos e lixos, pela eficiência dos serviços de distribuição das águas tratadas e de todos os usos de águas de irrigação – isso deve ser reforçado pelo incentivo à captação de águas da chuva e filtragem de águas servidas para uso no sistema sanitário e outros usos domésticos que não exigem água tratada –; incentivando a produção local de energia, utilizando a infraestrutura dos telhados para produzir energia solar fotovoltaica, térmica e eólica de pequeno porte, diminuindo a perda de energia na transmissão de longas distâncias, diminuindo as agressões à vida nos biomas com a construção de grandes hidrelétricas, diminuindo a emissão de gases de efeito estufa ao deixar de produzir energia através de termelétricas a carvão, diesel e gás; incentivando a transformação dos sistemas de transporte urbano com a decisão de dar prioridade aos meios massivos de transporte e com uso de energia elétrica, de preferência gerada a partir do sol e de outras fontes



efetivamente renováveis; incentivando, finalmente, um processo de educação da população que recupere o amor pela Terra, pelo bioma em que cada pessoa vive, fazendo com que as atividades rurais e urbanas sejam manifestações carinhosas com a Terra, para que ela nos mantenha vivos em biomas vivos e geradores de vida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Prof. Ivo Poletto. Não errei quando disse que nós iríamos ter uma aula sobre biomas.

O Senador Paulo Rocha se encontra conosco. Quer usar a palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Paulo Rocha, do PT, do Pará.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Primeiro, eu queria saudar, Presidenta, pela oportuna sessão solene, com a presença da CNBB.

A CNBB, nos últimos tempos, tem promovido as Campanhas da Fraternidade. São campanhas que estão sintonizadas com os problemas do Brasil, mas principalmente com os problemas por que passa o nosso povo. Esta, mais oportuna que qualquer outra, trata da questão da vida humana, e envolve a questão ambiental, a questão da floresta.

Eu venho lá da Amazônia. Sou de uma família muito pobre do interior. Aliás, queria falar aos nossos religiosos aqui que... Queria tratar da questão da oportunidade, porque essas campanhas estabelecem a oportunidade de o próprio Brasil discutir os seus temas mais prementes. E, quanto à questão da oportunidade – como a gente costumava chamar lá, a nossa Madre Igreja –, hoje eu sou Senador da República por causa da oportunidade que a Igreja me ofereceu de sair lá do meu interior, de uma família muito pobre. Fui para a cidade grande, lá me formei operário, e acabei seguindo o processo da luta sindical, da luta política e virei Senador. Mas foi a Igreja que me oportunizou.

Aliás, Bispo, como curiosidade, eu fui sacristão – como se chamava na época – de um padre. Acho que ele é conhecido na Igreja toda do Brasil, porque ele está em investigação para processamento da sua canonização. Chamava-se Monsenhor Edmundo Igreja. Naquela época a gente ainda rezava a missa em latim, e o celebrante ainda ficava de costas para o público. Pois foi esse Monsenhor que me oportunizou, e acabei virando operário.

Então, desde esse tempo tenho a minha luta voltada para dentro da Amazônia. Todo mundo sabe – o Dr. Ivo deve saber – que o Pará, principalmente, era campeão da disputa pela terra, exatamente com esta visão de os devastadores chegarem e se apoderarem da estrutura da terra, expulsando os pequenos e verdadeiros donos da terra, os índios etc. E acabei sendo, vamos dizer, uma das lideranças desse processo da resistência.

Então eu queria saudar a campanha, mas, ao mesmo tempo, dizer, Bispo, Dr. Ivo, que, principalmente nas nossas regiões, na Região Amazônica, nesses biomas, eu acho que já houve evoluções, a partir da ciência e das pesquisas, nessa questão de se discutir o tal do desenvolvimento sustentável, respeitando a questão ambiental, mas promovendo o desenvolvimento dentro das



pesquisas, das técnicas e do processo, para poder também arrancar da floresta a questão da proteção à vida humana.

No entanto, o Estado brasileiro é que fica distante desses espaços: acaba criando registro ou arcabouço jurídico, mas não se faz valer lá, porque falta a presença do Estado. Na Amazônia é muito isto: há uma ausência do Estado brasileiro no processo não só de políticas públicas para poder criar as condições de qualidade de vida para o cidadão, mas também a presença do Estado como instrumento inibidor desse processo de devastação ou da destruição dos nossos biomas etc.

Acho que é muito oportuno, principalmente, fazer esta sessão no Senado Federal para chamar a atenção dos nossos Senadores, que são os verdadeiros representantes dos Estados e da Federação, para criar instrumentos e políticas de governos que possam, digamos assim, assegurar com que, na evolução do processo de desenvolvimento, seja assegurada essa questão da sustentabilidade criando condições de proteção ambiental, proteção da terra, mas, ao mesmo tempo, criando as condições de qualidade de vida humana nas nossas regiões.

Parabéns, Presidenta Regina, pela sessão. E parabéns à CNBB, com a campanha da fraternidade, sempre oportuna nos graves e grandes problemas do nosso País.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paulo Rocha, que conhece bem os problemas do bioma da Amazônia.

A gente caminha agora para o encerramento. Quero agradecer ao Padre Paulo Renato que é Assessor Político da CNBB e que ajudou a organizar a sessão.

Quero ler um trecho da carta de D. Sérgio. Ele não pode vir porque tinha um compromisso agendado. D. Sérgio Rocha foi Arcebispo na minha cidade, em Teresina, e ele escreve aqui um agradecimento, mas vou ler só o final. Ele diz:

[...] Pela sua natureza e pela complexidade das questões abordadas, a Campanha da Fraternidade necessita sempre de parcerias, de reflexão e de ação conjunta. A preservação dos biomas e a defesa dos povos originários, em pauta neste ano, exigem a participação do Poder Público, a ação efetiva do Governo e dos órgãos públicos. A abertura das portas do Senado Federal para homenagear a Campanha da Fraternidade é motivo de esperança e sinal de compromisso com a preservação de nossa casa comum, representada pelos biomas. Os biomas, dons do Criador, sejam acolhidos com gratidão, e cuidados com responsabilidade!

Desejo a Vossa Excelência e a todos os participantes dessa Sessão, as copiosas bênçãos de Deus.

D. Sérgio da Rocha, Cardeal Arcebispo de Brasília.

Quero agradecer ao D. Marcony, ao Padre Luís Fernando e ao Prof. Ivo Poletto por essa...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quero registrar a presença do Deputado Flavinho, do PSB, de São Paulo. Muito obrigada. Infelizmente – vamos ter sessão aqui agora –, estamos caminhando para o final. Quero agradecer muito a sua presença.

E, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão solene.



(Levanta-se a sessão às 10 horas e 43 minutos.)

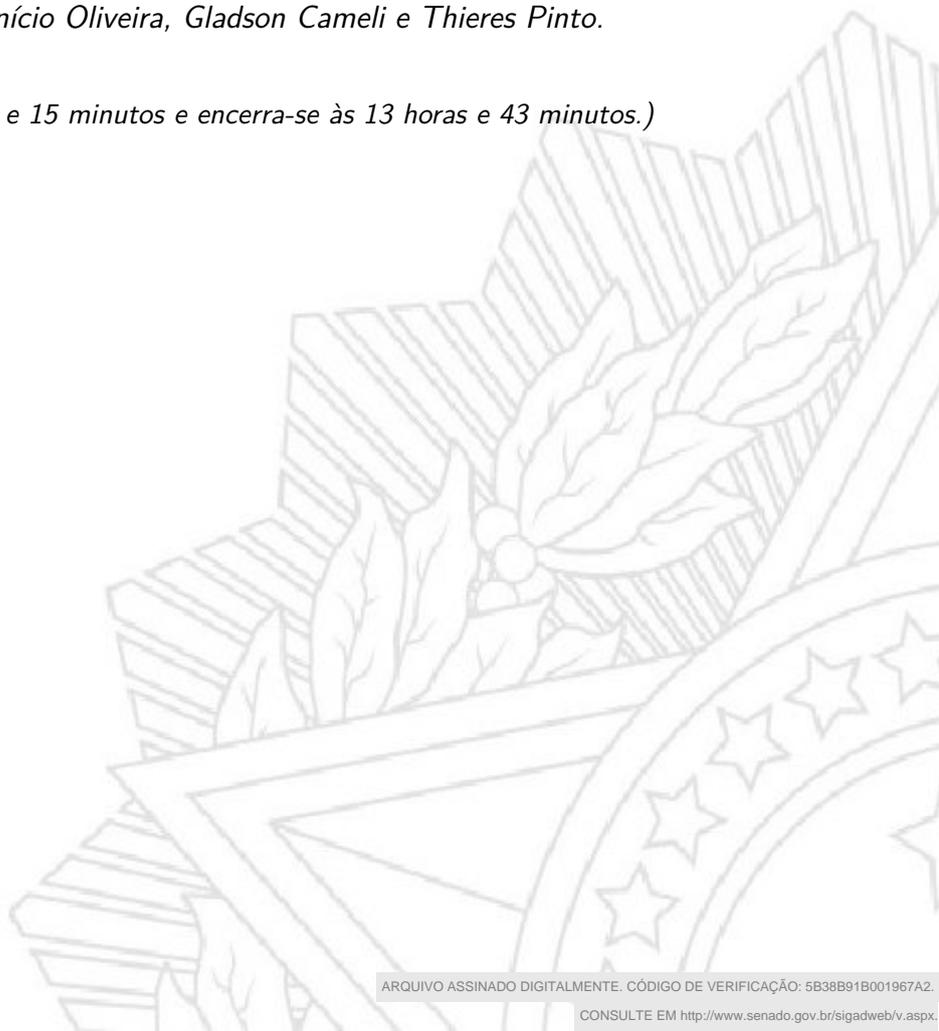


40ª Sessão, Não Deliberativa,
em 6 de Abril de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eunício Oliveira, Gladson Cameli e Thieres Pinto.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 15 minutos e encerra-se às 13 horas e 43 minutos.)



ATA



O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Havendo número regimental, declaro aberta esta sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241, do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do sumário**)

Passo a palavra ao Senador Paulo Rocha – na sequência, o Senador Ataídes fará uma comunicação inadiável. O senhor tem a palavra, Senador, por 20 minutos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, hoje, eu quero repercutir aqui, nesta Casa, um processo de grande gravidade lá no meu Estado, principalmente na Região Metropolitana de Belém.

Vou reproduzir aqui a intervenção do Deputado Carlos Bordalo, do PT, feita na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, produto da sua atuação política. O nosso Parlamentar, além de ser Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado, também foi o Relator de uma CPI, a chamada CPI das Milícias, na Assembleia Legislativa do meu Estado. Agora, produto disso, o nosso Parlamentar está sendo ameaçado exatamente por chefes de milícias que rondam ali, nos nossos bairros, na Região Metropolitana de Belém.

Só para vocês terem uma ideia – não é diferente de outras regiões do nosso País –, mata-se mais jovem no final de semana nas regiões metropolitanas do nosso Estado do que nas guerras do Oriente Médio. Cerca de 10 a 17 jovens têm suas vidas ceifadas em finais de semana, produto da questão da indústria do narcotráfico e dessas questões de milícias, que são organizadas por esses chefes de quadrilha e chefes do narcotráfico.

O Pará tem uma história muito triste em relação à questão daquele que se arvora em fazer a defesa dos direitos humanos ou a defesa da terra no nosso Estado. Eu venho do movimento sindical. Desde a época da luta sindical pela terra lá no Pará, cerca de 660 líderes sindicais, líderes pastorais, advogados, Deputados foram assassinados ao longo dos últimos 30 anos no nosso Estado. Dois Deputados conhecidos, um do PSB e outro do PCdoB, o Deputado Paulo Fonteles e o Deputado João Batista, foram assassinados, por colocarem seu mandato à disposição, na luta pelos interesses na disputa da terra lá no nosso Estado. Foram ceifados também cerca de 600 dirigentes sindicais – conhecidos, como o Benezinho, o Salvadorzinho. Neste final de semana, vai fazer 30 anos do assassinato do sindicalista Virgílio Serrão Sacramento – inclusive, participarei, no sábado, pelos 30 anos dessa questão do nosso líder lá assassinado. Recentemente, foram também assassinados aqueles que se arvoravam a defender a questão ambiental, como no caso conhecido internacionalmente, inclusive, da morte da Irmã Dorothy. Há 28 anos, a eliminação do líder Chico Mendes também teve repercussão internacional dada a sua luta em defesa da floresta, em defesa da terra, em defesa da questão ambiental. Cito também o caso do casal José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo.

Estou dando esses exemplos, porque é triste a história, no meu Estado e na Amazônia, daqueles que se arvoram na defesa dos direitos humanos, na defesa da terra e da questão ambiental, sem nenhuma proteção governamental, do Estado brasileiro nessa questão. Eu mesmo, quando cheguei aqui, fui autor de leis como, por exemplo, a lei de combate ao trabalho escravo, porque venho dessa realidade, como o uso do trabalho escravo na exploração da terra, na busca do lucro fácil.



Eu queria aproveitar exatamente este momento para chamar a atenção, principalmente do Governo do Estado, para o fato de que mais um Deputado, agora o Deputado Carlos Bordalo, está sendo ameaçado, em sua vida, em sua família, por causa da questão de combate às milícias que rondam em torno das nossas regiões metropolitanas. Não só na Região Metropolitana de Belém, mas nas grandes cidades no interior do Estado, já há esses episódios de avanço do narcotráfico combinado com as milícias, colocando em xeque, colocando em perigo a vida daqueles que se arvoram a defender uma sociedade mais humana, uma sociedade de mais cidadania. Portanto, eu queria chamar a atenção do nosso Governador.

Eu irei em busca de uma audiência com o nosso Governador para que ele proteja as nossas lideranças, principalmente, agora, o nosso Deputado Carlos Bordalo, que está sendo ameaçado de morte exatamente por presidir a Comissão de Direitos Humanos e por ter sido Relator da CPI de combate às milícias na nossa Região Metropolitana. Portanto, é de responsabilidade do nosso Estado, do nosso Governo do Estado proteger os cidadãos, principalmente as figuras públicas que expõem a sua vida em defesa dos direitos, em defesa da cidadania e da dignidade humana.

Eu queria fazer este registro aqui no plenário do Senado, infelizmente repercutindo essa história triste daqueles que defendem a questão ambiental, a luta pela terra e a questão dos direitos humanos na nossa região.

É grave, Sr. Presidente, e por isso, historicamente, têm estes números que envergonham a nossa região e envergonham o nosso Estado. Estes números já têm repercussão internacional perante os órgãos que defendem os direitos humanos mundiais por causa desses tristes números e desta triste realidade que ainda se comete, que os poderosos cometem...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... em relação àqueles que defendem os direitos humanos do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Paulo Rocha, pelo seu pronunciamento.

Passo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira, do PSDB de Tocantins, que fará uma comunicação inadiável.

Senador, o senhor tem a palavra.

Na sequência, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Venho a esta tribuna mais uma vez, hoje com certa tristeza. Semana passada, protocolei um requerimento de urgência para um projeto de nossa autoria, 386, que tem como finalidade destinar 30% de toda a verba do Sistema S – Sesi, Senai, Sesc, Senac e outros – para a seguridade social, em especial para a aposentadoria rural. Pois bem, cheguei a coletar, em questão de meia hora, 40 minutos, 29 assinaturas de Senadores e de Senadoras para que esse projeto, então, tramitasse em regime de urgência, uma vez que está no Congresso Nacional um projeto de reforma da Previdência Social, elevando a idade mínima para 65 anos para aposentadoria, como também, Sr. Presidente, as mudanças nos anos de contribuição.



Nós sabemos que este projeto conta hoje com muita rejeição aqui no Congresso Nacional. Então, esse nosso projeto viria exatamente para suprir em parte, em uma boa parte, essa aposentadoria rural, ou seja, esse rombo da Previdência. Mas, lamentavelmente, desses 29 Senadores e Senadoras, nove retiraram as suas assinaturas. E mais uma vez o Sistema S venceu, Senador Alvaro Dias, mais uma vez, esse Sistema S que, eu tenho dito a longa data, está no rumo errado.

O Sistema S, no Brasil, bancado com o dinheiro do povo, tributos, arrecada por ano... Eu vou mostrar aqui, por ano! Em 2012, R\$22 bilhões; em 2013, R\$27 bilhões; em 2014, R\$31 bilhões; em 2015, R\$34 bilhões; em 2016, na crise, ainda conseguiu arrecadar R\$32 bilhões! Bilhões de reais de dinheiro do povo!

Ele é, o Sistema S, Senador Alvaro, o sexto maior orçamento da União. Ele só não consegue ganhar do Ministério da Saúde, da Educação, da Defesa, do Trabalho e do Desenvolvimento Social, incluindo a Previdência Social. O resto, o Sistema S ganha de todos os outros 24 Ministérios.

Estou dizendo isso só para se ter uma noção do poderio que é o Sistema S, quanto é que eles arrecadam de dinheiro público para qualificar a mão de obra, levar lazer e saúde para o povo brasileiro. É tudo que eles não fazem. A gratuidade não passa de 15% de todo o Sistema S, segundo o TCU.

Cheguei a escrever um livro *A Caixa Preta do Sistema S*.

Isso é lamentável. O Sistema S hoje tem mais...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Permita-me um pouco mais, Sr. Presidente.

O Sistema S hoje tem mais de R\$22 bilhões aplicado no mercado financeiro. Eu não estou dizendo isso. Quem está dizendo é o Tribunal de Contas da União e o Ministério da Transparência, antiga Controladoria-Geral da União. Tem R\$22 bilhões de reais aplicados no mercado financeiro.

Eu pergunto: quem está se beneficiando desses vinte e tantos bilhões de reais aplicados no mercado financeiro hoje? E digo mais, além de eles estarem no mercado financeiro com esse rio de dinheiro, que era para qualificar a mão de obra do nosso trabalhador, que era para dar oportunidade aos jovens, os "nem nem", que nem estudam nem trabalham nem têm a oportunidade de fazer um curso profissionalizante, quando batem na porta deles têm que pagar um...

(Interrupção do som.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ...um curso profissionalizante.

Além do mercado financeiro, Senador Alvaro, olhe essa barbaridade aqui. Na semana passada, no *Bom Dia Brasil*, saiu uma grande reportagem sobre os aluguéis passivos no Brasil, 2 bilhões que o Governo Federal está pagando de aluguéis passivos, com mais de 18 mil imóveis paralisados no Brasil. E olhe a barbaridade: o prédio, aqui em Brasília, alugado para a PGFN por 19,7 milhões/ano. Um outro aqui, alugado para a DPU: 15.100 milhões por ano.

Sabe de quem são esses prédios, Senador Requião? São do povo. São do Sistema S. São da Confederação Nacional do Comércio aqui de Brasília. Ou seja, eles pegaram o dinheiro do povo para qualificar a mão de obra, levar lazer e saúde para o nosso trabalhador, construíram os prédios... São sete torres. Construíram esses prédios e agora estão alugando para o povo novamente. Não basta terem



roubado o povo em primeira mão. Agora estão pegando novamente o dinheiro do povo. São milhões. Estão pegando o dinheiro do povo e, agora alugando esses prédios.

Será que isso está certo? Será que eu estou tão errado?

Sr. Presidente, eu agradeço e quero dizer o seguinte: nós temos um exemplo muito ruim aqui no Congresso Nacional. A Petrobras, a nossa querida Petrobras só chegou aonde chegou porque teve a benção, teve a proteção, teve o carimbo batido e assinado embaixo por este Congresso Nacional, por este Senado Federal e pela Câmara Federal. Se a Petrobras não tivesse sido blindada, protegida pelo Congresso Nacional, nós teríamos acudido a Petrobras muito antes do que aconteceu, R\$510 bilhões em dívidas. A culpa é do Congresso Nacional, e eu não tenho dúvida alguma disso. Aqui nós batemos carimbo e protegemos. Inclusive, na CPI da Petrobras... Eu me lembro perfeitamente, Senador Alvaro, de que ali havia um manto, uma proteção total em cima da Petrobras. Não havia nada errado dentro da Petrobras, até que o Ministério Público e a Polícia Federal colocaram a mão. E olhe o estrago que isso fez no nosso Brasil.

Agora, estou puxando a história do sistema S, Sr. Presidente, para dizer que o Sistema S – Sesi, Senai, Sest, Senat, Sesc, Senac, Sebrae – é outra Petrobras.

Não sei se vou estar aqui em 2019. Acredito que não. Mas alguém, um dia, aqui, neste Senado Federal vai lembrar: um Senador empresário que esteve aqui falou sobre o Sistema S, escreveu um livro, mostrou a todos nós que essa bomba iria explodir.

O Sistema S, quero deixar claro aqui, eu, que venho da Contabilidade, do Direito, com 30 anos administrando empresas, o Sistema S é uma segunda Petrobras.

Estou vendo aqui um punhado de garotos que, se baterem na porta do Sesi e Senac, vão ter que pagar para fazer curso. É errado! É errado porque eles estão com R\$32 bilhões para atender vocês...

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ...que querem fazer um curso profissionalizante e não têm condições de pagar o curso.

Nós estamos aqui blindando o Sistema S, mas blindando mesmo, até que o Ministério Público e a Polícia Federal botem as mãos neles. Aí sim, será mais cadeia de muita gente neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Ataídes Oliveira, do PSDB de Tocantins.

Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, do PV do Paraná.

O senhor tem 10 minutos, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, há um impasse não superado.

Quando do *impeachment* da Presidente Dilma impetramos mandado de segurança por considerar inconstitucional a segunda votação, que manteve os direitos políticos da Presidente cassada.

O Texto Constitucional é claro. Não há como estabelecer esse fatiamento, não há sequer vírgula quando se fala do impedimento do governante com a consequente perda dos direitos políticos por oito anos.



De forma inusitada, naquela data, agosto – foi no mês de agosto –, nós tivemos o fatiamento da decisão proferida pelo Senado Federal, decretando o *impeachment* da Presidente Dilma, mas preservando os seus direitos políticos.

Imediatamente no dia 1º de setembro, impetrei mandado de segurança. Posteriormente, outros mandados de segurança foram também impetrados. A Ministra Rosa Weber tornou-se a relatora. O Mandado de Segurança de nossa autoria é o de número 34.379. Encontra-se na Procuradoria-Geral da República para parecer.

Nós entendemos ser fundamental a superação desse impasse. Não há como se estabelecer como jurisprudência firmada a decisão infeliz daquela oportunidade. Quando se declarou a Presidente Dilma impedida de governar o País pela prática do crime de responsabilidade, a consequência imediata seria a perda dos seus direitos políticos por oito anos.

Nós estamos, portanto, Sr. Presidente, na tribuna, no dia de hoje, solicitando à Procuradoria-Geral da República o seguimento das providências relativas a esse mandado de segurança. E, da mesma forma, requerendo desde já ao Supremo Tribunal Federal a agilidade que se faz necessária para a superação desse impasse.

Eu repito, Senador Ataídes: é importante que não prevaleça uma jurisprudência que significa ferir frontalmente a Constituição do País. E, como diz Immanuel Kant, a melhor Constituição é aquela na qual o poder pertence não aos homens, mas às leis.

Respeitosamente, fazemos essa cobrança ao Procurador-Geral República, pedindo encarecidamente a agilidade nos procedimentos para que se responda à Ministra Rosa Weber, a fim de que o Supremo Tribunal Federal possa julgar esse mandado de segurança, eliminando essa dúvida que perdurou desde a votação do *impeachment* aqui no Senado Federal.

Como a oportunidade é de cobrança, passo a cobrar agora o Governo do Presidente Michel Temer, que, através do Ministro da Educação, manifesta despreço ao Senado Federal e, sobretudo, rasga a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, que regulamenta o direito previsto na Constituição de qualquer pessoa solicitar e receber, dos órgãos e entidades públicos de todos os entes e Poderes, informações públicas por eles produzidas ou custodiadas.

Com essa Lei de Acesso à Informação, a publicidade passou a ser a regra e o sigilo, a exceção. Dessa forma, as pessoas podem ter acesso a qualquer informação pública produzida ou custodiada pelos órgãos e entidades da Administração Pública. A exceção é a informação cuja divulgação indiscriminada possa trazer riscos à sociedade ou ao Estado, o que não é o caso do pedido em questão.

Estando a informação disponível, ela deve ser entregue, imediatamente, ao solicitante. Caso não seja possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade tem até 20 dias para atender ao pedido, prazo que pode ser prorrogado por mais dez dias, se houver justificativa expressa.

Pois bem, Sr. Presidente, no dia 9 de novembro de 2016, encaminhei ao Ministro Mendonça Filho, da Educação, o requerimento de informações a respeito do funcionamento de uma universidade federal, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), com sede em Foz do Iguaçu, no Paraná, e até hoje não obtivemos resposta.

O que indagamos: qual o número do contingente de alunos total do corpo discente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana? Qual a origem dos alunos que integram os cursos de graduação, extensão e mestrado oferecidos pela Unila, identificando o número de alunos de cada país estrangeiro e nacionais? Qual o sistema que rege o ingresso, tanto de alunos brasileiros quanto de



estrangeiros, bem como as modalidades fixadas, estabelecidas para admissão à Unila? Quais os critérios e pré-requisitos acadêmicos que norteiam a contratação de professores da Unila? O corpo docente da universidade é formado por profissionais oriundos de quais instituições acadêmicas? Quantos professores estrangeiros? Quais os países de origem? Os títulos acadêmicos dos professores estrangeiros estão devidamente cancelados pelo Ministério da Educação? Quais os critérios adotados para o aproveitamento de diplomas emitidos por universidades brasileiras e estrangeiras, bem como os critérios observados no processo de transferência pela Unila? Qual o valor do custo por aluno matriculado nos cursos de graduação, extensão e mestrado da Unila? Qual o valor do custo da instituição, considerando a totalidade dos gastos de manutenção da Unila? Algum país estrangeiro contribui com a manutenção dessa universidade? Se afirmativo, qual o país e valor da contribuição?

É relevante conhecer, de forma detalhada e transparente, o funcionamento das instituições de ensino superior no Brasil, considerando que esse segmento é estratégico para o nosso País. Por isso, fizemos essas indagações ao Ministro da Educação.

Há denúncias a respeito do funcionamento atípico dessa universidade. Ela vive uma crise permanente, que perdura desde a sua construção, desde a construção do seu edifício, até a sua constituição. E nós precisamos conhecer para avaliar a razão dessas críticas. É preciso saber quais as informações que tem o Ministro da Educação a nos oferecer, para que possamos fazer aqui a avaliação, para que possamos avalizar as críticas que são, muitas vezes, contundentes...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ... em relação a esta Universidade, ou não avalizar.

Portanto, a lei existe para ser respeitada. Mas, se todo brasileiro tem obrigação de respeitar a lei, mais do que qualquer brasileiro, nós que somos Parlamentares e que somos responsáveis pela elaboração da nossa legislação temos dever maior de respeitar. E o Ministro da Educação é um Parlamentar. É um Deputado Federal. Ele não ignora a importância do respeito à legislação vigente no País. Não deve ignorar também a importância do respeito ao Poder Legislativo, que tem, sim, a missão de fiscalizar o Poder Executivo.

Por essa razão, lamento profundamente esse despreço ao Legislativo, esse desrespeito à Lei do Acesso à Informação e espero que o Ministro possa urgentemente...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ... com todo esse atraso, fornecer essas informações, para que nós possamos fazer uma avaliação correta do funcionamento dessa universidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Passo a palavra, agora, ao Senador Humberto Costa, que falará pela Minoria.

Senador, o senhor tem cinco minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. *Fora do microfone.*) – Quem é o próximo?



O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – O próximo inscrito é o Senador Renan Calheiros, que falará Liderança do PMDB. Na sequência, o senhor. Ou vice-versa, quem estiver no plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Sem problema. A gente não tem problema de tempo aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, internautas que nos seguem pelas redes sociais, ontem eu tive a oportunidade de denunciar aqui desta tribuna o ataque violento que a saúde pública está sofrendo no nosso País, um ataque que vem de onde menos se entende, de onde menos se espera: um ataque perpetrado pelo Ministério da Saúde.

No caso do Programa Farmácia Popular, que atende especialmente a população mais pobre, 20% da rede credenciada – aquelas farmácias privadas onde as pessoas vão buscar o medicamento para hipertensão, para diabetes, para asma – foi descredenciada. Além disso, 400 unidades que pertenciam ao Governo Federal foram fechadas. Nessas unidades, compra-se medicamento pelo preço de 10% do valor cobrado na rede privada.

Ou seja, é um desmonte acelerado de um programa que beneficia diretamente 10 milhões de brasileiros por mês. A Anvisa, que sempre foi um órgão de excelência na atenção em todas as áreas da vigilância sanitária, está absolutamente escanteada, amargando hoje um déficit de pessoal da ordem de 700 profissionais.

O engenheiro colocado no comando do Ministério da Saúde por Michel Temer, esse Presidente sem voto, o Deputado licenciado Ricardo Barros, nada constrói em proveito da população. Sua função, ao contrário, é destruir, é desmontar.

Faz isso com o SUS, do qual ele é inimigo figadal, como já ficou evidenciado em uma série de falas que deu contra um dos maiores patrimônios dos brasileiros, o maior sistema de inclusão social do planeta, que nós precisamos melhorar para que se torne mais eficiente, e não levá-lo a encolher até que se acabe.

Essa, no entanto, parece ser a meta do Ministro, que tem agido deliberadamente para reduzir a rede e os procedimentos oferecidos pelo SUS, com a finalidade de obrigar a população a migrar para o seu programa de planos de saúde populares, em que a iniciativa privada será a grande beneficiada. Vai ganhar muito para oferecer menos do que oferece hoje aos consumidores.

Esses planos de saúde populares são um engodo, são uma mentira. As pessoas vão adquirir planos para ter direito a consultas simples, a alguns exames, e, para tudo que precisar, em termos de uma complexidade maior, serão encaminhadas para o Sistema Único de Saúde. É o parasitismo. É um desrespeito à própria legislação que trata da regulação dos planos de saúde.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu peço a V. Ex^a, na ausência de oradores, que eu pudesse ter uma tolerância para fazer o meu pronunciamento, que eu reputo, como os demais, que é importante.



Também tive a oportunidade de denunciar aqui o desmonte acelerado do Mais Médicos, cuja cobertura já foi reduzida em 15% no território nacional, deixando 8 milhões de brasileiros sem qualquer assistência médica. Some-se a isso o fato de os profissionais estarem com os salários atrasados, o que tem levado vários deles a abandonarem seus postos por não poderem seguir trabalhando sem remuneração.

Não bastasse esse rol de absurdos, o Governo cometeu, na semana passada, uma outra violência contra esse programa criado pela Presidenta Dilma Rousseff, reconhecido nacional e internacionalmente. Os investimentos de R\$3,3 bilhões, previstos no orçamento para custeá-lo, deixaram de ser obrigatórios e passaram a ser discricionários. Ou seja, o Governo tem um valor que está previsto lá, mas ele não precisa efetivamente gastar. Pode simplesmente não liberar ou cortar, o que na prática significa asfixiar o programa até destruí-lo de vez.

Nesse sentido, já apresentei requerimento de convocação do Ministro Ricardo Barros, para que ele venha a este Senado explicar todas essas questões nas quais está diretamente implicado. Juntamente com o Senador Paulo Rocha, Vice-Líder do PT, estou também apresentando um projeto de decreto legislativo para sustar os efeitos dessa decisão canhestra desse Governo incompetente de transformar as despesas do Mais Médicos em discricionárias, com o claro propósito de fulminar o programa.

O Presidente Lula tem, reiteradamente, dito algo que ele fala com propriedade, porque fez em seus governos e mostrou que dá certo: quanto mais se cortam investimentos, mais a economia encolhe e mais cortes são necessários. Então, não é cortando recursos – especialmente de áreas essenciais, como a saúde e a educação, que é o que esse Presidente inepto tem feito – que nós vamos tirar o Brasil da crise. O melhor exemplo é a nossa situação atual. Esse não era o autoproclamado Governo de salvação nacional? Onde está a salvação? Só quem está se salvando são os rentistas desse País, é o sistema financeiro, enquanto o povo, os pobres, a classe média continuam amargurando essa recessão. Onde está a retomada da economia tão prometida? Em que a vida dos brasileiros melhorou depois desse golpe? O que nós vemos é a retirada acelerada de direitos e conquistas, uma após a outra, com o pretexto de que isso vai colocar o Brasil nos trilhos. Mentira, descarada mentira.

Estão estrangulando o Brasil com mais um corte de R\$58 bilhões do orçamento, dos quais R\$42 bilhões seriam investimentos. Isso, seguramente, vai nos levar a mais crises e às suas consequências nefastas, como o crescimento da pobreza e o alargamento do fosso social, que nós demoramos décadas para reduzir.

Então, vamos oferecer toda a nossa oposição a essas medidas tortas adotadas pelo Presidente sem voto na área da saúde. Tenho certeza de que, nessa luta, estamos associados a todos os brasileiros, porque a maior preocupação da nossa população, em qualquer pesquisa que se faça, é exatamente a saúde pública. E, num momento em que se espera saúde pública de mais qualidade e avanço de direitos, não podemos permitir que o Sistema Único de Saúde – uma construção histórica de décadas...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... seja desmontado em favor dos interesses privados, aos quais esse Governo lesivo, inepto, incompetente, irresponsável de Temer serve vergonhosamente como um capacho.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância, aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras.



O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Humberto Costa, que falou pela Minoria.

Passo a palavra ao Senador Roberto Requião. O senhor dispõe de dez minutos, Senador.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. *Fora do microfone.*) – Com tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Pode ter certeza de que aqui não falta é tempo, Senador.

Aproveitando a oportunidade, nobre Senador Requião, quero parabenizar e fazer um comunicado, um registro dos alunos do Ensino Médio da Escola Britânica de São Paulo.

Parabéns a todos, sejam bem-vindos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, quem se der ao trabalho de pesquisar os meus discursos nesta Casa, quer do primeiro mandato – entre 1995 e 2002 –, quer dos últimos seis anos, vai identificar a minha obsessão por formular e construir um projeto para o Brasil.

Em cada um desses pronunciamentos, revelo a minha angústia em ver um governo atrás do outro correndo atrás do próprio rabo; um governo atrás do outro abatido, subjugado pela macroeconomia de curto prazo; um governo atrás do outro enrolado em pacotes, em medidas de impacto, em atalhos emergenciais, em desonerações fiscais; e isso e aquilo.

Pois bem, hoje, ainda mais uma vez, volto ao tema "Um Projeto para o Brasil", mas, antes, quero percorrer, com as senhoras e os senhores, os meandros do debate nacional sobre a busca de um projeto nacional, um projeto para o País.

Primeira constatação, Senador Capiberibe: na atualidade, nessa década e meia do século XXI, não há sintonia entre os pensadores quando se procura definir o que seria um projeto de longo prazo para o Brasil. Falta uma visão geral, pelo fato de que as ideias desses intelectuais se encontram encapsuladas dentro dos seus nichos de interesse e estão, muitas vezes, presas aos discursos do politicamente correto ou das medidas emergenciais. Hoje, diferentemente da primeira metade do século passado, os intelectuais pensadores do Brasil não conseguem raciocinar holisticamente, ficam presos a particularismos.

Podemos dividir esses pensadores em quatro grupos. No primeiro grupo, estão os sociólogos da inclusão, isto é, aqueles que consideram que a principal responsabilidade do Estado é com a inclusão social e regional. Entram aí alguns sociólogos de esquerda, movimentos sociais e toda aquela legião de pensadores que, até há pouco, divulgavam que o Brasil estava se transformando em um País relativamente menos injusto, e que não admitem o retrocesso de nenhum direito conquistado.

No segundo grupo estão os economistas do Estado indutor, que definem uma política de câmbio mais agressiva, com maior desvalorização da nossa moeda, menos rigor fiscal, maior tolerância com a inflação e a defesa de juros mais baixos. Com diferentes ênfases nessas ações, mas com convergência no ataque aos recentes apelos – ajuste fiscal –, eles são encontrados nos cursos de economia ligados à Universidade de Campinas e à Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Unicamp vai além, defendendo também o desenvolvimento social.

No terceiro grupo, temos os economistas do Estado condutor, que também defendem uma política de câmbio mais agressiva, com maior desvalorização do real.



Eles são também críticos em relação à política monetária. São contra os juros altos, mas entendem ser importante a ação do Banco Central na utilização da taxa de juros para o controle inflacionário e defendem limites para os gastos públicos acompanhando a inflação e o crescimento do Produto Interno Bruto. Esses economistas enxergam ainda os salários como um componente de produtividade e advogam gastos públicos para investimentos, não para despesas correntes. Eles estão mais presentes na escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo. Entre os economistas do Estado, tanto aqueles do Estado indutor como os do Estado condutor, existem, ainda, os que propõem políticas fiscais contracíclicas, isto é, que sejam restritivas em tempo de crescimento e expansivas em tempos de recessão, mas sem engessar a política fiscal.

Por fim, no quarto grupo, temos os desenvolvimentistas, onde se incluem herdeiros das tradições do Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) dos anos 50 e dos formuladores dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, que acreditam que um país só se realiza se dispuser de um projeto nacional. Nesse projeto nacional juntam-se políticas industriais, diplomacia, defesa, industrialização, uso estratégico do mercado interno, parcerias com grupos nacionais, tudo decorrente de um planejamento de Estado coercitivo para o setor estatal e indicativo para o setor privado.

Para os desenvolvimentistas, a questão social fica em segundo plano, como uma espécie de consequência do desenvolvimento industrial. Não por outro motivo, a fase de industrialização brasileira, especialmente no período militar, foi marcada por uma grande concentração de renda.

Considero, Sr^{as} e Srs. Senadores, que nenhum desses quatro grupos hoje consegue definir um modelo sistêmico de desenvolvimento que possa resultar em um exitoso projeto nacional. No entanto, a partir da década de 30 do século passado, isso foi possível. Industrialização, urbanização e integração do território nacional eram os eixos daquele projeto, acompanhados de intervenção estatal na economia toda vez que o setor privado se demonstrasse incapaz de vencer os gargalos que a economia apresentava. Esse projeto foi razoavelmente bem-sucedido até 1980.

Os quatro grupos nomeados apresentam, cada qual, suas idiosincrasias e necessitam ou da visão completa da realidade ou da readequação à contemporaneidade. Muitas fórmulas vitoriosas, nas cinco décadas que se seguiram à Revolução de 30, não seriam mais únicas em um País que encontrou a importância da melhor distribuição de renda como fator de construção da cidadania e do mercado interno. Mas, sua concepção macro não se perdeu no tempo, já que a indústria ainda é o motor do desenvolvimento. A urbanização traz consigo menores gastos sociais. A integração do território gera infraestrutura e vice-versa. A ação estatal na economia é instrumento central para o desenvolvimento das nações. Assim sendo, há alguns pressupostos para o desenho de um novo projeto para o País, uma espécie de roteiro, que são premissas que se apoiam no passado, inclusive no passado recente, que se refletem no presente...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... e se projetam para o futuro.

Presidente, eu estou tentando colocar, para o conhecimento no Congresso, um projeto nacional – elaborado pelo meu gabinete, com a minha participação, evidentemente –, que eu quero contrapor a tudo isso que está acontecendo hoje.



Eu havia solicitado ao companheiro que presidia a sessão antes de V. Ex^a a tolerância de um tempo, esse tempo que normalmente se dá para o Aécio Neves e para esses companheiros tão importantes, para que este humilde Senador pudesse expor as suas teses.

O primeiro pressuposto...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Requião, os Senadores são todos iguais aqui. Então, não há diferença entre o Senador Aécio Neves e V. Ex^a.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Essa é a minha esperança.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Então, nós temos... Só que nós temos o horário de 11h para a Ordem do Dia, mas eu vou aguardar o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Essa é a minha esperança.

O primeiro pressuposto é que se constituiu, ao longo dos últimos anos, uma enorme dívida pública, que inviabiliza qualquer ação estatal que necessite de investimento e que poderia servir e ter êxito na solução dos entraves para promover o desenvolvimento do País.

O segundo pressuposto é que no século XXI houve uma melhor distribuição de renda, resultado da implantação de políticas sociais, possibilitada também pela melhor relação de trocas no comércio internacional, que elevou o preço das *commodities*.

O terceiro pressuposto, Senador Tasso, é o fato de o País ter integrado ao litoral significativa parcela de seu interior, tendo até deslocado sua Capital Federal a mais de mil quilômetros da costa.

O quarto pressuposto é que o Brasil conta com uma indústria ampla e diversificada, a mais completa do Hemisfério Sul e da América Latina.

O quinto pressuposto é o Brasil ter se transformado em um país urbano. Mais de 84% de nossa população vivem em aglomerados urbanos e mais de 45% habitam grandes metrópoles.

Vamos agora analisar cada um dos cinco pressupostos. O Brasil possui uma enorme dívida pública – o primeiro pressuposto. Toda orientação da política econômica recente tem sido no sentido de criar o impossível, ou seja, criar as condições de se honrar enorme dívida pública, contraída ao longo dos anos e maximizada no último quarto de século.

Essa dívida enorme é impagável! É impagável e, ao invés de se tornar um impedimento exercício da ação estatal, vira ajuste fiscal e cortes orçamentários. Ela deveria ser vista, ao contrário, como um elemento promotor de investimentos, pela sua ordenada e planejada alocação em atividade produtiva – exemplo da Alemanha, exemplo dos Estados Unidos, no New Deal.

Tal modificação de enfoque é a chave para o sucesso de qualquer projeto de longo prazo para o Brasil. Os instrumentos fundamentais para a construção dessa enorme dívida pública foram, nos últimos anos, sucessivas desonerações do capital, acompanhadas por uma política econômica que não enfrentou as questões do câmbio apreciado e dos juros escorchantes.

Mantém-se um errôneo modelo que dá toda a liberdade para o capital e que pratica a mais alta taxa de juros do Planeta. Essa liberdade e os juros atraem capitais voláteis que promovem a apreciação cambial e a perda de competitividade da produção interna.

Por isso, a construção de um projeto nacional exige câmbio competitivo e controlado, uma nova política monetária que traga os juros aos níveis internacionais e a troca da lógica da atração da poupança externa pela enorme poupança interna, que será liberada pela conversão da dívida pública em investimentos. É o exemplo de Hjalmar Schacht, na Alemanha.

Segundo: o Brasil precisa melhor distribuição de renda.



A primeira década do século XXI demonstrou que a melhoria na distribuição de renda, através de políticas sociais, pode ser uma peça importante no processo de desenvolvimento do País. Contudo, ela tem de ser permanente e baseada em fatores internos e não ao sabor da alta internacional de *commodities*.

O reconhecimento constante do fator trabalho, no processo, deve ser buscado através de uma política que valorize o emprego, o salário mínimo e as relações trabalhistas. Este é um instrumento importante de distribuição de renda.

Contudo, um dos elementos centrais para a melhoria permanente na distribuição de renda é a construção de um sistema educacional que garanta, no mínimo, uma década e meia de bancos escolares à população e que vocacione a maior parte dos formandos para as ciências naturais e a engenharia. A reformulação de currículos, a valorização do magistério, o fomento à pesquisa científica precisam ser pilares desse modelo de educação em massa.

Montar uma economia não depende da mão de obra barata para ser bem-sucedida, exige um novo tipo de trabalhador, um trabalhador educado e com maior renda.

Terceiro ponto: o Brasil precisa integrar seu Território.

Todo o esforço de construção da infraestrutura do Brasil, no último século, foi incapaz de prover acesso dos meios modernos de logística à metade do Território nacional. Isso se deve, entre outros fatores, ao desprezo pelo planejamento na ocupação do Território, à não priorização de recursos para a infraestrutura e à excessiva prioridade concedida ao modal rodoviário.

A formação da infraestrutura – seja social, aquela que envolve ações nas áreas de educação, saúde, segurança e saneamento; seja a econômica,...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... vocacionada para energia, transportes e comunicações – requer, necessariamente, planejamento de longo prazo e a elaboração detalhada de projetos de engenharia, mas requer, antes de tudo, a elaboração de um plano de ocupação do Território, que envolva desde ações de ordenamento territorial até política de ocupação fundiária. Entre essas ações, deve estar presente, em destaque, o planejamento da integração física do Brasil com os demais países da América do Sul e sua inserção mais logisticamente apoiada no comércio mundial.

Quarto ponto: o Brasil conta com uma base industrial. Ninguém tem dúvida disso. Em síntese, o Brasil conta com uma indústria, mas não é um país industrializado. Um país é industrializado quando a sua população usufrui dos bens produzidos por essa indústria. Grande parte da população brasileira não tem acesso aos bens industriais produzidos no Brasil, a começar pela sua casa, a casa própria. Logo, temos que aprofundar a industrialização do Brasil. Não é aquela história de exportar ou exportar a única solução. O Brasil se industrializa para oferecer produtos à sua população ou, então, a industrialização é uma quimera.

A industrialização do Brasil foi feita de forma progressiva e desbalanceada, em ciclos, sendo que o seu último grande movimento se deu faz meio século, provocado pelo segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, no setor de bens de capital e insumos básicos. Isso resulta hoje numa indústria que necessita ser modernizada para ser mais competitiva internacionalmente.

Além disso, houve permanentemente um incentivo à indústria metalomecânica, em especial ao seu ramo automobilístico, que colocou essa atividade como determinante na formação do produto



industrial. Precisamos agora incentivar setores que formam a moderna capacidade industrial de um país, quais sejam o eletroeletrônico, o de química fina, o de biotecnologia, entre outros, de forma a balancear melhor o produto industrial.

Uma das peças centrais de qualquer projeto de industrialização são as vantagens competitivas estáticas de um país. E uma dessas principais vantagens com que conta o nosso Brasil é o mercado interno, a capacidade de gerar massa crítica, ganhos de escala, para permitir a busca do mercado internacional. A essas vantagens cabe agregar outras, vantagens comparativas tidas não como estáticas, mas como dinâmicas, que resultam do planejamento, da formação de blocos de capitais e, principalmente, da ação estruturada do Estado nacional.

Quinto ponto: o Brasil é um país urbano. Urbanizar vai muito além de colocar gente nas cidades. Significa construir moradias; mecanismos de suporte, como escolas e hospitais; de convivência, como praças; de lazer, como cinemas e teatros; de segurança, como delegacias; fornecer transportes públicos que se adequem aos deslocamentos; e fundamentalmente promover infraestrutura social que dê saúde, educação e saneamento básico.

Mas o Brasil apenas colocou gente nas cidades, como atestam as favelas, os cortiços e os mocambos. Não urbanizou o País. É preciso fazer muitíssimo ainda na urbanização do País de forma a vencer a imensa desestruturação urbana que se vê nas cidades e metrópoles brasileiras. Isso requer planejamento urbano e um programa de construção civil de moradias que se encaixe no conceito moderno de formatação de cidades.

Nas políticas urbanas, deve ser dado à saúde pública um tratamento privilegiado, valorizando a medicina preventiva e o conceito de médico de família, promovendo o conceito de esferas crescentes de especialização nas clínicas e unidades hospitalares.

Parte central de qualquer urbanização é a construção da coesão social. Logo, os grupos de pressão que se reúnem em torno de tal e qual bandeira devem entender que a democracia é o governo da maioria e esses grupos precisam dar um passo além de seu fechado círculo de interesses, endossando todas as medidas que possam promover a massificação dos direitos civis. Urbanizar vai muito além de deslocar pessoas do campo para a cidade. Urbanizar é dar a essas pessoas emprego, educação, saúde, segurança e uma boa moradia, provida de água tratada, esgoto, energia e dos meios modernos de convivência social.

Sexto: esse capítulo eu denomino de "O Brasil no Mundo".

Todos os pressupostos acima dizem respeito à vertente interna de um projeto nacional. A inserção internacional do País e a conquista do mercado externo, seja política ou econômica, necessitam de uma estratégia geopolítica e de um conjunto de ações diplomáticas. Ações planejadas são necessárias para a conquista de novos mercados, para a montagem de grandes parcerias no mundo, para a atração de investimentos. Exemplos de ações bem sucedidas e praticadas recentemente pela nossa diplomacia foram a investida brasileira na África, a constituição do Banco dos BRICS e a formatação da Unasul.

Dispor de um bom aparato dissuasivo de defesa, investir em tecnologia militar, ter uma indústria moderna e diversificada, produtora de material bélico, ganhar total autossuficiência energética, praticar o *soft power* com vizinhos e países menores, divulgar amplamente nossa cultura, tudo isso faz parte da constituição dessa estratégia que lastreia a vertente externa de um projeto nacional.

Concluindo, o Brasil tem vantagens comparativas estáticas e amplas, recursos agroindustriais e minerais, um mercado de consumo crescente e uma cidadania mais exigente, que vem cobrando



políticas nacionais para todos, como na saúde e na educação. Esse deve ser o ponto de partida para identificar as vantagens competitivas dinâmicas, sua priorização, para a elaboração de um bem-sucedido projeto nacional.

Evidentemente eu estou me contrapondo a essa política do dependentismo, da subserviência como fator de crescimento, da venda de terras nacionais sem limite para países estrangeiros.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Estou me contrapondo a essa estupidez de gestão privada das nossas águas. Estou me colocando, de forma clara, a favor de um projeto de soberania nacional, com desenvolvimento e justiça social.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – V. Ex^a me permite um aparte rapidamente?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Com o máximo prazer, concedo um aparte ao Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria cumprimentá-lo pelo pronunciamento, Senador Requião, e dizer que, bem em cima das preocupações de V. Ex^a, hoje li, no jornal *Valor Econômico*, Senador Capiberibe, colegas Senadores, que a Casa Civil fechou uma proposta, um projeto que permite e autoriza a venda de terras no Brasil para estrangeiros, para corporações estrangeiras. Li e fiquei muito assustado. Já tínhamos essa preocupação. Eles estabeleceram limites para a compra. Então, veja, uma empresa, uma pessoa, um estrangeiro pode comprar até 25% do território de qualquer Município.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Caberia, então, mais ou menos, oito Estados de Israel dentro do Município do Acre e do Amapá.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Vou dar alguns números, mas também, do ponto de vista da cidade, pode-se comprar até 40% das cidades. Esse é o projeto que está vindo do Governo Temer para a Câmara, atendendo a setores...

(Soa a campainha.)

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... que trabalham com a agropecuária. Eu fiz uma conta. O Município maior do Brasil é Altamira e tem 159 mil quilômetros quadrados; o segundo é Barcelos, com 122 mil quilômetros quadrados. Nós aprovamos hoje a indicação de embaixadores para Israel e para a Eslovênia. Cada país desse tem 20 mil quilômetros quadrados. Nós estamos falando de um Município nosso que tem 159 mil. Quer dizer, grupos, corporações estrangeiras vão poder comprar países dentro da Amazônia brasileira. O meu Município tem 10 mil quilômetros quadrados, Rio Branco; o Acre tem 164 mil quilômetros quadrados. E o Presidente Collor, que presidia a reunião, falou: "É um feirão, vendendo o Brasil." Num pior momento para a economia brasileira, para o empresariado brasileiro, coloca-se o Brasil à venda – a Petrobras, os ativos da Petrobras, os ativos...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Pior do que isso, Senador, pior do que isso...

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... do saneamento...

(Interrupção do som.)



O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. *Fora do microfone.*) – ... é que o Ministro-Chefe continua Ministro, ao mesmo tempo em que propõe o fim da soberania nacional.

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Senador Roberto Requião, para V. Ex^a finalizar, esta Presidência irá conceder cinco minutos a V. Ex^a.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, só para agradecer. Então, queria agradecer o aparte e dizer que lamento. Já propus dois requerimentos, para termos uma audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debatermos e denunciarmos esse absurdo que agora vem do Governo, que está querendo pôr o Brasil à venda. Obrigado.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Eu agradeço...

Ah, por favor, Senador Capiberibe, com o máximo prazer, eu lhe concedo um aparte.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – O modelo de desenvolvimento brasileiro é fundamentado na exclusão social, na destruição ambiental e na dependência externa. V. Ex^a, com essa proposta, rompe definitivamente com esse modelo. Eu acompanhei o brilhante discurso e a proposta correta para transformar o Brasil num país de iguais e num país desenvolvido. Da base de riquezas que nós temos acho que nenhum outro país é detentor. Como é que nós não conseguimos formular políticas capazes de aproveitar essas riquezas? Um País com um mercado consumidor de mais de 200 milhões de brasileiros e brasileiras, com um potencial fantástico de desenvolvimento de sua economia não dá um salto adiante em função do marasmo político deste País. V. Ex^a coloca com precisão, numerando, ponto a ponto, as nossas possibilidades de avançar para um país desenvolvido. Nós temos essa oportunidade, porque nós temos tudo para conquistar isso.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Com fantásticas vantagens estáticas e dinâmicas. Mas temos um bando de entreguistas mandando um projeto dessa natureza, de venda de Território nacional para estrangeiros.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – E há mais do que isso. Há uma medida provisória tramitando aqui, na Casa – por falar em venda de terras para estrangeiros –, uma medida de autoria do Governo que faz mudanças graves na legislação agrária e abre a porta para a venda de terras para estrangeiros, mas também abre a porta para a legalização de grilagem, que é um problema que nós vivemos na Amazônia. Se essa medida provisória for aprovada aqui, está legalizada a grilagem em todo o País. Portanto, quero parabenizá-lo pela proposta, que rompe com a dependência externa, com a exclusão social e com a destruição ambiental.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Logo, se eu entendi bem, nós temos um Governo que está mandando uma medida provisória a favor dos grileiros e, em seguida, permite que os grileiros vendam a terra grilada a países estrangeiros, em uma proporção absolutamente inaceitável e sem limite. Nós não temos um Governo; nós temos um projeto de entreguismo que se chama dependentismo, formulado pelo Fernando Henrique Cardoso com Enzo Faletto, lá atrás, e que agora se aperfeiçoa e se radicaliza com a tal Ponte para o Futuro, que é o fim de um projeto de soberania nacional.

Perdoe-me a Mesa pelo tempo e os ouvintes da Rádio Senado e expectadores pela indignação. A minha indignação está chegando ao limite. E essa indignação será, ao fim e ao cabo, a indignação do



povo brasileiro, que não vai aceitar mais essa política entreguista e predadora que nós estamos vendo acontecer no País.

(Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Thieres Pinto deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)

(Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Eunício Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gladson Cameli, 2º Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Antes de conceder a palavra ao Senador Jorge Viana, para uma comunicação inadiável, quero registrar que estavam presentes nas galerias da Casa universitários dos cursos de Administração e Contabilidade do Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica), de Goiás.

A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, ao Plenário, que, em virtude do baixo quórum, a Ordem do Dia está cancelada, e a sessão está convertida em não deliberativa.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, para uma comunicação inadiável, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colega do Acre, Gladson Cameli, que preside esta sessão, como eu tinha anunciado, venho à tribuna para trazer uma preocupação, fazer uma denúncia e também falar das providências que estou adotando. Refiro-me à notícia do jornal *Valor Econômico* de hoje, que traz informações colhidas pelo Cristiano Zaia, jornalista, de que a Casa Civil preparou e concluiu a preparação, a pedido de setores da Câmara dos Deputados, de um projeto que permite, que autoriza a venda de terras do nosso País para estrangeiros, sem limite de área.

Eu fico me perguntando: onde vão parar as iniciativas deste Governo que tira direitos de quem trabalha, de quem sonha com a aposentadoria; que danifica a economia; e que põem, de certa maneira – como ouvi hoje do próprio Presidente da Comissão, Senador Collor de Mello –, o Brasil à venda. Nós ainda não aprendemos a cuidar das riquezas que temos, nem da água, das nossas florestas, da nossa biodiversidade, nem da maior delas, que é o nosso povo, um povo que vive a sentença de 13,5 milhões de desempregados, do crescimento econômico negativo.

E fazemos, sem nenhum rancor, sem nenhum revanchismo, um paralelo com o período que vivemos há dez anos, em que chegamos a ter 7% de crescimento econômico num ano; a implantação do Luz para Todos para quem vivia na escuridão, há séculos; a geração de 20 milhões de empregos com carteira assinada – eu me refiro ao governo do Presidente Lula, ao primeiro mandato da Presidente Dilma. Agora, a agenda do Brasil é discutir a venda das terras do nosso País para estrangeiros, na hora em que a economia está destroçada, que o empresariado brasileiro vive a sua maior crise, porque o BNDES deixou de ser um banco que apoia a geração de emprego e a atividade empreendedora, e passou a ser uma espécie de caixa do Ministério da Fazenda. Tiraram 100 bilhões do BNDES para fazer caixa no Governo, e, agora, estão se preparando para tirar mais 100 bilhões. O BNDES é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; é o banco que tem que estar na base dos investimentos, para gerar emprego e promover o desenvolvimento econômico do País.

E, agora, vem essa proposta que autoriza que uma pessoa, um estrangeiro bilionário possa ficar dono de até 25% do território de um Município.



Volto a repetir o Município de Altamira tem 159 mil quilômetros quadrados. Ora, 25% desse montante correspondem a 35 mil quilômetros quadrados. A Bélgica tem 30 mil quilômetros quadrados; Israel tem 20 mil quilômetros quadrados.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É um abuso! É um absurdo! E, mais ainda, na proposta do Governo, um estrangeiro pode comprar até 40% do território de uma cidade. Eu não sei onde o nosso País vai parar nessa marcha da insensatez.

O que eu fiz, Sr. Presidente, só para concluir, colega do meu Estado, Gladson, que preside esta sessão? Eu estou apresentando dois requerimentos...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... um na Comissão de Meio Ambiente, de que sou titular; e outro na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E apresento a proposta de trazer para ser ouvido o Ministro José Sarney Filho, do Meio Ambiente; o Comandante do Exército, Gal. Villas Bôas, um grande brasileiro, um nacionalista; o Presidente do Incra, Leonardo Góes; e o Presidente da Funai, para que se faça um debate, numa sessão conjunta, entre a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre essa questão que, sinceramente, eu acho que afronta – afronta! – o interesse nacional.

Eu queria mais, pelo menos, dois minutos, Sr. Presidente, só para uma conclusão.

Na Etiópia, há dois ou três anos, ocorreu um movimento em que cidadãos da Arábia Saudita queriam comprar uma grande área na Etiópia, país pobre. O povo se levantou e queria derrubar o governo porque não aceitavam que um bilionário do mundo comprasse parte do país, comprasse aquilo que é soberano e que um país tem que é o seu território.

Eu acho que estão brincando com fogo. Nós temos é que ter uma política de desenvolvimento da Amazônia que gere emprego, que melhore a vida do povo que vive na nossa região e que ajude a conservá-la e a preservá-la. Quem vive na Amazônia, que ajudou o Brasil a ter uma agenda verde agora e a cumprir os compromissos assumidos no acordo do clima, merece ser premiado.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Imagine se chegarem agora grupos econômicos, bilionários do mundo inteiro, comprando, a preço barato, o que há de soberano no nosso País que é o nosso território?

Eu sinceramente espero, e faço um apelo aqui – vou fazer as audiências –, que o Governo não leve adiante esse propósito, porque ele fere o interesse nacional e a dignidade de todos nós brasileiros.

Obrigado Sr. Presidente, pela tolerância do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Esta Presidência é que agradece, Senador Jorge Viana.

Antes de passar a Presidência ao Senador Thieres Pinto, do PTB, de Roraima, pois irei falar em seguida, como sessão não deliberativa, pela Liderança do Partido Progressista, quero registrar a presença dos nossos Deputados Estaduais do Estado do Acre, Deputado Nicolau Júnior e Deputado Nelson Sales, e do nosso querido Vice-Prefeito de Cruzeiro do Sul, da minha terra natal, Zequinha Lima. Sejam todos muito bem vindos a esta Casa!



O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só queria, Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex^a – só agora que vi –, também dar as boas-vindas ao Vice-Prefeito que está aqui, ao Normando também e aos Deputados Estaduais. São bons acrianos que estão lutando por nossa terra.

Eu queria também me associar a V. Ex^a, fazer o registro, cumprimentá-los e me colocar à disposição deles que estão aqui no plenário do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Esta Presidência é que agradece.

Passo a Presidência do Senado Federal ao Senador Thieres Pinto. (*Pausa.*)

(O Sr. Gladson Cameli, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Thieres Pinto.)

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Com a palavra o Senador Gladson Cameli. O senhor tem dez minutos, Senador.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu peço um pouco de tolerância ao Senador Thieres Pinto para eu fazer um discurso de extremo interesse à sociedade brasileira e ao meu Estado, o Estado do Acre.

Quero cumprimentar as Sr^{as} e os Srs. Senadores, os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado que nos acompanham ao vivo pelas redes sociais.

Quem, em sã consciência, planta hoje uma semente e espera olhar pela janela amanhã e ver a árvore formada? Quero repetir: Quem, em sã consciência, planta hoje uma semente e espera olhar pela janela amanhã e ver a árvore formada?

Quero, com esta reflexão, começar o relato que desejo fazer aos meus pares para explicar a minha ausência na segunda e terça-feira, aqui no plenário do Senado Federal.

Estava no meu Estado do Acre, representando esta Casa, que tanto me honra, nos compromissos do Embaixador do Peru no Brasil, o Ex^{mo} Sr. Vicente Rojas, que chegou a Rio Branco no domingo. Estivemos em vários Municípios acrianos para reforçar acordos bilaterais que já existem entre os nossos países e para buscar novos potenciais.

E uma das coisas que eu disse ao Sr. Embaixador é que só vamos consolidar o tão desejado caminho para o Pacífico a partir do momento em que vencermos as barreiras, a burocracia, e tirarmos de vez do papel a intenção de integrar os dois países.

Em fevereiro deste ano, o Brasil vendeu ao Peru, Senador Romário, cerca de US\$15,5 bilhões e comprou do nosso vizinho cerca de US\$11 bilhões. Boa parte da balança comercial é formada por carnes, aves, peixes e laticínios; além de produtos de origem vegetal.

O comércio entre o Peru e o Brasil foi um dos assuntos que eu tratei, com prioridade, com o meu colega, Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, que também esteve em Rio Branco, a meu pedido, em março, para se reunir com produtores locais. O Ministro Maggi exaltou a vocação exportadora do Acre. Estamos numa posição estratégica, Sr. Presidente, próximos a países sul-americanos importantes e ao Oceano Pacífico; e temos grande potencial agroindustrial ainda não completamente aproveitado.



A vitalidade econômica do nosso Acre – que tem apenas 800 mil habitantes – é importante, eu acredito, para colaborar com o Brasil neste momento de crise econômica. Estamos entre os cinco Estados que mais cresceram em 2014. O nosso Produto Interno Bruto hoje é de R\$1 bilhão, e a indústria representa 11,9% desse total. Tenho convicção de que o nosso potencial, no setor produtivo, no turismo, no comércio, pode mais.

Conversei muito sobre isso com o Embaixador peruano. O crescimento médio do PIB acriano é de 1,2% ano e sinaliza um esforço de todos – do Governo Federal, dos setores empresarial e industrial, do comércio, da nossa bancada federal e dos trabalhadores.

Nesta semana, por exemplo, há a expectativa da autorização para que duas empresas aéreas peruanas operem voos de Pucallpa a Cruzeiro do Sul, minha cidade natal. São iniciativas que nos deixam extremamente otimistas. São frutos do trabalho diligente de um grupo que pensa o Acre.

Mas por que eu pedi às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que pensassem sobre a semente e o tempo? O Acre é um Estado jovem: há menos de um século e meio pertencia à Bolívia, e o Território só passou à condição de Estado em 1962.

Nessas quase seis décadas, homens e mulheres têm trabalhado de forma incansável pelo bem daquele pedaço de Brasil. A maioria de forma praticamente anônima e à revelia da administração local.

Não é de hoje que enfrentamos adversidades climáticas, enchentes históricas, precariedade de acesso, más condições das estradas vicinais, ausência de pontes, barreiras comerciais, poucas linhas de financiamento e um controle desmedido de órgãos incentivados por uma política ambientalista insustentável. E não é de hoje que trabalhamos para vencer todos esses obstáculos, Sr. Presidente.

Vou citar uma pequena, mas profunda e significativa vitória. Não faz quinze dias... Aliás, vou dizer a data exata: foi no dia 23 do último mês de março que o Acre passou a ter a própria Superintendência do DNIT. Vou repetir: foi dia 23 de março – o nosso Estado, o Estado do Acre, era o único Estado da Região Norte que não tinha uma Superintendência do DNIT e com uma malha rodoviária maior que a do Estado de V. Ex^a, Roraima – que tem há muitos anos –, ou a do Amapá, do Senador João Capiberibe. Vejam só, um Estado com tantas falhas de infraestrutura era dependente do escritório do DNIT de Rondônia. E a Bancada federal não fazia nada? Claro que fazíamos. Cansamos de pedir essa superintendência, e só fomos atendidos agora pelo Presidente da República, S. Ex^a Michel Temer.

Imaginem vocês a burocracia que era enfrentada. Diga-me, Sr. Presidente, o que acontece se eu planto uma semente e nunca mais apareço para cuidar dela, para regar, por exemplo? Pois é, as más condições das nossas rodovias não são de hoje: remontam a décadas. Não podemos, ingenuamente, colocar a responsabilidade na atual administração federal que está aí há cerca de seis meses ou no DNIT, que até há bem pouco tempo não tinha nenhuma superintendência no Acre.

Teremos, a partir do próximo verão, um serviço respeitável de manutenção da BR-364. A previsão é aplicar R\$105 milhões na revitalização de 400Km de BR, entre Sena Madureira, a cidade de S. Ex^a Deputado Nelson Sales, e o Rio Liberdade, a região de S. Ex^a Deputado Nicolau Júnior. Tenho conversado muito com o Dr. Thiago Caetano, que, assim como eu, é engenheiro e é o Superintendente do DNIT no Acre. Também já me reuni com os responsáveis pela obra. Tenho acompanhado isso muito de perto.

E o que está sendo feito agora na BR-364? Esta é a fase de mapeamento de solo, levantamento de pontos de erosão e de correção. E isso não é feito com tratores ou com máquinas pesadas. Não seria



necessário e não haveria necessidade de se fazer agora esse estudo se os responsáveis pela manutenção da BR o tivessem feito.

Outra coisa, Sr. Presidente, que ninguém vê, mas que tenho cobrado de maneira insistente, é a capacitação de quem está envolvido na obra. Por exemplo, técnicos do Tribunal de Contas da União estiveram no Acre para treinar os servidores que vão fiscalizar o andamento das obras das BRs no nosso Estado, para garantir que sejam realizadas dentro das normas e com qualidade. Tenho defendido lá no meu Estado, o Estado do Acre, a formação de conselhos, com representantes do Poder Público, do Legislativo, do Judiciário e da sociedade civil organizada, como a associação dos Engenheiros, o Crea...

(Soa a campanha.)

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Eu peço mais um tempo a V. Ex^ª.

Tenho defendido isso para também reforçar a fiscalização. Já em maio faremos a primeira caravana de visitas nas obras da BR-364.

Realmente, Sr^ªs e Srs. Senadores, seria muito bom sabermos quanto já foi pago na recuperação das rodovias federais no Acre nos últimos 20 anos. Quanto já foi pago? Afinal, são os números que nos ajudam na formulação de políticas públicas. Já trabalhamos tanto em prol da infraestrutura no Acre, sem levar em conta quem estava à frente da administração estadual, na construção da BR-364, se o partido A ou o B, porque o Acre é um só, e toda a Bancada federal está unida para fazer o que é necessário para o nosso Estado.

Quero apenas apresentar os números que eu tenho, que, aliás, podem ser confrontados, a qualquer momento, com outros levantamentos. Ao longo dos governos de Lula e Dilma e dos governadores nesse período, quase R\$2 bilhões foram investidos na BR-364. A gente sabe que todo projeto de construção de uma rodovia tem de prever uma vida útil, no mínimo, de dez anos. Como justificar, o presente estado da rodovia onde se gastou R\$2 bilhões, mostrado aqui desta tribuna, nesta semana? Simples, pela péssima qualidade dos serviços prestados e a falta de zelo pelo dinheiro público.

Até há bem pouco tempo, essa rodovia estava sob responsabilidade do Deracre, que passou o ano todo de 2015 sem dar qualquer assistência. O DNIT assumiu o trecho mais crítico dessa BR no início de 2015 – foram 400km. Por quê? Porque o governo de 20 anos não dava conta de concluir as obras de manutenção. Em pouco menos de três meses que o DNIT assumiu, a rodovia se rompeu isolando o Vale do Juruá, próximo ao Rio Gregório, onde o DNIT teve de entrar com uma ação emergencial. Em junho de 2015, o trecho específico que estava sob a gestão do DNIT, de Tarauacá para frente, em direção ao Rio Liberdade, teve que receber serviço emergencial, porque o trecho estava muito degradado.

Outro trecho, considerado grave também, entre Jurupari e Tarauacá, só foi assumido pelo DNIT no final de 2015. O contrato de manutenção que o DNIT tinha na época, que era de R\$60 mil por quilômetro, não dava a menor condição, porque o trecho estava completamente destruído. Na realidade, penso que o problema na BR-364 não é a falta de manutenção. O problema é que a estrutura dessa rodovia nunca prestou, e hoje nós vamos ter que gastar R\$230 milhões para poder recuperar toda essa pavimentação de Sena Madureira até o Rio Liberdade.



Convenhamos que uma rodovia que está na condição de desgaste da BR-364 é uma rodovia que tem gravíssimos problemas estruturais. Já existem laudos de uma comissão do DNIT, que está fazendo uma tomada de contas especial desse trecho de Tarauacá ao Rio Liberdade, onde a sub-base deveria apresentar resistência mínima de CBR de 20, a maioria do trecho apresenta CBR de 2, de 4, havendo pouquíssimos pontos acima de 20. Na base, que deveria dar no mínimo acima de 80, a maioria dos pontos apresenta 40, 30, 50. A resistência é baixíssima.

Tapar buraco debaixo de chuva é desperdiçar dinheiro público. Sr. Presidente, o DNIT no Acre vai iniciar, agora em maio, a recuperação estrutural da BR-364, porque a postura do DNIT é diferente da do Deracre. Será feito algo que tenha um resultado positivo a longo prazo, que não irá mais demandar fortunas com manutenção, como em todos os anos que se passaram, e o problema continuava. O Governo Federal, do Presidente Michel Temer, não trabalha dessa forma. O investimento que vai ser feito agora é um investimento que vai permanecer, que vai ser duradouro.

Peço a V. Ex^a uma tolerância de três minutos para eu concluir.

Fala-se tanto em saída para o Oceano Pacífico, mas o que existe por enquanto é uma ponte precária ligando o Brasil aos países vizinhos. Vamos vencer esse entrave também e vamos realizar o sonho da ponte entre Brasileia e Epitaciolândia. Esse é um compromisso do Presidente Michel Temer, meu e de toda Bancada Federal. Venceremos um a um cada obstáculo que possa impedir o nosso Acre de prosperar.

Na minha avaliação, os gastos necessários para a BR-364 são consequência de má administração, porque, se, lá atrás, esse dinheiro tivesse sido bem aplicado, o DNIT poderia investir em outras áreas da infraestrutura, como a construção das pontes que aqui eu vou citar: a que liga Rodrigues Alves; a de Sena Madureira ao Segundo Distrito; a de Sibéria, lá em...

(Soa a campanha.)

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – ... Xapuri, a ligação da rodovia de Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo e Santa Rosa. Estaríamos trabalhando agora para tirar o resto dos Municípios acrianos do isolamento. E o que vamos fazer agora no próximo verão? Reconstruir uma rodovia que já recebeu quase R\$2 bilhões, reitero.

Se existe alguém torcendo contra, Sr. Presidente, vai ficar decepcionado. Falo isso com muita tranquilidade, porque conheço as fragilidades e os pontos fortes no meu Estado e sei do trabalho que tenho feito diuturnamente – eu e toda a Bancada Federal. Conheço cada semente.

Para finalizar, assumi o compromisso de abrir as portas para o desenvolvimento, com responsabilidade social e ambiental, sem perder de vista o respeito por cada cidadão acriano, porque, Sr. Presidente, são eles que fazem o Estado crescer e os que mais merecem a nossa dedicação. Vou continuar a minha luta, debaixo de sol e de chuva, honrando o juramento que fiz aqui nesta Casa, dia 1º de janeiro de 2015, quando assumi meu mandato de Senador da República, sendo o Senador mais jovem da história do Brasil, porque não vou me cansar. Problemas o País enfrenta; problemas o meu Estado tem. Olhar para o retrovisor não vale a pena e querer culpar os outros, muito menos. O que precisamos é agora, já, unir as nossas forças, construir pontes e não derrubar pontes, preparar o Acre e o Brasil do presente para o futuro.

Era o que eu tinha a dizer

Meu muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores. E obrigado pela tolerância.



O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Gladson Cameli, do PP, do Acre.

Passo a palavra ao Senador Romário, que falará pela Liderança do PSB. V. Ex^a tem cinco minutos, Senador. Na sequência, Senadora Lúcia Vânia, Senador Renan e Senador Airton Sandoval.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores. Boa tarde a todos que nos veem e a todos que nos ouvem.

Hoje, meu motivo de estar aqui na tribuna é falar do nosso atual Prefeito, Marcelo Crivella, que foi, até ano passado, nosso colega aqui nesta Casa.

Sr. Presidente, uma parte importante do trabalho de um Senador é fiscalizar as ações do Executivo, avaliando quem foi eleito para resolver os graves problemas que existem em nossas cidades.

Eu tenho acompanhado a gestão do Prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, desde o primeiro dia e, infelizmente, devo dizer que me sinto decepcionado e revoltado: decepcionado por ver um ex-colega de Senado, que foi eleito prometendo cuidar das pessoas, que até agora só cuidou de si mesmo, dos seus parentes e de alguns amigos; revoltado, porque vejo a minha cidade pagando caro pelo descaso e pela incompetência. São tantas barbaridades cometidas em tão pouco tempo, que a população já perdeu a paciência. Se eu tivesse que avaliar a gestão do Prefeito em uma única palavra, essa seria péssima. A gestão de Crivella, infelizmente, vai de mal a pior.

Sr. Presidente, a estreia do Prefeito na condução de um grande evento da cidade foi no Carnaval, que teve quatro acidentes graves nos desfiles, com 32 feridos, alguns deles até em estado grave. A organização falhou, a fiscalização falhou, e o Prefeito simplesmente sumiu. Crivella não deu as caras durante todo o Carnaval. Pela primeira vez em 30 anos, o Prefeito não compareceu à abertura do evento. Ele entregou a cidade na mão de seus assessores, e nem mesmo a série de acidentes o fez aparecer no sambódromo. Eu entendo e respeito a opção religiosa do Prefeito, mas ele foi eleito para cuidar de todas as pessoas – de todas as pessoas, de todas as religiões. E não estamos falando de uma festa qualquer. O Carnaval é uma cadeia produtiva muito importante para a economia. Estamos falando da vitrine da cidade para os turistas de todo o mundo.

Falando em assessores, o Prefeito Crivella está se superando nesse quesito. Após tentar nomear seu filho como Secretário da Casa Civil, que foi barrado pela Justiça, o Prefeito nomeou não apenas um, mas dois mortos para cargos na Prefeitura. Dois mortos, Sr. Presidente: um nomeado na Riotur e outro na Secretaria de Esportes e Lazer. É de se estranhar também a nomeação de Guilherme Freixo como assessor da Casa Civil. Guilherme é irmão de Marcelo Freixo, adversário de Crivella no segundo turno. Inclusive, depois de acusar Marcelo Freixo de apoiar manifestantes mascarados que promoviam quebraadeiras na cidade, o Prefeito nomeou seu irmão para trabalhar no círculo mais próximo do poder. Isso é incoerência ou pior – pode ser outra coisa.

Enquanto isso, mais da metade das vilas olímpicas do Rio de Janeiro continuam paradas. Das 22 vilas olímpicas, Sr. Presidente, apenas 10 estão funcionando; as outras 12 fecharam as portas, depois que os contratos terminaram e não foram renovados no final do ano passado. Mais uma vez, a falta de planejamento, poucos meses após as Olimpíadas, ameaça o futuro da nova geração de atletas. As vilas olímpicas são um lugar seguro e saudável para crianças e adolescentes, que muitas vezes vivem uma realidade difícil. Lá elas podem receber uma alimentação adequada, ser tratadas por um fisioterapeuta,



conviver com seus treinadores e absorver valores importantes para a vida, como a colaboração e o respeito. Não é somente esporte, é...

(Soa a campanha.)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – ... um aprendizado para a vida, que vai mantê-las longe das drogas e da criminalidade e formar cidadãos conscientes e ativos em suas comunidades.

Por isso, Sr. Presidente, eu apelo à Prefeitura do Rio de Janeiro que resolva essa questão com a máxima urgência – eu sei que é difícil, mas tenho que fazer o meu papel – e que, entre outras coisas, devolva o lanche das crianças, que também foi cortado.

É preciso pensar nos jovens e é preciso também pensar em quem deu o seu sangue pela cidade. O Prefeito Crivella diz que está estudando uma proposta para cobrar 11% de contribuição dos aposentados e pensionistas do Município, dizendo que não tem dinheiro para pagar as pensões e aposentadorias. É o mesmo Prefeito, Sr. Presidente, que enviou um projeto de lei à Câmara Municipal para reduzir de 5% para 2% o Imposto Sobre Serviços cobrado das operadoras de cartões de crédito. Para os empresários, o Prefeito Crivella concede descontos generosos; para os aposentados, ele pede mais sacrifícios e manda cobrar mais impostos.

Como se não bastasse o festival de trapalhadas que o Prefeito Crivella vem fazendo, há algo ainda mais cruel: cortou o orçamento da saúde. O orçamento previsto para 2017 era de R\$5,46 bilhões. O Portal de Transparência do Município mostra que o valor caiu para R\$4,92 bilhões. São R\$547 milhões a menos para a saúde. Só o Hospital Souza Aguiar, por exemplo, perdeu R\$33 milhões. Enquanto isso, a verba do gabinete do nosso Prefeito aumentou de R\$42,9 milhões para R\$262,9 milhões.

Crivella tira, mas eu devolvo. Destinei R\$2 milhões em emendas do Orçamento para investir em saúde na cidade do Rio de Janeiro, assim como outros Parlamentares do Rio de Janeiro também o fizeram.

Tirar dinheiro da saúde para colocar em seu gabinete? Que vergonha, Prefeito! Tirar dinheiro da saúde é cuidar das pessoas? E para que mais dinheiro no seu gabinete? Seria para sustentar os supersalários de seus assessores?

Uma reportagem de hoje do jornal *O Dia* mostra que alguns assessores diretos de Crivella recebem mais de R\$30 mil por mês. A Presidente da Riolut recebe R\$35 mil; o Secretário da Casa Civil, mais de R\$32 mil; a Secretária de Fazenda, mais de R\$30 mil. Enquanto isso, o Prefeito tira dinheiro do salário mingauado dos aposentados – um verdadeiro absurdo.

Sr. Presidente, a incompetência se repete em muitas áreas, e eu poderia ficar o dia inteiro aqui citando exemplos, mas eu queria mostrar só mais uma situação que me deixa bastante triste.

A escola municipal da Praça Seca, na zona oeste do Rio, é a única escola de Jacarepaguá que tem uma turma inclusiva, onde estudam deficientes auditivos, cadeirantes e alunos com síndrome de Down. Só que a professora se aposentou e não foi substituída. Já estamos em abril, e esses alunos ainda estão sem aula, porque a Prefeitura não se mexeu para resolver o problema. Isso é um absurdo! São quase trinta alunos que estão deixando de aprender e conviver com os colegas. Muitos deles passam o dia inteiro em casa, esperando que alguém resolva o problema. E, até agora, nada acontece.

Infelizmente, Sr. Presidente, Marcelo Crivella se revelou um péssimo administrador nesses três meses, o pior prefeito que a minha cidade teve nos últimos anos.



Conversando com algumas pessoas que o conhecem muito bem, perguntei o que faz uma pessoa mudar tanto as atitudes e a personalidade. O que elas responderam foi que esse de agora é o verdadeiro Crivella; o que conhecemos antes era um produto de *marketing* feito para ganhar a eleição. E o pior de tudo é que eu também acreditei e, por isso, ajudei a elegê-lo, pedindo votos para ele. Esse aí me enganou e se revelou um mau-caráter, mentiroso e safado, Sr. Presidente! Infelizmente, quem paga o pato é a população do Rio de Janeiro, mas eu continuarei aqui atento para denunciar a incompetência e o mau uso do dinheiro público, sem medos e, como todos sabem, sem papas na língua.

Isso é o que eu teria a dizer.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Romário, obrigado pelo seu pronunciamento.

Passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, do Estado de Goiás – na sequência, ao Senador Renan e ao Senador Aírton Sandoval. A senhora tem dez minutos, Senadora.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para falar de um projeto de extrema importância para aliviar a delicada situação financeira das Santas Casas de Misericórdia em todo o País, evitando, assim, consequências sociais mais graves.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 744, de 2015, de autoria do Senador José Serra. Fui relatora da matéria na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Assuntos Econômicos, na qual a proposição está pronta para a deliberação.

A situação financeira de muitas Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos constrange a oferta de serviços de saúde a uma parcela significativa da população brasileira. Alguns números que apresentarei a seguir dão a dimensão do problema.

De acordo com o Ministério da Saúde, existem, atualmente, cerca de 1.700 hospitais filantrópicos em operação no País, que oferecem quase 171 mil leitos, sendo 127 mil destinados ao SUS, ou seja, 74% do total.

Em 927 Municípios brasileiros, a Santa Casa representa a única unidade hospitalar. Ainda segundo o Ministério da Saúde, a média de atendimento de internações e ambulatorios ao SUS representa 49,35% do total, sendo 59,35% de internações de alta complexidade.

Ao final de 2015, o estoque de dívida acumulado pelas Santas Casas atingiu R\$21,5 bilhões. A escalada da evolução desse endividamento é preocupante: dez anos antes, em 2005, o endividamento registrado por esses hospitais era de R\$1,8 bilhão. Em 2009, saltou para R\$5,9 bilhões e, em 2011, atingiu a cifra de R\$11,2 bilhões.

A análise da composição desse endividamento revela que R\$12 bilhões, ou seja, quase 60% representam dívida com o sistema financeiro. Em sua maioria, trata-se de dívida nova para a rolagem de dívida velha. Outros R\$3,6 bilhões configuravam dívida com fornecedores, ao passo que R\$2,6 bilhões, ou seja, 12% representavam tributos e contribuições não recolhidos.

A realidade evolutiva na prestação de serviços das Santas Casas ao SUS é bastante elucidativa da situação em que se encontram atualmente esses hospitais.

De acordo com a informação da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, o reajuste realizado na tabela SUS, no período entre julho de 1994 e maio de 2015, foi de 93,66%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), do IBGE, teve variação de 413%. No



mesmo período, a variação nos preços da energia elétrica ao consumidor foi de 962%, de água, 945%, de transporte urbano, 1.177% e de gás de cozinha, 1.025%.

Para ilustrar os impactos da defasagem da tabela do SUS para as finanças das Santas Casas, cito que, em 2014, o custo dos serviços prestados no âmbito do sistema foi de R\$24,7 bilhões. As receitas com os serviços, por sua vez, foram de R\$14,9 bilhões. O déficit, portanto, foi de R\$9,8 bilhões.

As consequências do desequilíbrio financeiro experimentado por essas instituições são muitas, tais como endividamento crescente, pressão sobre os orçamentos municipais, depreciação física e tecnológica, baixos salários e rotatividade, redução de leitos, fechamento de hospitais, incapacidade de respostas às necessidades da população, urgências e emergências superlotadas, imagem do segmento em risco constante, judicialização da saúde, entre outros.

Somente em 2015, ocorreram quase 40 mil demissões nesses hospitais filantrópicos. Nos últimos cinco anos, 218 hospitais encerraram as suas atividades ou tiveram a gestão assumida por prefeituras locais. Ainda nesse período, 11 mil leitos foram fechados e 8 mil e 300 foram desativados.

Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 744, de 2015, não pretende garantir uma solução definitiva aos problemas existentes na operação das Santas Casas de Misericórdia do Brasil. A proposta visa somente garantir um alívio financeiro de curto prazo para essas instituições enquanto soluções definitivas são pensadas e discutidas pelo Governo.

É verdade que existem atualmente outros programas de financiamento aos hospitais operados pelas instituições financeiras federais. No entanto, os recursos não têm conferido alívio no endividamento crescente das Santas Casas.

Basicamente, o custo financeiro associado aos empréstimos no âmbito desses programas é muito alto e não impede a escalada de endividamento dos hospitais. Além disso, o Prosus, o mais conhecido desses programas, contempla somente os débitos das Santas Casas com o recolhimento de tributos e contribuições sociais, que representam proporção de apenas 12% do endividamento total. A maior parte da dívida dessas instituições é com encargos financeiros junto aos bancos.

O projeto de criação do Pró-Santas Casas ataca o grave problema econômico-financeiro enfrentado por essas instituições. O programa concede duas linhas de financiamento para as Santas Casas: reestruturação patrimonial e capital de giro.

Os empréstimos serão concedidos por instituições financeiras oficiais sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros.

O objetivo do crédito é cobrir déficits passados e reduzir os encargos financeiros de contratos atuais celebrados com bancos comerciais com taxas de juros insuportáveis para a atividade que os hospitais exercem.

O montante de recursos a ser empregado no âmbito do programa ficará limitado a R\$ 2 bilhões ao ano, a ser consignado no Orçamento Geral da União nos cinco exercícios seguintes aos da aprovação da lei oriunda do projeto em análise.

Quero mencionar também que trabalhei com muito empenho nos relatórios que produzi para a tramitação da matéria na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Assuntos Econômicos.

Mantive diálogo constante com a Liderança do Governo no Senado, com o Ministério da Saúde e outras pessoas da área para que aperfeiçoamentos fossem realizados no texto, de modo a ampliar o alcance dos recursos para as Santas Casas.



Como mencionei anteriormente nesta minha fala, uma solução definitiva para a questão passa por reajustar as receitas dos hospitais filantrópicos, e isto, por sua vez, envolve a correção e a atualização dos valores da tabela dos serviços remunerados pelo SUS.

Penso que é preciso encontrarmos uma solução para um problema tão sensível à população e caro para a classe política. Se não agirmos logo, a tendência é de que aumentem gradualmente as restrições de acesso aos serviços ofertados por esses hospitais. As consequências sociais são inimagináveis!

Portanto, Sr. Presidente, na terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos, vamos levar o projeto à votação em regime terminativo. Posteriormente, o projeto deverá ir para a Câmara dos Deputados, quando, acredito, aquela instituição deverá abrigar este projeto, que, sem dúvida nenhuma, tem um grande alcance social.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia, pelo pronunciamento.

Passo a palavra ao Senador Reguffe, para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a tem a palavra.

Na sequência, Senador Airton Sandoval.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a Câmara, aprovando o projeto da legalização do Uber no Brasil, colocou algumas emendas que, para mim, são inaceitáveis.

O meu lado é o do consumidor. Quanto mais concorrência, melhor para o consumidor. O aumento da concorrência tende a, num ponto futuro, abaixar o preço do serviço oferecido e a melhorar a qualidade desse serviço. Eu tenho muitos amigos taxistas, não tenho nada contra os taxistas, mas os aplicativos, o Uber veio para aumentar a concorrência. Cabe aos táxis melhorarem a qualidade do serviço que oferecem, reduzir os preços. Uma coisa é o Uber pagar tributos. Tem que ser regulamentado, sim. Por isso eu fui Relator, aqui nesta Casa, do projeto que legalizava o Uber, na Comissão de Assuntos Econômicos, em 2015, e fiz o relatório favorável à legalização do Uber.

Tem que ser regulamentado, sim. Não pode haver essas brigas que estão ocorrendo nas ruas das cidades brasileiras. Então, é preciso haver uma regulamentação, é preciso ser regulamentado, agora, deixar funcionar livremente, claro que pagando tributos, com fiscalização por parte do governo, mas sem essa coisa de autorização prévia. Isso vai matar! Vai virar um novo táxi! Essa coisa de se tirar a definição de atividade privada, exigir que cada cidade tenha que ter uma lei, fazer uma regulamentação, ter autorização, isso, na minha concepção, não é positivo. Isso vai matar a novidade que há nesses aplicativos que baixaram o preço do serviço. Tem sido bom para o consumidor.

O meu lado é o do contribuinte, que, na minha concepção, tem que pagar menos impostos, porque o Brasil tem uma carga tributária abusiva. O meu lado é o lado do consumidor. Então eu, aqui nesta Casa, vou votar contra essas emendas que a Câmara anexou ao projeto de legalização do Uber.

Respeito a opinião de todos os Parlamentares, como democrata que sou, mas, na minha concepção, isso é um contrassenso, porque nós temos que pensar no consumidor, e o meu lado é o lado do consumidor. Mais concorrência é a lei do mercado.

(Soa a campanha.)



O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Mais concorrência melhora a qualidade do serviço oferecido e baixa o preço desse serviço. Isso é bom para o consumidor e, na minha concepção, esses aplicativos vieram ajudar o consumidor, dando mais uma opção para o consumidor.

Então, eu sou pela liberdade de escolha do consumidor. Meu voto é pela liberdade de escolha do consumidor. Meu voto será pela legalização do Uber e contra essas emendas que a Câmara colocou, que, na minha concepção, desfiguraram completamente esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Reguffe, que falou representando o Distrito Federal.

Passo a palavra ao Senador Airtton Sandoval, do PMDB do Estado de São Paulo.

Senador, V. Ex^a tem 20 minutos.

V. Ex^a tem a palavra, Senador.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, tomei posse como Senador pelo Estado de São Paulo no último dia 9 de março, suprimindo vaga do ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A chapa que nos conduziu ao Senado Federal foi construída a quatro mãos, em 2010, por PSDB e PMDB para uma solução inesperada, uma solução difícil que surgiu naquela época.

Hoje, ao reassumir uma posição no Parlamento, num momento em que o Brasil enfrenta tantas e tamanhas desventuras, ratifico minha percepção de que as adversidades, quando enfrentadas com espírito positivo, têm o condão de exercer um efeito aglutinador. O papel da política, da verdadeira política não é outro senão este: o de fazer prevalecer, em face das diferenças aparentemente irreconciliáveis, os interesses comuns, os interesses maiores do povo e do País.

Sei que alguns não me conhecem, e um dos objetivos deste pronunciamento é justamente o de apresentar-me aos nobres colegas Senadores e Senadoras e aos demais brasileiros que nos assistem, nos leem e nos ouvem. Aos que me conhecem ou me conheceram em outros tempos, em outros momentos de minha vida política, asseguro-lhes que continuo sendo o mesmo o sujeito, o mesmo homem simples que nasceu e se criou no interior de São Paulo, próximo à divisa com Minas Gerais, e que segue, vida afora, sempre fiel a seus princípios e seus ideais.

Um retorno ao Parlamento, nesta altura da vida, traz à tona muitas reminiscências, tantas recordações de outros tempos, às quais é difícil resistir.

Se compartilho algumas dessas lembranças com V. Ex^{as}, saibam que o faço com a máxima parcimônia. Lembro-me de que, em 1975, durante um pronunciamento em meu primeiro mandato como Deputado Federal pelo antigo MDB, fui aparteado pelo Deputado Israel Dias Novaes, um eminente literato, membro da Academia Paulista de Letras, que disse o seguinte: "V. Ex^a, quando ascende à tribuna, dá uma impressão, mas, quando começa a se manifestar, faz mudar completamente essa impressão". O Deputado Dias Novaes era de outra geração; quando nasci, em 1943, ele já se formava em Direito pelo Largo de São Francisco. Ele prosseguiu dizendo o seguinte: "É que, sendo muito jovem, seria de se esperar que abordasse assunto de menor profundidade, em face de sua aparente e natural inexperiência. O fenômeno é curioso: um homem muito jovem, com ideias bastante maduras".

Se ainda estivesse entre nós, o Deputado, que faleceu em 2009 infelizmente, não comentaria minha juventude, por óbvio, nem elogiaria minha maturidade, que, hoje, não passa de mera obrigação. Ele poderia constatar, entretanto, que, apesar das mais de quatro décadas que nos separam daquela sessão



do Grande Expediente, ainda conservo, linhas gerais, os mesmos ideais e o mesmo entusiasmo daquela época.

Como muitos se recordarão, eram tempos em que resistíamos ao autoritarismo ditatorial, escavando nossa própria trincheira democrática. Quando nos impuseram o bipartidarismo, permanecemos na oposição. Quando, por meio da edição casuística da Lei 6.767, de 1979 – com o objetivo de nos fragmentar e enfraquecer –, nos impuseram o pluripartidarismo, fundamos o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e fui um dos que assinaram a primeira ata, a de fundação do Partido.

É dessa época, desses tempos de luta e de resistência democrática que trago uma fidelidade inabalável aos meus ideais, aos meus companheiros e ao meu Partido. É por isso que ocupo esta tribuna e me dirijo às mais importantes lideranças do meu País. Foi a lealdade ao Partido e aos companheiros que me conduziu a compor a chapa vitoriosa encabeçada pelo grande homem público que é Aloysio Nunes Ferreira, titular deste mandato e hoje Ministro das Relações Exteriores.

Continuo sendo um municipalista, o mesmo municipalista fervoroso de outrora. Não sei se parte desse fervor advém do fato de eu ser natural de Itirapuã, uma cidade do interior, um pequeno Município, que ainda hoje conta com pouco mais de 6 mil habitantes. Não sei se deriva do fato de nunca ter perdido a percepção de que as coisas reais, os fatos orgânicos da vida, as dificuldades e as superações cotidianas acontecem nas cidades. Não sei se é por isso, mas o fato é que continuo acreditando que o Município é a verdadeira célula *mater* da organização federativa do Brasil.

Os que tiveram a honra de participar da elaboração da nossa Constituição de 1988 sabem de nossa declarada intenção de concebê-la como uma autêntica constituição municipalista. Pode-se dizer que, de certa forma, obtivemos sucesso. Atenuamos a força centrípeta e a sanha centralizadora dos governos anteriores; redistribuímos competências e prerrogativas entre os entes federados; e recolocamos os Municípios no mapa do Brasil.

Mas esta é uma batalha que não foi vencida com a promulgação da nova Carta. É uma luta que prossegue, um embate federativo cujas razões de ser se renovam a cada espasmo concentrador e a cada nova crise que aponta no horizonte.

Continuo também sendo um parlamentarista devotado, o mesmo parlamentarista que, em 1981, quando Deputado Federal pelo PMDB de São Paulo, apresentou uma proposta de emenda à Constituição visando a introduzir o sistema parlamentarista de governo em nosso País. Sou o mesmo cidadão que, na realização do plebiscito de 1993, comemorou o apoio ao regime republicano, mas lamentou profundamente a resistência à transição para o sistema parlamentarista.

Acredito piamente que o Parlamento brasileiro, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, precisa admitir sua força, precisa ser devidamente responsabilizado pelos seus erros e reconhecido por seus acertos. Não creio que seja saudável para uma democracia – para qualquer democracia, em qualquer parte do mundo – que um Presidente da República seja responsabilizado, louvado ou condenado por toda e qualquer vitória ou derrota de uma nação. Isso definitivamente não é bom para a democracia, e a democracia precisa ser amparada, nutrida e preservada todos os dias.

Não seria saudosismo, por certo, dizer que sou do tempo em que o político descia do palanque para dar autógrafos. Sou do tempo em que o voto se ganhava nos comícios, no contato direto com os eleitores, olho no olho, mão na mão. Sou do tempo em que o voto se ganhava no gogó, no uso presencial da palavra, naquele convencimento que só se obtém a partir de uma boa e longa conversa.



Sou do tempo em que a ditadura tecnocrática do *marketing* eleitoral, com seus *photoshops*, suas estratégias mercadológicas e seus contratos milionários ainda não haviam dominado o cenário político. E, por favor, que não se interprete esse comentário como uma petição de retorno a um passado supostamente glorioso, um passado idealizado, onde tudo era original, melhor e mais autêntico. De forma alguma. Aquele tempo tinha suas virtudes, mas também seus defeitos, e não eram poucos.

A marcha do progresso é inevitável. Quem não a acompanha, quem não contribui e não participa da marcha acaba esquecido no acostamento de uma estrada qualquer. Isso não significa, entretanto, que não devamos nos perguntar em que lugar deste longo caminho acabou ficando abandonado e esquecido o antigo respeito às instituições; em que lugar desse caminho de nossa classe, da classe política, perdeu-se o respeito da população; em que curva da estrada deixamos de apertar as mãos das pessoas, de qualquer pessoa, em qualquer lugar, e começamos a nos preocupar com nossa própria segurança.

Quero que fique registrado que não estou preocupado com a minha ou com a nossa segurança. Não estou preocupado com a segurança dos políticos ou da classe política. Estou preocupado é com a segurança do próprio Estado brasileiro. O descrédito de instituições que são o processo, o arcabouço do nosso projeto de Nação, o descrédito que se traduz em desesperança generalizada e em revolta popular é sintoma de um problema muito mais profundo, de uma doença muito mais séria e muito mais grave, que põe em xeque a própria legitimidade da classe política e da democracia brasileira.

Trata-se de uma questão, a meu ver, que não pode ser desprezada nas discussões que estão tendo ou que terão lugar nessa Casa. Tenho acompanhado, lá de Franca, minha cidade, as dificuldades por que o País vem passando.

Não somos um Município grande: temos cerca de 350 mil habitantes. Fomos considerados, em pesquisa recente, uma das melhores cidades brasileiras para se viver. Estamos bem situados no que se refere ao saneamento básico e à educação, o primeiro lugar em saneamento do Brasil – e muito disso vem da gestão do nosso último Prefeito, o companheiro Alexandre Ferreira –, mas enfrentamos, como grande parte dos Municípios brasileiros de portes médio e grande, problemas com a mobilidade urbana e com a saúde.

A saúde, de fato, é um dos grandes problemas brasileiros, um problema crônico cuja relevância foi evidenciada, recentemente, em uma pesquisa envolvendo mais de 20 mil cidadãos, em 18 países latino-americanos.

Enquanto os cidadãos de outros países da América Latina consideram que seus problemas mais graves são a criminalidade, o desemprego, a corrupção e a economia, os brasileiros são os únicos que acreditam que seu principal problema é a saúde.

O que mais nos chamou a atenção, entretanto, é que, entre todos os países latino-americanos, somos aquele em que as pessoas menos confiam umas nas outras, onde menos se confia nos governos, onde as pessoas estão mais insatisfeitas com a economia, onde as pessoas estão mais insatisfeitas com o progresso do País e onde as pessoas estão mais insatisfeitas com suas próprias vidas. Para se ter uma noção, só superamos, nesse último quesito, a Venezuela.

Tenho consciência de que vivemos em tempo de falência institucional, de falência moral, ética e econômica. Tenho consciência de que estou assumindo uma posição no Parlamento num momento importante, em meio a uma crise sem precedentes.



Precisamos dar uma resposta à altura, precisamos mudar, precisamos de reformas. Sei que é necessário ter coragem para propô-las, como faz o Presidente Michel Temer, e ainda mais coragem para aprová-las – o que cabe a nós.

Nosso debate precisa ser qualificado, fundamentado e, mais que tudo, precisa estar despido de roupagens partidárias. É preciso que levemos em conta apenas o que for melhor para o Brasil e para os brasileiros.

De pronto, anuncio que meus esforços estarão concentrados em três pilares. Em primeiro lugar, quero trabalhar pela aprovação de qualquer medida que nos afaste da rota de colisão em que nos encontramos. Tenho uma formação na área da Contabilidade e do Direito e tendo a enxergar os números pelo viés das partidas dobradas. Se há débito, tem que haver crédito, não vejo alternativa. O balanço tem que ser equilibrado sempre. Se os débitos superarem os créditos, gastos têm que ser cortados, reformas têm que ser implantadas, senão o País vai à falência.

Em segundo lugar, quero trabalhar para revigorar nossa economia. Não se trata de uma questão de retomar posições no *ranking* do PIB global ou de recuperar lugar entre as principais economias do mundo. A questão é voltar a gerar emprego, é dar trabalho, é devolver a esperança aos brasileiros e brasileiras, que vêm passando por dificuldades enormes para sustentar suas famílias. Economia para mim se resume basicamente a isto: emprego e renda. O país em pleno emprego gera resultados positivos, aumenta a arrecadação pública, melhora o atendimento à população.

E, em terceiro lugar, gostaria de trabalhar para resgatar, na alma do cidadão, no espírito da criança e do jovem brasileiro, a confiança e o respeito às instituições. Esse respeito e essa confiança – não nos enganemos, Sr. Presidente – jamais serão recuperados por meio da doutrinação, do *marketing* ou dos currículos escolares. A confiança e o respeito só serão resgatados quando conseguirmos reformar e transformar para melhor nossas atitudes e nossas próprias instituições.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Airton Sandoval, permita-me um aparte?

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Com grande prazer, Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Airton Sandoval, quero apenas lhe dar as boas-vindas a esta Casa, saudá-lo e dizer que V. Ex^a está chegando nesta Casa num momento muito grave da quadra nacional: um momento em que há um processo crescente de criminalização da atividade política, por uma série de escândalos que ocorrem e que ocorreram neste País, e num momento em que nós temos que afirmar as instituições nas boas práticas. V. Ex^a colocou três pilares no seu pronunciamento, e o que eu desejo é que V. Ex^a consiga honrar aqui a população do Estado de São Paulo, consiga representar bem São Paulo e consiga também ser feliz nesta Casa e dar a sua contribuição. Parabéns pelo pronunciamento, e seja bem-vindo!

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Obrigado pela manifestação, Senador Reguffe.

Em verdade, eu sou privilegiado por Deus. Eu vivi um dos momentos mais importantes da história deste País, quando tivemos a oportunidade de combater um regime autoritário que infelicitava a Nação brasileira. Graças a Deus, nós tivemos êxito, conquistamos a nossa democracia, as eleições diretas e tudo aquilo que nos conduziu ao momento que estamos vivendo hoje.

Infelizmente, esse momento...

(*Soa a campanha.*)



O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – ... foi um pouco deturpado pelos fatos que andam acontecendo. Mas eu tenho consciência de que os nossos companheiros Senadores e os nossos companheiros Parlamentares também, da Câmara dos Deputados, estão com suas consciências voltadas para a sua responsabilidade de conduzir este País ao eixo.

E temos aqui um exemplo importante na Presidência desta Casa, o Senador Thieres, que é uma figura das mais importantes do Senado nacional e que me recebeu com tanta simpatia e com tanta cordialidade em todos os momentos que passei – neste quase um mês – nesta Casa, onde pretendo ficar até abril do ano que vem, se Deus quiser, na companhia dos grandes amigos que estou fazendo aqui.

Quero agradecer a tolerância de vossa Presidência e agradecer a presença de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Airton Sandoval, que falou belas palavras.

Passo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Reguffe. V. Ex^a tem a palavra por 20 minutos, Senador – se precisar mais, a gente tem.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Thieres, obrigado pela delicadeza, pela gentileza.

Sr. Presidente, Sr^{as} Parlamentares, eu venho a esta tribuna, neste início de tarde, para registrar a minha posição – que já falei aqui diversas vezes –, mas para registrar, mais uma vez, com relação aos novos fatos, com relação a dois projetos que estão tramitando aqui nesta Casa: a PEC do fim do foro privilegiado, do foro por prerrogativa de função; e o projeto que pune abuso de autoridade, que está tramitando nesta Casa também.

Eu, conforme já falei aqui diversas vezes, meu voto, minha posição, que é conhecida de todos, é pelo fim do foro privilegiado e contra esse "projeto de abuso de autoridade", entre aspas, se ficar do jeito que está, que, às vezes, parece mais um projeto para proteger autoridades do que para punir abuso de autoridade. Penso que as sugestões oriundas da Procuradoria-Geral da República são importantes para que esse projeto seja um projeto que realmente vise ao interesse público maior. É a minha opinião pessoal.

Com relação ao fim do foro privilegiado, o foro por prerrogativa de função, eu penso que deve ser aprovado da forma original do projeto, sem essas emendas. O foro por prerrogativa de função não existe para Parlamentares em países como Estados Unidos, como França, como Alemanha, como Itália. Na Inglaterra, na Argentina e no Chile, não existe foro por prerrogativa de função para ninguém, para nenhum agente público. Então, na minha concepção, hoje, o foro por prerrogativa de função, o chamado foro privilegiado no Brasil, ele apenas é um fermento e um instrumento para a enorme impunidade que a gente tem neste País.

A Suprema Corte norte-americana julga menos de cem processos por ano; na Itália, não se chega a 200 processos; no Brasil, o nosso Supremo Tribunal Federal, a Suprema Corte brasileira, tem mais de 90 mil processos para serem julgados num ano. Então, isso ajuda a colocar mais processos lá, ajuda a reforçar o sentimento de impunidade que hoje nós temos neste País e tira uma coisa que existe em todos esses países que eu coloquei, que as pessoas têm que ter um tratamento igual perante a Justiça.

Esse é o meu posicionamento pessoal. Respeito a posição dos outros pares. Cada um está aqui legitimamente colocado pela população dos seus Estados. Todos têm direito de ter opinião, mas essa é a minha.



Eu penso que esse projeto de abuso de autoridade, do jeito que está, não é um bom projeto, não está bem. E o projeto, a PEC do fim do foro privilegiado deveria ser aprovada, assim será o meu voto, sem as emendas, de acordo com o projeto original do Senador Alvaro Dias, que trata todos os brasileiros de forma igual e acaba com o foro por prerrogativa de função para todos os cargos públicos, para que todos sejam tratados de forma igual perante a Justiça brasileira.

Porque às vezes as pessoas ficam assim: "Ah, mas vai entregar para um juiz de primeira instância?". Ora, todos os brasileiros hoje estão nas mãos de juízes de primeira instância. Nós temos que acreditar nas instituições, até porque um ministro de tribunal superior, às vezes com uma indicação política, ele pode estar muito mais, às vezes, afeito a interesses político-partidários do que um juiz de primeira instância. Mas acontecendo com um, acontecendo com outro, nós temos que respeitar as instituições, e todos os brasileiros estão nas mãos de juízes de primeira instância. E o foro por prerrogativa de função, como ele existe no Brasil hoje, apenas colabora para a enorme impunidade que nós já temos neste País.

Essa é a minha posição, esse será o meu voto aqui como representante dos meus eleitores.

O Sr. Airton Sandoval (PMDB - SP) – Senador Reguffe, V. Ex^a me concederia um aparte?

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Claro, Senador Airton Sandoval.

O Sr. Airton Sandoval (PMDB - SP) – Apenas para cumprimentá-lo pela sua exposição tão clara a respeito da sua posição com relação às duas proposições mais importantes, no meu ponto de vista, que tramitam nesta Casa. É importante que nós nos debruçemos para melhorar, através dos meios que dispomos, essas proposições, para que possam ser aprovadas para o bem do povo e da Nação brasileira. Então, a minha interferência é apenas para cumprimentá-lo pela postura que V. Ex^a adota.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador Airton Sandoval, e apenas para finalizar, Sr. Presidente, eu considero que esta Casa vai ter uma responsabilidade muito grande nos próximos meses, não só com relação a essas duas proposições, mas com relação também à reforma política.

Esta proposta de lista fechada, na minha concepção, retira do eleitor o direito de ele escolher quem ele quer e quem ele não quer. Eu acho que nós deveríamos caminhar para o voto distrital. Acho que o voto distrital aproxima eleito de eleitor e o voto distrital, reduzindo a área geográfica da campanha, vai tornar a política mais acessível ao cidadão comum.

Então, esse é o meu posicionamento. Com relação a essas duas proposições, esse será o meu balizamento aqui, será o meu voto aqui. No projeto de abuso de autoridade, se ficar como está, o meu voto é contrário. E no projeto do fim do foro privilegiado, para que ele seja aprovado sem essas emendas, da forma original que o projeto foi protocolado aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Reguffe, do Distrito Federal.

Não havendo mais nenhum Senador para fazer uso da palavra aqui na tribuna do Senado, declaro esta sessão encerrada.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 43 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 39^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Discursos encaminhados à publicação



O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já se tornou tradição brasileira a realização anual da Campanha da Fraternidade, – desde 1963 promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A cada ano, um novo tema, tendo por eixo o valor moral, religioso e social da questão realçada. A cada ano, uma nova oportunidade de reflexão para a comunidade nacional a respeito de um assunto relevante.

Recebamos, assim, mais uma vez, de bom grado, esse convite fraterno da CNBB – e façamos breve reflexão sobre o tema proposto.

O tema deste ano é Fraternidade: Biomas Brasileiros e Defesa da Vida.

Nunca é demais encarecer a importância do tema do equilíbrio ecológico, – circunscrito, no caso, à situação dos biomas existentes no território nacional brasileiro.

Ora, se há um tema que se preste menos a circunscrições e a delimitações geográficas, este é justamente o tema da sustentabilidade ambiental. Pois a questão do cuidado com o meio ambiente tem caráter mundial, um problema que não toma conhecimento das fronteiras nacionais político-administrativas inventadas, ao longo da História, pelos homens. O planeta é, por assim dizer, um ser respirante global, – e basta um espirro forte ocorrido, por exemplo, no território chinês para disseminar o resfriado para a África, a Oceania, ou, potencialmente, a depender da extensão do dano, para qualquer outra parte do mundo. A ecologia é tema holístico por excelência, no qual tudo está ligado a tudo.

Portanto, entre os problemas mais importantes da atualidade, o da sustentabilidade ambiental é aquele que mais convida à interação responsável e civilizada entre as nações, o que mais exige cooperação internacional. Por isso, deve-se entender que, ao circunscrever o tema da Campanha aos biomas brasileiros, a CNBB, evidentemente, quer apenas sobrelevar a responsabilidade do nosso País no cumprimento desse objetivo global. Em outras palavras, a CNBB quer nos conscientizar, – a nós, brasileiros, – sobre a nossa parcela de responsabilidade. E como o nosso território tem proporção continental, é também continental essa nossa parcela de responsabilidade.

Estamos, portanto, diante de um tema universal, – aliás muito condizente com o caráter de universalidade da Igreja Católica Apostólica Romana, que, faz cerca de 1.700 anos, organizou-se institucionalmente para levar a todos os povos e a toda a gente a mensagem do Cristianismo: uma religião derivada da religião monoteísta dos antigos hebreus, que era, até então, esta última, a religião nacional de um único povo. O Cristianismo expandiu a concepção historicamente revolucionária do Deus da Justiça dos hebreus – para o Deus da Justiça e do Amor. Do Amor Universal. Amai-vos uns aos outros é o cerne da doutrina religiosa e moral de Cristo.

Sr. Presidente: sem cultivar o sentimento de amor pela Natureza, – pelos rios, pelas matas, pelo ar puro, pela higidez do solo e das águas abaixo dele, pelos animais terrestres e aquáticos, – não lograremos êxito em preservar nosso planeta em condição saudável para as próximas gerações. Amar é cuidar.

No território brasileiro, contamos com a riqueza inestimável de possuir seis majestosos biomas, que se encontram em estádios diversos de preservação ou, considerados a contrapelo, em estádios diversos de degradação. São eles a Mata Atlântica, o Cerrado, o Pantanal, a Caatinga, o Pampa e a Amazônia, – o último do qual, a Amazônia, cobria, e ainda cobre em grande parte, as



áreas da Região Norte e do meu estado do Pará. Não há um adulto, não há uma criança – no mundo inteiro! – que não tenha ouvido falar da imensidão e da importância da floresta amazônica.

Nosso desafio, nossa contribuição conosco próprios e com o resto do mundo, é saber cuidar desses seis biomas, tendo para com eles carinho e amor. É ter sabedoria e responsabilidade para retirar os frutos da terra, dos quais precisamos para viver bem, mas sem esgotar a capacidade de a terra gerar novos frutos e guardar, explorando-os com medida e racionalmente, os ainda existentes. Esse é um desafio imenso para um país com 206 milhões de bocas para alimentar, de corpos para vestir e de expectativas legítimas de prosperidade material para satisfazer!

Não somente o Brasil, mas também o mundo como um todo vivem um terrível problema que, creio, não é levado devidamente em conta, em toda a sua dimensão, quando se aborda o problema do equilíbrio ecológico. Este problema é o da superpopulação.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores: uma palavra breve quero dizer sobre a Amazônia, bioma que conheço de perto, paraense que sou, e sobre o qual a responsabilidade deste Senador pelo Estado do Pará se multiplica; sobre a Amazônia, maior bioma brasileiro, que ocupa 61% do território nacional.

Ora, – Senhores, – Amazônia é sinônimo de grandeza! Grandeza de recursos naturais. O rio Amazonas, como sabemos, juntamente com o Nilo, é o mais longo do mundo. E, no mundo, é o que possui maior volume d'água. Lança, a cada segundo, 175 milhões de litros d'água no Oceano Atlântico! Os rios que do Amazonas são afluentes, e a bacia amazônica em geral, são responsáveis por crescente participação na geração de energia elétrica para o Brasil.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores: felicito a CNBB por ter escolhido, para a Campanha da Fraternidade deste ano, um tema tão sensível e tão relevante para o bem viver de todos nós, e das futuras gerações. Façamos a reflexão à qual a CNBB nos convida.

Quem ama, cuida. E nós, brasileiros, amamos nossas matas, nossos rios, nosso solo, nossos recursos naturais. Haveremos, sim, de deles cuidar.

Muito obrigado.



O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, prezados convidados e convidadas e todas as pessoas que nos acompanham pelos sistemas de comunicação do Senado Federal.

Iniciada a quaresma, um dia após a Quarta-Feira de Cinzas, temos outra tradição, após o Carnaval. Essa outra tradição é menos festeira e mais reflexiva que o Carnaval, mas aponta para a necessidade de uma movimentação da sociedade em igual intensidade. Trata-se da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). E como nos ensina dom Leonardo Ulrich Steiner, bispo auxiliar de Brasília e secretário-geral da CNBB, "a Quaresma é um tempo precioso da vida da Igreja, das comunidades, mas também da vida da pessoa". O papa Francisco ressaltou que a iniciativa é "um convite a viver com mais consciência e determinação a espiritualidade pascal".

Desde 1964, essas campanhas têm servido não apenas para despertar a comunidade católica brasileira para os temas e lemas anuais, mas, também, para alertar para questões que extrapolam a dimensão confessional. Católicos de todos os ritos, cristãos de todas as formas de congregação, religiões de matriz africana ou indígena e também os humanistas são também chamados, pois há uma dimensão ecumênica que tem sido ressaltada e elevada a cada ano que passa.

Na primeira fase, na década de 1960, houve uma dimensão – digamos assim – mais voltada para dentro da própria instituição. Os temas e lemas foram, respectivamente, *Igreja em Renovação* e *Você também é Igreja*, em 1964; *Paróquia em Renovação* e *Faça de sua paróquia uma comunidade de fé, culto e amor*, em 1965.

A dimensão profética, que se manifesta na Doutrina Social da Igreja, ganhou a compreensão do pecado como injustiça social e violência contra os fracos e oprimidos a partir do Concílio Vaticano Segundo. A Igreja se aproximou dos oprimidos e a caridade incorporou o sentido da responsabilidade política de libertação.

Recordo muito bem, na condição de militante dos movimentos sociais e de trabalhadores, do quanto as campanhas da fraternidade nos auxiliavam, os lutadores pela liberdade, a encontrar mais respaldo em nossas demandas trabalhistas e políticas. Em 1985, por exemplo: *Fraternidade e Fome*, como tema; e *Pão para quem tem fome*, como lema. Na mesma tônica, no ano seguinte, *Fraternidade e Terra*, como tema; e *Terra de Deus, Terra de irmãos*, como lema. Em minha condição de sindicalista, uma campanha como a de 1991 foi fundamental para o reforço das posições dos trabalhadores frente à onda neoliberal de então: *A Fraternidade e o Mundo do Trabalho*, como tema; e *Solidários na dignidade do Trabalho*, como lema.

Definitivamente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há como desconsiderar a afinidade entre a CNBB e os movimentos sociais mais libertários brasileiros, nos últimos 50 anos. E isso tem ocorrido em função das campanhas da fraternidade, principalmente. Uma campanha que se firma na Quaresma, mas a ultrapassa, movimentando as juventudes escolares e trabalhistas, as comunidades cristãs, os movimentos sociais e os acampamentos de sem terras. Uma chama de esperança que expressa na reflexão coletiva e orienta todos os cristãos a buscarem o lado dos oprimidos.

O tema deste ano é *Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida*; e o lema, *Cultivar e guardar a criação*, numa citação do *Gênesis*.



Não poderíamos imaginar uma proposição mais atual, tendo em vista a necessidade de defendermos os nossos biomas contra o uso predatório. Nossas sociedades estão abusando da Natureza. Nossas economias que visam ao lucro imediato e a qualquer custo já estão mudando o clima do planeta. O aquecimento global irá aumentar a fome e a pobreza, mas pouco se fez até agora para evitar a catástrofe anunciada pelos cientistas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, defendo o uso sustentável de nossos biomas. Não o seu isolamento, sem possibilidades de intervenção humana. Isso não seria sábio. O que temos que parar imediatamente é com o uso predatório e acabar com o endeusamento do dinheiro e do consumo. Transformaram o dinheiro em um deus que exige sempre e sempre mais veneração e subordinação, à custa da extinção de espécies animais e vegetais, à custa de guerras para conquista de minerais estratégicos e à custa da escravização de milhões de trabalhadores pelo mundo afora para que os mercados de roupas, telefones celulares e outras mercadorias prosperem vendendo produtos baratos.

A natureza existe para o bem-estar do Planeta. Incluindo o nosso, o dos humanos.

O dom do livre arbítrio significa que podemos, com inteligência, alterar nossos comportamentos. Podemos mudar o rumo das coisas e parar de destruir.

Nós sabemos que, apesar dos mais de 500 anos de ocupação, a maior biodiversidade da América do Sul ainda é a da Mata Atlântica. Mesmo que restem apenas 6% da floresta original, é ali onde vive, ainda, parte importante de nossa riqueza: 20 mil espécies de plantas, o que é mais de 7% do total mundial; 263 espécies de mamíferos, mais de 5% das de todo o planeta; 963 espécies de aves, o que representa quase 10% da variedade da Terra; 475 espécies de anfíbios, também próximo dos 10%; 306 espécies de répteis – 3,7% dos disponíveis no mundo; e 350 espécies de peixes de água doce, o equivalente a 3% dos que habitam o Globo.

E a Caatinga? Ela equivale a 11% do território nacional. Engloba todos os estados do Nordeste e mais o Norte de Minas. Seu bioma abriga 178 espécies de mamíferos; 591 de aves; 177 de répteis; 79 espécies de anfíbios; 241 de peixes; e 221 de abelhas.

O Semiárido, onde se situa a Caatinga, abriga cerca de 27 milhões de brasileiros, numa experiência ímpar no planeta. Vá ver se em outros semiáridos há tanta gente assim. Como dizia o grande Euclides da Cunha, "o sertanejo é, antes de tudo, um forte". Terra de homens e de mulheres que têm sempre esperança em um futuro melhor.

Por isso, todas as políticas públicas brasileiras devem ter esse olhar amoroso, cauteloso, preservador para o Nordeste e seus habitantes. A Caatinga tem um imenso potencial para a conservação de serviços ambientais, uso sustentável e bioprospecção. Esses recursos, se bem explorados, serão fundamentais não apenas para o desenvolvimento da região, mas de todo o País.

Começemos pelo consenso: o de que, no Nordeste, há abundância de sol. Todo o sertão foi considerado tão bom para gerar energia solar quanto o Deserto do Saara, no continente africano. Entretanto, esse potencial ainda não está sendo utilizado.

Para se ter ideia, o consumo de energia dos 3,8 milhões de habitantes do Estado da Paraíba poderia ser suprido com a instalação de 2,5 milhões de placas de energia solar, capazes de gerar 633 Megawatts. Para isso, seria necessária a ocupação de uma área de 4.433 hectares com as usinas fotovoltaicas, um espaço que equivale a apenas 0,07% do



território paraibano. E esse é só um pequeno exemplo de como podemos lidar com a conservação do bioma, simultaneamente, gerar riquezas.

Mas alguns avanços já podem ser notados: vem sendo construído, desde dezembro de 2015, um complexo fotovoltaico, com capacidade de produção anual de 500 Gigawatts-hora, que constituirá a maior usina solar da América Latina. E onde está localizada? Na cidade de Tabocas do Brejo Velho, na Bahia, em pleno Semiárido. Esse é um exemplo de bom uso para aquele bioma.

O Cerrado é considerado hoje o bioma mais frágil, o que está mais ameaçado. Desde o início da ocupação do Centro-Oeste brasileiro e até os dias de hoje, o Cerrado é visto como 'mato', uma vegetação sem valor que precisa ser extirpada para dar lugar ao desenvolvimento representado pela agropecuária.

Além de uma rica biodiversidade, o Cerrado tem um papel de destaque no fornecimento de água para o país. Localizado principalmente no Planalto Central Brasileiro, um divisor continental de águas, fornece águas para as três maiores bacias hidrográficas da América do Sul: São Francisco, Tocantins-Araguaia e Paraná, daí as referências como o "Berço das Águas do Brasil". Todos os biomas do país de alguma forma, bebem das águas do Cerrado.

Se não cuidarmos das nascentes e se não tivermos rigor no ordenamento do uso das águas, o Cerrado será a próxima fronteira da desertificação acelerada que já atinge várias áreas do País. Precisamos urgentemente discutir a crise hídrica como produto humano e não como castigo divino. A ganância desmata a Amazônia e seca o Centro Oeste e o Sul do país. Está tudo interligado. A destruição das nascentes seca rios e empobrece as comunidades ribeirinhas e de agricultura familiar.

Este é o olhar crítico e reflexivo que a Campanha da Fraternidade 2017 nos traz. Espero que possamos ir localizando, de maneira cuidadosa, todas as maneiras pelas quais poderemos, ao mesmo tempo, gerar desenvolvimento econômico e cultivar e guardar a criação, como quer a CNBB, no lema de sua campanha. O Senado pode participar disso, pode transformar nossas Comissões Permanentes em fóruns privilegiados e podemos melhorar a legislação vigente e produzir novas leis a partir desse olhar que a Campanha da Fraternidade nos motiva.

Grato pela atenção.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 40^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
Bloco Socialismo e Democracia
PSB – PPS – PCdoB – Rede

BLSDEM- Memo. 041/2017

Faça-se a
substituição
solicitada.
Com 6/4/2017

Brasília, 5 de abril de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

Assunto: Indicação para composição da CTG

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin para compor, como membro titular, a Comissão de Transparência e Governança - CTG em substituição à Senadora Lídice da Mata.

Atenciosamente,

Senador João Capiberibe

Líder do Bloco Socialismo e Democracia

Nome legível: Camila ✓
Rubrica: Camila ✓
Assinatura: Camila
Data: 06 / 04 / 17
Hora: 12 : 06





SENADO FEDERAL
Bloco Socialismo e Democracia
PSB – PPS – PCdoB – Rede

À Publicação
Com 6/4/2017

BLSDEM- Memo. 042/2017

Brasília, 6 de abril de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

Assunto: Indicação para composição da CRA

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência retirada do **Senador Roberto Rocha**, membro titular, da *Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA*.

Atenciosamente,


Senador João Capiberibe

Líder do Bloco Socialismo e Democracia

Nome legível: Comissão V.
Rubrica: Comissão V.
Matrícula: Senador
Data: 06 / 04 / 17
Hora: 12 : 03



A Presidência do Senado Federal recebeu os seguintes Expedientes, já disponibilizados no endereço eletrônico do Senado:

Expediente do Senador Hélio José relatando participação nas Plenárias da Comissão Diretora do Parlamento Latino Americano e Caribenho - PARLATINO, na Cidade do México, no período de 23 a 25 de março de 2017, nos termos do Requerimento nº 149, de 2017;

Expediente do Senador Roberto Requião relatando participação na Reunião do Parlamento do Mercosul, realizada em Montevideú, Uruguai, no período de 19 a 21 de fevereiro de 2017, nos termos do Requerimento nº 34, de 2017;

Expediente do Senador Humberto Costa relatando participação nas Reuniões do Parlasul, entre os dias 26 a 28 de março de 2017, em Montevideú, Uruguai, conforme Requerimento nº 117/2017.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.



Deliberações da Mesa do Senado Federal



Em sua 2ª Reunião, realizada no dia 5 de abril de 2017, a Comissão Diretora do Senado Federal deliberou sobre as seguintes matérias:

Pelo deferimento dos Requerimentos de Informação nos 122 e 685, de 2016, bem como dos Requerimentos de Informação no 37, 69, 85, 86, 97, 98, 100, 106, 130 e 131, todos de 2017;

Pelo deferimento do Requerimento no 65, de 2017, de autoria do Senador Elmano Férrer, que requer autorização para publicação do perfil parlamentar do ex-Senador Chagas Rodrigues na coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado;

Ao Plenário.



Em sua 2ª Reunião, realizada no dia 5 de abril de 2017, a Comissão Diretora do Senado Federal deliberou, também, sobre a seguinte matéria:

Pela aprovação do Requerimento nº 180, de 2017, de tramitação conjunta dos PLS nos 551/2015 e 258/2016; As matérias vão à Comissão Especial do Código Brasileiro de Aeronáutica;

Ao Plenário.



Pareceres





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 23, DE 2017

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o processo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº64, de 2016, do Senador Jorge Viana, que Altera o inciso XLII do art. 5º da Constituição Federal, para tornar imprescritíveis os crimes de estupro.

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia

RELATOR: Senadora Simone Tebet

05 de Abril de 2017



PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 2016, do Senador Jorge Viana, que altera o inciso XLII do art. 5º da Constituição Federal, para tornar imprescritíveis os crimes de estupro.

RELATORA: Senadora **SIMONE TEBET**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para exame, a Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 2016, cujo primeiro Signatário é o Senador Jorge Viana.

A proposição em comento pretende tornar imprescritível a prática do crime de estupro (arts. 213 e 217-A do Código Penal).

A justificação da PEC, com propriedade, argumenta:

Na verdade, a maioria dos casos de estupro não são reportados. Estudo do IPEA calcula que o número de estupros por ano no Brasil seja em torno de 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no país, dos quais apenas 10% seriam reportados à polícia.

A subnotificação dos crimes de estupro ocorre devido ao receio que as vítimas têm de sofrer preconceito, superexposição ou serem revitimizadas. Isso porque é comum que a vítima seja covardemente responsabilizada pelo estupro sofrido, seja pelo fato de ter bebido, pelo horário em que estava na rua, pela roupa que vestia ou pela maneira como dançava.



É preciso observar, todavia, que a coragem para denunciar um estuprador, se é que um dia apareça, pode demorar anos. Diante desse quadro, propomos a imprescritibilidade do crime de estupro. Essa medida, por um lado, permitirá que a vítima reflita, se fortaleça e denuncie, por outro lado, contribuirá para que o estuprador não fique impune.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

II – ANÁLISE

Esta Comissão, nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, é regimentalmente competente para apreciar a matéria.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sob exame observa a exigência do art. 60, I, da Constituição, quanto à iniciativa, contendo o autógrafo de ao menos 28 (vinte e oito) senadores. Não se identificam óbices relativos à juridicidade e regimentalidade.

Da mesma forma, não existem vícios de constitucionalidade material na proposição em exame. A mais recente doutrina destaca que o tema da prescrição não é materialmente constitucional, mas de intrínseca natureza legal, mais especificamente de natureza penal.

Nesse sentido, convém destacar o escólio de LUCIANO FELDENS, *verbis*:

Dogmaticamente, refere-se acerca do princípio da prescritibilidade das infrações penais. Tal princípio encontra exceções de dentro da própria ordem constitucional, que atribui a nota de imprescritibilidade aos delitos relacionados à prática do racismo (inc. XLII) e à ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (inc. XLIV). **Referidas disposições constitucionais não afastam a hipótese, em gênero, de que outras infrações penais submetam-se a idêntico regime de imprescritibilidade, observado o princípio da proporcionalidade.** Isso se justifica em tanto que as normas que dispõem sobre a prescrição penal não ostentam conteúdo materialmente constitucional; trata-se, a prescrição, de um instituto de configuração legal (de natureza penal).

ca2017-01082



Observe-se, ainda, que na ordem internacional também dispõe sobre imprescritibilidade o art. 29 do Estatuto de Roma (Tribunal Penal Internacional), ao definir que 'os crimes da competência do Tribunal não prescrevem'. (FELDENS, Luciano. Comentário ao art. 5º, XLII. CANOTILHO, J.J. et alii (coord.) Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013, p. 396)

Em adição a tal posicionamento da doutrina, cabe informar que a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do RE 460.971, entendeu ser possível suspender o processo penal por prazo indeterminado (na hipótese do art. 366 do CPP). A referida Turma decidiu que a suspensão não constituiria hipótese de imprescritibilidade e afirmou que, em tese, a CF não proíbe a criação de outras hipóteses:

I. Controle incidente de inconstitucionalidade: reserva de plenário (CF, art. 97). "Interpretação que restringe a aplicação de uma norma a alguns casos, mantendo-a com relação a outros, não se identifica com a declaração de inconstitucionalidade da norma que é a que se refere o art. 97 da Constituição.." (cf. RE 184.093, Moreira Alves, DJ 05.09.97).
II. Citação por edital e revelia: suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, por tempo indeterminado - C.Pr.Penal, art. 366, com a redação da L. 9.271/96.

1. Conforme assentou o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ext. 1042, 19.12.06, Pertence, a Constituição Federal não proíbe a suspensão da prescrição, por prazo indeterminado, na hipótese do art. 366 do C.Pr.Penal.

2. A indeterminação do prazo da suspensão não constitui, a rigor, hipótese de imprescritibilidade: não impede a retomada do curso da prescrição, apenas a condiciona a um evento futuro e incerto, situação substancialmente diversa da imprescritibilidade.

3. Ademais, a Constituição Federal se limita, no art. 5º, XLII e XLIV, a excluir os crimes que enumera da incidência material das regras da prescrição, sem proibir, em tese, que a legislação ordinária criasse outras hipóteses.

4. Não cabe, nem mesmo sujeitar o período de suspensão de que trata o art. 366 do C.Pr.Penal ao tempo da prescrição em abstrato, pois, "do contrário, o que se teria, nessa hipótese, seria uma causa de interrupção, e não de suspensão."

5. RE provido, para excluir o limite temporal imposto à suspensão do curso da prescrição.



(RE 460971, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 13/02/2007) (grifou-se)

A prática do estupro e do estupro de vulnerável, previstos nos arts. 213 e 217-A do Código Penal, é considerada crime hediondo, o que atende plenamente o princípio da proporcionalidade na espécie.

O que pretende a presente Proposta de Emenda à Constituição é inserir no texto constitucional, por meio de alteração do inciso XLII do artigo 5º da Constituição Federal, a imprescritibilidade do crime de estupro, equiparando-o, portanto, nesse particular, ao crime de racismo. Cabe, então, perguntar qual a correlação entre ambos, ou qual o fundamento comum que permite considerá-los crimes de igual potencial ofensivo.

Encontraremos a resposta na própria História do Brasil, marcada, sim, por quatro séculos de regime escravista declarado e cinco séculos de discriminação, explícita ou velada, contra a população de ascendência africana; mas, também, por cinco séculos de um dos regimes patriarcais mais resistentes à mudança em todo o Planeta. O racismo e o machismo, no Brasil, andam de mãos dadas, e contribuem com igual relevância para os aspectos mais negativos da nossa sociedade, mesmo em pleno Século XXI.

Se ao negro escravo (e às negras escravas) cabia a senzala e o tronco, à mulher sempre coube a solidão das camarinhas, o trabalho não reconhecido na administração da casa, a faina interminável nas cozinhas, próprias ou alheias. Às mulheres, restou sempre o fundo das casas, ou, quando nas ruas, aquelas de má fama. Até agora, falei da “senzala” das mulheres, mas cabe falar também no seu “tronco”, que se materializa em cárceres privados, ou na nem sempre velada ameaça de violência a qualquer veleidade de protesto ou rebeldia.

Toda essa violência histórica contra a mulher se atualiza e cristaliza em cada crime de estupro, pois este representa a sua redução à condição de escrava sexual, de objeto sem alma – como muitos, inclusive religiosos, definiam os escravos durante a vigência oficial da escravidão.

ca2017-01082



Foi seguramente com a consciência dessa tragédia histórica que o Constituinte fez incluir, no Artigo 5º, a imprescritibilidade do crime de racismo. É essa mesma consciência que embasa a presente Proposta de Emenda à Constituição.

Cabe acrescentar, no tocante ao crime de estupro, aquela que é uma de suas características principais, que o diferencia de todos os demais crimes cometidos contra homens e mulheres: o lapso de tempo que pode transcorrer entre o crime e a sua denúncia. Não é possível prever a duração desse lapso, pois isso vai depender da capacidade de reação de cada vítima, da sua capacidade de assimilar o trauma sofrido até ser capaz de se decidir pela busca da reparação judicial. Essa não será nunca uma decisão fácil, pois implicará sempre na exposição pública da sua dor – é quase uma reencenação do próprio estupro, agora em arena pública, aberta aos olhos de todos. Se isso já é suficientemente difícil para quem tenha sofrido essa violência na idade adulta, o que dizer de quem tenha a infelicidade de sofrê-la na infância, ou na adolescência? Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 70% dos casos de estupro envolvem crianças e adolescentes. Quanto tempo leva para se recuperar, no íntimo da alma, uma infância perdida, uma adolescência violada?

Nesse particular, há um agravante muito específico no que diz respeito à violência sexual: é que, como é sabido, grande parte dos casos ocorre no ambiente familiar da vítima. É sempre difícil dizê-lo, mas é preciso: os agressores são, muitas vezes, pais, tios, irmãos, companheiros. Portanto, ao trazer a público a sua dor, o seu trauma, a vítima estará, ao mesmo tempo, expondo todo o seu núcleo familiar, e expondo-se, dessa forma, à incompreensão não apenas da sociedade “exterior”, digamos assim, mas também daquelas pessoas que, em toda a vida, lhe são mais próximas. Uma exposição desse tipo pode acarretar, no limite, a destruição da própria família. De onde se entende as idas e vindas, as angústias e indecisões que cercam a decisão da denúncia, e se entende, portanto, porque essa decisão pode exigir muito mais tempo do que pode prever qualquer tabela de prazo prescricional.



Por onde quer que analisemos o crime de estupro, e a sua denúncia e punição, encontramos-nos sempre às voltas com a questão do lapso de tempo. Porque é esse lapso de tempo que fertiliza a impunidade, e é essa impunidade que se pretende combater, ao tornar o estupro, como o racismo, um crime imprescritível.

Sei que poderão ser levantadas arguições de natureza constitucional contra a presente proposta. Mas devo dizer, com toda a sinceridade e convicção, que, como jurista, professora de direito, e, sobretudo, como mulher, filha e mãe de mulheres, não vejo óbices à sua aprovação. Vejo apenas Justiça.

III – VOTO

Com essas considerações, somos pela **aprovação** da Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 2016.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

ca2017-01082





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 05/04/2017 às 10h - 11ª, Ordinária
 Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
JADER BARBALHO	PRESENTE	1. ROBERTO REQUIÃO	PRESENTE
EDISON LOBÃO		2. ROMERO JUCÁ	PRESENTE
EDUARDO BRAGA		3. RENAN CALHEIROS	
SIMONE TEBET	PRESENTE	4. GARIBALDI ALVES FILHO	
VALDIR RAUPP	PRESENTE	5. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
MARTA SUPLICY	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO		7. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE VIANA	PRESENTE	1. ÂNGELA PORTELA	PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	2. LINDBERGH FARIAS	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	3. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
GLEISI HOFFMANN		4. PAULO ROCHA	PRESENTE
PAULO PAIM		5. REGINA SOUSA	
ACIR GURGACZ		6. VAGO	

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
AÉCIO NEVES		1. RICARDO FERRAÇO	PRESENTE
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. EDUARDO AMORIM	PRESENTE
RONALDO CAIADO	PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE	
MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE	5. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
LASIER MARTINS	PRESENTE	1. IVO CASSOL	
BENEDITO DE LIRA		2. ANA AMÉLIA	PRESENTE
WILDER MORAIS	PRESENTE	3. SÉRGIO PETECÃO	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE	
RANDOLFE RODRIGUES		3. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	1. CIDINHO SANTOS	PRESENTE
EDUARDO LOPES	PRESENTE	2. VICENTINHO ALVES	
MAGNO MALTA	PRESENTE	3. FERNANDO COLLOR	





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

JOSÉ MEDEIROS



DECISÃO DA COMISSÃO

(PEC 64/2016)

NA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA SIMONE TEBET, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL À PROPOSTA.

VOTA VENCIDO O SENADOR ROBERTO REQUIÃO.

05 de Abril de 2017

Senador ANTONIO ANASTASIA

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 27, DE 2017

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o processo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº77, de 2015, do Senador Antonio Anastasia, que dá nova redação ao art. 30 da Constituição Federal, para prever prestação de contas simplificadas para os Municípios de menor porte.

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia

RELATOR: Senador Romero Jucá

05 de Abril de 2017





2 SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2015, primeiro signatário o Senador Antonio Anastasia, que *dá nova redação ao art. 30 da Constituição Federal, para prever prestação de contas simplificadas para os Municípios de menor porte.*

Relator: Senador **ROMERO JUCÁ****I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2015, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Anastasia, que *dá nova redação ao art. 30 da Constituição Federal, para prever prestação de contas simplificadas para os Municípios de menor porte.*

A PEC introduz parágrafo único no art. 30 do Texto Magno, prevendo que, na hipótese do inciso III do mesmo artigo, *os órgãos e entidades da administração pública dispensarão aos municípios de menor porte, assim definidos em lei, tratamento jurídico diferenciado, com vistas a simplificar a liberação de recursos e a fiscalização das contas prestadas, inclusive quando se tratar de transferências voluntárias entre os entes da Federação.* O citado inciso III dispõe ser da competência dos Municípios *instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.*

Na justificção, é ressaltado que *as municipalidades menores sofrem com a elevada burocracia a que são submetidas quando da sua prestação de contas, mais ainda, perante os demais entes da Federação, fato que acaba acarretando, dentre outros problemas, dificuldade na liberação de recursos, principalmente na suspensão das chamadas transferências*





voluntárias. Segundo os autores, as dificuldades enfrentadas pelos pequenos Municípios em suas prestações de contas são agravadas pelo fato de eles possuírem uma estrutura administrativa reduzida e não disporem de profissionais com a qualificação técnica necessária para organizar tais prestações.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitir parecer sobre as propostas de emenda à Constituição, analisando a sua constitucionalidade e o seu mérito.

A proposições que modificam a Carta Magna se sujeitam a um controle de constitucionalidade mais restrito que o de outras espécies normativas. Se qualquer incompatibilidade entre lei e Constituição implica a nulidade da primeira, o mesmo não se pode dizer da Emenda Constitucional, pois é da sua própria essência que ela importe inovação no Texto Magno, boa parte das vezes incompatível com normas constitucionais anteriormente vigentes. Nesse caso, a norma mais recente revoga a mais antiga.

No entanto, há disposições constitucionais insuscetíveis de alteração. Emenda Constitucional que com elas colida deve ser considerada nula. A proteção conferida pelo constituinte originário a tais preceitos – ditos cláusulas pétreas – é tão grande, que a própria tramitação de proposta que vise a suprimi-los é vedada (art. 60, § 4º, da Carta Magna). Assim, não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; ou os direitos e garantias individuais. A PEC nº 77, de 2015, não visa a abolir qualquer dessas cláusulas pétreas, antes reforça o federalismo brasileiro, facilitando a cooperação entre os entes políticos e estabelecendo como diretriz a redução dos entraves que afligem os municípios mais vulneráveis, nas suas relações com os Estados e a União.

Outras limitações ao poder de emendar a Lei Maior também não se verificam no caso concreto. Não nos encontramos sob a vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio (art. 60, § 1º, da Constituição). Ademais, a matéria objeto da PEC em exame não constou de proposta rejeitada ou havida por prejudicada nesta sessão legislativa (art. 60, § 5º, da Constituição). Por fim, o requisito de autoria foi atendido, como



SF/16591.09806-53





demonstra o apoio dado por mais de um terço da composição do Senado Federal à proposição (art. 60, I, da Constituição). Não existem, pois, óbices à tramitação da PEC.

No tocante ao mérito, concordamos com os autores da proposta. Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2015, quase 60% dos municípios brasileiros, mais precisamente 3.279, possuem população inferior a 15 mil habitantes, menor, portanto, que o número de servidores, por exemplo, da Câmara dos Deputados. O Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros de 2014, também divulgado pelo IBGE, revela que apenas 36,6% dos servidores municipais brasileiros possuem formação superior. E é preciso lembrar que se trata de uma média, na formação da qual contribui o grande número de servidores com diploma de nível superior dos Municípios de maior porte. Nas comunas menores esse percentual deve ser muito mais baixo.

A estrutura da administração pública de tais Municípios é diminuta e, no mais das vezes, não dispõe de profissionais com a formação exigida para lidar com as complexidades que envolvem a celebração de acordos interfederativos. Não raro a organização das contas municipais é entregue a escritórios de contabilidade sediados em municípios maiores. O mesmo pode ser dito da assessoria jurídica.

Convém frisar que, atenta à necessidade de tratar de forma menos burocrática aqueles que celebram convênios com os entes públicos, a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que regula nacionalmente as parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil, dispõe, em seu art. 23, que a *administração pública deverá adotar procedimentos claros, objetivos e simplificados que orientem os interessados e facilitem o acesso direto aos seus órgãos e instâncias decisórias, independentemente da modalidade de parceria prevista nesta Lei*. No tocante à prestação de contas das parcerias, o art. 63 da Lei estipula que *a administração pública fornecerá manuais específicos às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos, devendo regulamento estabelecer procedimentos simplificados para prestação de contas*.

A Lei, contudo, se aplica apenas às parcerias com organizações da sociedade civil. Para os convênios celebrados entre entes políticos, continuam válidos o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, quando se tratar de repasse de recursos federais a Estados e Municípios, o Decreto nº 6.170, de



SF/16591.09806-53





25 de julho de 2007, e demais normas federais infralegais. Não há porque estabelecer procedimentos simplificados para as parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos e não fazer o mesmo para os convênios celebrados com municípios de pequeno porte. Algumas organizações da sociedade civil são mais bem aparelhadas e contam com profissionais mais qualificados do que as prefeituras de pequenos municípios.

A concessão de tratamento favorecido se estende até mesmo a empresas de pequeno porte, e por imposição constitucional. Nos termos do art. 146, III, *d*, da Carta Magna, lei complementar deve definir *tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados* de impostos e contribuições. E, consoante o art. 179, da mesma Carta, *a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.*

Ora, se o Estado deve conferir tratamento diferenciado às pequenas empresas, visando à simplificação de suas obrigações, com maior razão ainda a União e os Estados, nas suas relações com os Municípios de menor porte, deveriam fazer o mesmo. E é exatamente esse o propósito da PEC.

Não obstante concordarmos com a proposta, entendemos necessário promover alguns ajustes de técnica legislativa em seu texto. A norma que se pretende introduzir na Constituição faz referência ao inciso III do art. 30 da Carta, que trata da prestação de contas das rendas municipais, não dos recursos repassados por outros entes mediante convênios, cuja titularidade não é modificada por força do repasse. Não é demais lembrar que o Supremo Tribunal Federal, em processo no qual se discutia a possibilidade de fiscalização, pela União, da correta aplicação de recursos federais repassados a Município, decidiu que *a Controladoria-Geral da União pode fiscalizar a aplicação de verbas federais onde quer que elas estejam sendo aplicadas, mesmo que em outro ente federado às quais foram destinadas* (Recurso no Mandado de Segurança nº 25.943, DJ de 02.03.2011).

O mesmo inciso III fala da arrecadação de tributos da competência dos Municípios. Nesse sentido, a expressão “sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas”, contida no dispositivo, refere-se à prestação de contas da



SF/16591.09806-53



6



SENADO FEDERAL

5

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

aplicação das rendas pertencentes aos Municípios, inclusive as de origem tributária.

Já a PEC dispõe sobre o tratamento que os órgãos e entidades da Administração Pública de outras esferas devem dar aos Municípios, com o objetivo de simplificar a liberação dos recursos e a fiscalização da prestação de contas de sua aplicação. Se há repasse de verbas e contas a prestar ao órgão transferidor, cuida-se de hipótese distinta daquela delineada no inciso III do art. 30. Por isso, consideramos necessário realizar adequações na redação, de modo a deixar claro que a intenção é que se adote sistema simplificado de prestação de contas para os municípios de menor porte ou para os casos de transferências de pequeno vulto, assim definidos em lei, vedado o fracionamento de despesas, com vistas a simplificar a liberação dos recursos e a fiscalização das contas que devam ser prestadas, inclusive quando se tratar de transferências voluntárias.

Quanto à expressão “inclusive quando se tratar de transferências voluntárias entre os entes da Federação”, constante do dispositivo que se quer adicionar ao Texto Constitucional, a referência a entes da Federação é pleonástica, pois o preceito cuida exatamente disto: de transferências intergovernamentais. Elas podem ser voluntárias, como ocorre nos convênios, ou obrigatórias, decorrentes de mandamento constitucional ou legal. Algumas transferências obrigatórias estão sujeitas a fiscalização pelo ente repassador (repasses fundo a fundo no âmbito do Sistema Único de Saúde), outras não (ex. os fundos constitucionais de participação).

Em suma, pelas razões expendidas, apresentamos emenda que opera alguns ajustes redacionais à PEC.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2015, e, no mérito, pela sua aprovação com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CCJ

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 77, de 2015, a seguinte redação:

“**Art. 1º** O art. 30 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:



SF/16591.09806-53





SENADO FEDERAL

7
6

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

‘Art. 30.

.....

Parágrafo único. Na hipótese de transferências intergovernamentais de recursos cuja aplicação se sujeite a fiscalização pelo ente repassador, a obrigatoriedade de prestar contas de que trata o inciso III será cumprida adotando-se sistema simplificado de prestação de contas para os municípios de menor porte ou para os casos de transferências de pequeno vulto, assim definidos em lei, vedado o fracionamento de despesas, com vistas a simplificar a liberação dos recursos e a fiscalização das contas que devam ser prestadas, inclusive quando se tratar de transferências voluntárias.’ (NR)”



SF/16591.09806-53

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 05/04/2017 às 10h - 11ª, Ordinária
 Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
JADER BARBALHO	PRESENTE	1. ROBERTO REQUIÃO	PRESENTE
EDISON LOBÃO		2. ROMERO JUCÁ	PRESENTE
EDUARDO BRAGA		3. RENAN CALHEIROS	
SIMONE TEBET	PRESENTE	4. GARIBALDI ALVES FILHO	
VALDIR RAUPP	PRESENTE	5. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
MARTA SUPPLY	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO		7. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE VIANA	PRESENTE	1. ÂNGELA PORTELA	PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	2. LINDBERGH FARIAS	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	3. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
GLEISI HOFFMANN		4. PAULO ROCHA	PRESENTE
PAULO PAIM		5. REGINA SOUSA	
ACIR GURGACZ		6. VAGO	

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
AÉCIO NEVES		1. RICARDO FERRAÇO	PRESENTE
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. EDUARDO AMORIM	PRESENTE
RONALDO CAIADO	PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE	
MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE	5. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
LASIER MARTINS	PRESENTE	1. IVO CASSOL	
BENEDITO DE LIRA		2. ANA AMÉLIA	PRESENTE
WILDER MORAIS	PRESENTE	3. SÉRGIO PETECÃO	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE	
RANDOLFE RODRIGUES		3. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	1. CIDINHO SANTOS	PRESENTE
EDUARDO LOPES	PRESENTE	2. VICENTINHO ALVES	
MAGNO MALTA	PRESENTE	3. FERNANDO COLLOR	





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

JOSÉ MEDEIROS



DECISÃO DA COMISSÃO

(PEC 77/2015)

NA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR ROMERO JUCÁ, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL À PROPOSTA COM A EMENDA Nº 1-CCJ.

05 de Abril de 2017

Senador ANTONIO ANASTASIA

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 24, DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o processo REQUERIMENTO nº122, de 2016, que Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Ministro de Minas e Energia informações acerca do andamento do atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) acerca dos itens 9.3 e 9.4, contidas no Acórdão nº 184, de 2015 – TCU-Plenário.

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira

RELATOR: Senador Sérgio Petecão

05 de Abril de 2017





SENADOR SÉRGIO PETECÃO

PARECER Nº , DE 2017

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 122, de 2016, da Comissão de Assuntos Econômicos, que, *requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Ministro de Minas e Energia informações acerca do andamento do atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) acerca dos itens 9.3 e 9.4, contidas no Acórdão nº 184, de 2015 – TCU-Plenário.*



SF/17002.18915-09

RELATOR: Senador SÉRGIO PETECÃO

I – RELATÓRIO

A Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 215, inciso I, alínea *a*, e 216, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, requer ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre o andamento do atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) acerca dos itens 9.3 e 9.4, contidas no Acórdão nº 184, de 2015 – TCU-Plenário.

O Senado Federal, por intermédio do Aviso (AVE) nº 1, de 2015 (Aviso nº 62-Seses-TCU-Plenário, na origem), recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) cópia do Acórdão nº 184, de 2015, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, e que trata da avaliação da Segurança Energética do País.

O referido Acórdão contém os autos do monitoramento do Acórdão nº 1.171/2014-Plenário, proferido no âmbito do TC 012.949/2013-2, que disciplina a verificação do cumprimento de determinações e recomendações a





SENADOR SÉRGIO PETECÃO

respeito da Segurança Energética do País, explicitando as possibilidades de desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica entre os anos de 2009 e 2016, que poderiam comprometer a qualidade, continuidade e modicidade tarifária do suprimento de energia, e identificando o atendimento a requisitos de utilização racional de recursos e o pleno atendimento à legislação e metas ambientais.

O Acórdão nº 184, de 2015, trata de procedimento de auditoria destinado a avaliar a adequação das políticas e ações dos agentes do setor elétrico de forma a garantir o abastecimento nacional do mercado de energia elétrica com segurança, eficiência e sustentabilidade. O critério de segurança energética pressupõe o atendimento da demanda nacional com qualidade e continuidade e, para tanto, o Tribunal demanda ao Poder Executivo que efetue a revisão das garantias físicas das usinas que atendem ao mercado nacional e, por consequência, adeque a efetiva disponibilidade de energia elétrica no curto prazo.

Para o planejamento de longo prazo, a Corte de Contas manifesta preocupação no sentido de haver divergência quanto ao risco de déficit estrutural futuro. Por isso, requer a promoção dos ajustes ao modelo computacional, para permitir ao poder público adotar as medidas que garantam o suprimento de energia elétrica dentro dos padrões de qualidade e continuidade de forma tempestiva.

A Comissão de Assuntos Econômicos, como conclusão do Parecer nº 116, de 2016 - CAE, sobre o AVE nº 1, de 2015, recomendou a realização de audiência pública para tratar dos riscos de geração elétrica e do cálculo de garantias físicas para o período de 2015-2016, bem como o envio de requerimento de informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o andamento do atendimento das determinações dos itens 9.3 e 9.4, contidas no Acórdão nº 184, de 2015 – TCU-Plenário

II – ANÁLISE

A Constituição Federal, no seu art. 49, inciso X, atribui ao Congresso Nacional a competência exclusiva de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Esse papel fiscalizador é ainda reforçado pelo disposto no art. 70 da Constituição. Portanto, o Congresso Nacional tem a prerrogativa constitucional de monitorar o Sistema Elétrico Brasileiro de modo a assegurar que o poder público adote as medidas necessárias para garantir o suprimento de

Senado Federal, Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. 21, Brasília - DF - Tel (61) 3303-6706 – Fax (61) 3303-6714
sergiopetecao@senador.gov.br



SF/17002.18915-09



4

**SENADOR SÉRGIO PETECÃO**

energia elétrica dentro dos padrões de qualidade e continuidade exigidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Com relação ao risco de déficit estrutural, existem discrepâncias nas informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pelo Ministério de Minas e Energia e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O Senado, precisa, portanto, obter do Ministério as informações e os dados que lhe permitam monitorar o Sistema Elétrico Brasileiro e cobrar das autoridades competentes o cumprimento dos padrões exigidos pelo CNPE e pela sociedade brasileira.

III – VOTO

Do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento de nº 122, de 2016.

Sala das Reuniões,

, Presidente

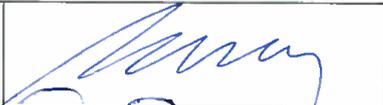
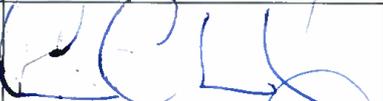
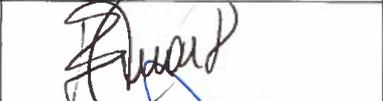
, Relator



SF/17002.18915-09



2ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL - 2017**5 de abril de 2017, às 12:00**

Senador Eunício Oliveira Presidente	
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO

(RQS 122/2016)

EM SUA 2ª REUNIÃO, NO DIA 5.4.2017, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO DEFERIU O PRESENTE REQUERIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO.
AO PLENÁRIO PARA CONHECIMENTO.

05 de Abril de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Comissão Diretora





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 25, DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o processo REQUERIMENTO nº37, de 2017, do Senador Ricardo Ferraço, que Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, José Mendonça Bezerra Filho, informações referentes ao Fundo de Financiamento Estudantil (Programa FIES).

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira

RELATOR: Senador Gladson Cameli

05 de Abril de 2017



PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Requerimento nº 37, de 2017, do Senador Ricardo Ferraço, que *requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, José Mendonça Bezerra Filho, informações referentes ao Fundo de Financiamento Estudantil (Programa FIES).*



Relator: Senador **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

O Senador Ricardo Ferraço requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Educação, na pessoa do Sr. José Mendonça Bezerra Filho, informações acerca do Fundo Financiamento Estudantil (FIES), notadamente que respondam às seguintes questões:

- 1) quais as empresas de ensino beneficiadas pelo fundo e quanto cada uma recebe;
- 2) qual o número de alunos inscritos no programa e qual o perfil socioeconômico dos beneficiados;
- 3) qual o tamanho do *déficit*;
- 4) se há recursos suficientes para manutenção do programa conforme previsão do orçamento de 2017.

O requerente demanda, ainda, o envio de cópias de documentos e outras informações relevantes ao programa, que possam bem informar os senadores e a população brasileira.

A matéria foi distribuída à Mesa para decisão.



II – ANÁLISE

De acordo com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, a Mesa do Senado Federal está legitimada a encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado.

Por seu turno, o inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) admite requerimentos de informações para o esclarecimento de qualquer assunto atinente à competência fiscalizadora desta Casa Legislativa.

Finalmente, o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta o Risf, restringe o alcance do requerimento, nos termos do art. 1º, § 2º, a informações que mantenham vínculo estreito e direto com o objeto do pedido.

Dessa maneira, é de se concluir que o requerimento em exame atende os requisitos constitucionais e regimentais, ademais de não incidir em qualquer das vedações de que trata o art. 216, inciso II, do citado Regimento.

III – VOTO

Em face do exposto, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Requerimento nº 37, de 2017.

Sala de Reuniões,

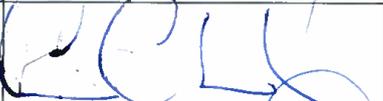
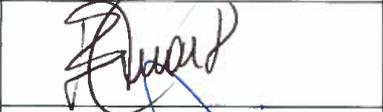
, Presidente

, Relator

fr2017-00791



2ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL - 2017**5 de abril de 2017, às 12:00**

Senador Eunício Oliveira Presidente	
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO

(RQS 37/2017)

EM SUA 2ª REUNIÃO, NO DIA 5.4.2017, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO DEFERIU O PRESENTE REQUERIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO.
AO PLENÁRIO PARA CONHECIMENTO.

05 de Abril de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Comissão Diretora





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 26, DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o processo REQUERIMENTO nº69, de 2017, do Senador Jorge Viana, que Requer, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, informações sobre as obras de manutenção e restauração da BR-364, nos termos que especifica.

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira

RELATOR: Senador Gladson Cameli

05 de Abril de 2017



PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Requerimento nº 69, de 2017, do Senador Jorge Viana, que *requer, nos termos regimentais, que sejam prestadas pelo Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, informações sobre as obras de manutenção e restauração da BR-364, nos termos que especifica.*



RELATOR: Senador **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Mesa o Requerimento (RQS) nº 69, de 2017, do Senador Jorge Viana, que requer prestação de informações pelo Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil sobre as obras de manutenção e restauração da BR-364.

O requerimento solicita informações sobre a situação das obras no que tange à execução física e financeira e à disponibilidade de recursos para a conclusão.

Na justificção, o autor ressalta a relevância da BR-364 para a população do Juruá. Ademais, demonstra preocupação com o andamento das obras de manutenção e restauração, dado o transbordamento de alguns rios, que criam obstáculos para o bom andamento das obras.

II – ANÁLISE

A proposição encontra fundamento no art. 49, inciso X, da Constituição Federal (CF), que declara a competência do Congresso Nacional para fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta; e também, no art. 50, § 2º, da CF, que faculta às Mesas da Câmara dos



Deputados e do Senado Federal encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Estão igualmente atendidas as condições estabelecidas no art. 216, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), combinado com o art. 1º, § 1º, e art. 2º, inciso I, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, segundo os quais os requerimentos de informação serão dirigidos a Ministro de Estado ou a titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão e admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto atinente à competência fiscalizadora desta Casa, vedada a inclusão de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

Constata-se, assim, que a proposição atende aos requisitos constitucionais e regimentais, bem como aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001.

Há, portanto, amparo constitucional e regimental à proposição ora examinada.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **APROVAÇÃO** do Requerimento nº 69, de 2017.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

hr2017-00792



2ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL - 2017**5 de abril de 2017, às 12:00**

Senador Eunício Oliveira Presidente	
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO

(RQS 69/2017)

EM SUA 2ª REUNIÃO, NO DIA 5.4.2017, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO DEFERIU O PRESENTE REQUERIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO.
AO PLENÁRIO PARA CONHECIMENTO.

05 de Abril de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Comissão Diretora





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 27, DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o processo REQUERIMENTO nº65, de 2017, do Senador Elmano Férrer, que Requer, nos termos do artigo 1º da Resolução do Senado Federal nº 84, de 1996, autorização para publicação do perfil parlamentar do ' ex-Senador Chagas Rodrigues, na coleção intitulada "Grandes Vultos que Honraram o Senado", como homenagem e agradecimento do Senado Federal pelo esforço dispensado em favor da Democracia e, particularmente, do Poder Legislativo.

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira

RELATOR: Senador Gladson Cameli

05 de Abril de 2017



PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Requerimento nº 65, de 2017, do Senador Elmano Férrer, que requer, *nos termos do artigo 1º da Resolução do Senado Federal nº 84, de 1996, autorização para publicação do perfil parlamentar do ex-Senador Chagas Rodrigues, na coleção intitulada "Grandes Vultos que Honraram o Senado", como homenagem e agradecimento do Senado Federal pelo esforço dispensado em favor da Democracia e, particularmente, do Poder Legislativo.*



Relator: **GLADSON CAMELI**

I – RELATÓRIO

Com suporte no comando do § 1º do art. 2º da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 84, de 1996, vem à Mesa, para que sobre ele se manifeste em sede de decisão exclusiva e terminativa, o Requerimento nº 65, de 2017, do Senador Elmano Férrer, que objetiva a publicação, na coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado, de homenagem ao Senador Chagas Rodrigues.

II – ANÁLISE

Trata-se de prestar justa homenagem a Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, um dos grandes parlamentares que ocuparam uma cadeira nesta Casa. Nascido em Parnaíba, Estado do Piauí, foi advogado, formado em Direito pela Universidade de São Paulo. Eleito deputado federal pela



UDN, em 1950, migrou para o PTB sendo reeleito em 1954. Em 1958, aos 36 anos, Chagas Rodrigues foi eleito o governador mais jovem da história do Estado do Piauí. Em 1962, foi eleito para o seu terceiro mandato de deputado federal, chegando a presidir a convenção nacional do PTB.

Em 1965, com a extinção dos partidos políticos determinada pelos militares, ingressou no MDB, sendo reeleito em 1966, chegando ao posto de primeiro vice-líder da bancada. Sua carreira política foi interrompida em 29 de abril de 1969 por força do AI-5, e seus direitos políticos foram suspensos por dez anos.

Chagas Rodrigues foi eleito Senador em 1986 e, em 1988, foi um dos fundadores do PSDB. Ele foi vice-presidente do Senado e seu último mandato eletivo foi exercido entre 1987 e 1995.

Segundo o Senador Heráclito Fortes, *Chagas Rodrigues foi um renovador, um bom administrador e um extraordinário político. Desempenhou brilhantemente o seu papel no Senado da República. Era um homem de idéias marcantes e, acima de tudo, um grande tribuno. Ele foi um grande e extraordinário político que o Piauí mandou ao cenário brasileiro.*

Figura pública da mais alta significação no quadro político e administrativo do Estado do Piauí e do Brasil, Chagas Rodrigues se qualifica plenamente a receber a homenagem que ora se pretende prestar-lhe.

Quanto ao fundamento legal, trata-se de iniciativa privativa desta Casa, conforme disposto no inciso XIII do art. 52 da Constituição da República. Ademais, a proposição não colide com norma de estatuto superior. Há previsão normativa a acolher a medida: a mencionada RSF nº 84, de 1996, que “institui as coleções ‘Grandes Vultos que Honraram o Senado’ e ‘História Constitucional do Brasil’”, com a qual se encontra em plena conformidade.

Assim, também sob os aspectos regimental, jurídico ou constitucional, não há reparos a fazer.



4

3

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Requerimento nº 65, de 2017.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator



gs2017-00794



2ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL - 2017**5 de abril de 2017, às 12:00**

Senador Eunício Oliveira Presidente	
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO

(RQS 65/2017)

NA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA, REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 2017, FOI DEFERIDO O PRESENTE REQUERIMENTO. AO PLENÁRIO, PARA CONHECIMENTO.

05 de Abril de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Comissão Diretora





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 28, DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o processo REQUERIMENTO nº85, de 2017, do Senador Lindbergh Farias, que Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e combinado com o arts. 215, I, a e 216, I do Regimento Interno do Senado Federal, solicita que o presente requerimento seja devidamente processado e encaminhado ao Sr. Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para que providencie, no prazo constitucional, informações que especifica.

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira

RELATOR: Senador Zeze Perrella

05 de Abril de 2017



PARECER N° , DE 2017

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 85, de 2017, de autoria da Senador Lindbergh Farias, que, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda referente aos benefícios previdenciários concedidos entre os anos 2000 e 2015.



RELATOR: Senador **ZEZÉ PERRELLA**

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Mesa Diretora o Requerimento nº 85, de 2017, do Senador Lindbergh Farias, que, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Ministro da Fazenda as seguintes informações acerca dos benefícios concedidos no âmbito do Regime Geral de Previdência Social entre os anos de 2000 e 2015:

1. Aposentadoria por Tempo de Contribuição (espécie 42): idade na DIB; sexo; clientela; tempo de contribuição; valor mensal do benefício;
2. Aposentadoria por Tempo de Contribuição Especial (espécie 46): idade na DIB; sexo; clientela; tempo de contribuição; valor mensal do benefício;
3. Aposentadoria por Tempo de Contribuição Especial (espécie 57): idade na DIB; sexo; clientela; tempo de contribuição; valor mensal do benefício;
4. Aposentadoria por Idade (espécie 41): idade na DIB; sexo; clientela; tempo de contribuição; valor mensal do



benefício;

5. Aposentadoria por Invalidez (espécie 32): idade na DIB; sexo; clientela; tempo de contribuição; valor mensal do benefício;
6. Pensão por Morte (espécie 21): idade do segurado; tempo de contribuição do segurado; sexo do segurado; clientela do segurado; segurado aposentado (SIM ou Não?); número de pensões geradas pela morte do segurado: idade dos pensionistas; sexo dos pensionistas; valor mensal das pensões; e,
7. Auxílio Doença (espécie 31): idade na DIB; sexo; clientela; tempo de contribuição; valor mensal do benefício; e duração do benefício.

Na justificação do requerimento, o autor afirma que “parte fundamental das mínimas condições para o debate democrático é dar caráter público aos instrumentos utilizados pelo governo para avaliar as condições presentes e futuras da previdência social, particularmente o RGPS”. Assim sendo, “as bases de dados ... para projetar as necessidades de financiamento da previdência pública no longo prazo devem ser de amplo conhecimento e domínio da sociedade”.

Entretanto, embora a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) traga, em seu Anexo IV, informações sobre o RGPS, elas seriam insuficientes para uma possível reprodução e/ou validação dos resultados apresentados. As informações solicitadas, segundo o autor do requerimento, permitiriam que fosse resgatada a memória de cálculo das projeções atuariais para o RGPS apresentadas no referido Anexo IV da LDO de 2017

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 85, de 2017, baseia-se no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal. Encontra fundamento, também, no Ato da Mesa nº 1, de 2001, que, juntamente com o citado art. 216, regula a admissibilidade e a tramitação dos requerimentos de informações.

É condição para a deliberação do pedido, no âmbito desta Mesa, que as informações não se enquadrem no conceito de “informação sigilosa”. Conforme expresso no *caput* do art. 8º do Ato da Mesa nº 1, de 2001:

pp2017-01236



Art. 8º Quando abranger informação sigilosa referente a operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições financeiras de que trata o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de janeiro de 2001, o requerimento deverá ser fundamentado, esclarecendo o vínculo entre a informação solicitada e a matéria sob apreciação pelo Senado Federal ou atinente à competência fiscalizadora da Casa.

Obviamente, as informações solicitadas não se revestem de natureza sigilosa, pois não tratam de operações de instituições financeiras, mas sim de dados sobre benefícios previdenciários concedidos no âmbito do RGPS.

Nos termos das normas citadas, os requerimentos de informações serão admissíveis para esclarecimentos de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado Federal ou atinente à sua competência fiscalizadora. A análise do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do artigo 48 da Carta Magna, é uma atribuição do Congresso Nacional. As informações solicitadas seriam importantes para que sejam compreendidos os números referentes ao Anexo IV da LDO de 2017.

Após a extinção do Ministério da Previdência Social pelo Governo Temer, as informações requeridas passaram ao domínio do Ministro da Fazenda, que é o destinatário do requerimento.

Nos termos do art. 216, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, as informações solicitadas “não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija”, ausentes no requerimento sob exame.

Em suma, a proposição encontra-se de acordo com o que preceitua a Constituição Federal, o Regimento Interno do Senado Federal e o Ato da Mesa nº 1, de 30 de janeiro de 2001.

III – VOTO

Pelas razões expostas, opinamos pela admissibilidade do Requerimento nº 85, de 2017, e por seu encaminhamento ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Sala das Reuniões,



5
4

, Presidente

, Relator



pp2017-01236



2ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL - 2017**5 de abril de 2017, às 12:00**

Senador Eunício Oliveira Presidente	
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO

(RQS 85/2017)

EM SUA 2ª REUNIÃO, NO DIA 5.4.2017, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO DEFERIU O PRESENTE REQUERIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO.
AO PLENÁRIO PARA CONHECIMENTO.

05 de Abril de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Comissão Diretora





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 29, DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o processo REQUERIMENTO nº86, de 2017, do Senador Lindbergh Farias, que Em conformidade com as disposições do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, conjugadas com os termos dos arts. 215, inciso I, alínea a, e 216, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, e tendo em vista o Acórdão nº 3.166, de 2016, do Tribunal de Contas da União (TCU), requer que sejam solicitadas ao Ministro de Minas e Energia informações sobre as alienações de ativos incluídas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) de 2015-2019, e seguintes, da empresa Petrobras

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira

RELATOR: Senador Zeze Perrella

05 de Abril de 2017



PARECER Nº , DE 2017

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento (RQS) nº 86, de 2017, do Senador Lindbergh Farias, que *em conformidade com as disposições do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, conjugadas com os termos dos arts. 215, inciso I, alínea a, e 216, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, e tendo em vista o Acórdão nº 3.166, de 2016, do Tribunal de Contas da União (TCU), requer que sejam solicitadas ao Ministro de Minas e Energia informações sobre as alienações de ativos incluídas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) de 2015-2019, e seguintes, da empresa Petrobras.*



RELATOR: Senador **ZEZE PERRELLA**

I – RELATÓRIO

O Senador Lindbergh Farias, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, inciso I, alínea a, e 216, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requer ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre as alienações de ativos da empresa Petrobras, incluídas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) de 2015-2019, e seguintes.

A Petrobras, em seu Plano de Negócios e Gestão 2015-2019, estabeleceu meta de alienação de ativos no valor de US\$ 15,1 bilhões para o biênio 2015-2016. Diante dos riscos de malversação do patrimônio Público nesse processo de desinvestimentos, o Tribunal de Contas da União, com base em informações levantadas pela sua Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo, Gás Natural e Mineração, decidiu pela suspensão cautelar desses processos de alienação, à exceção de cinco projetos de desinvestimento que já se encontravam em estágio avançado de negociação. A decisão consta do Acórdão TCU nº 3.166/2016.



Para conhecer mais a fundo o processo de desinvestimento da Petrobras, o Senador Lindbergh Farias apresentou Requerimento de Informações com 36 indagações.

O Senador deseja saber, em primeiro lugar, quais processos de alienação foram suspensos e qual o impacto dessa decisão no plano de desinvestimento da Petrobras e nas suas metas de redução da dívida. Quer também saber se, além dos cinco admitidos pelo TCU, há outros processos de alienação de ativos que não tenham sido suspensos e por que razão. Em particular, pergunta se a alienação das ações da Nova Transportadora do Sudeste, do campo de Carcará e da Liquigás foi concluída antes da decisão do TCU.

Com relação aos cinco ativos cujas alienações foram autorizadas pelo TCU, o Senador pede a justificativa para a alienação e a avaliação desses cinco ativos, bem como informações sobre quais desinvestimentos ocorreram mediante licitação e quais modalidades de licitação foram escolhidas. Indaga sobre os atos administrativos relativos a essas alienações, incluindo a seleção inicial da lista de possíveis interessados. Solicita que sejam enumeradas as medidas adotadas pela Petrobras para impedir qualquer tipo de favorecimento a terceiros e prejuízos para a empresa nessas alienações.

Por fim, autor do requerimento pede que a empresa informe quais medidas foram adotadas, após a aprovação da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, a Lei das Estatais, para adequar a sistemática de desinvestimento de ativos à nova lei.

II – ANÁLISE

A Constituição Federal (CF), no seu art. 49, inciso X, atribui ao Congresso Nacional a competência exclusiva de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Esse papel fiscalizador é ainda reforçado pelo disposto no art. 70 da CF. Portanto, o Congresso Nacional tem o dever constitucional de acompanhar a implementação da Sistemática para Desinvestimentos de Ativos e Empresas do Sistema Petrobras.

Dado o valor significativo dos desinvestimentos na Petrobras, da ordem de US\$ 15,1 bilhões somente no biênio 2015-2016, e o histórico recente de práticas lesivas ao interesse público ocorridas na estatal, o Senado Federal tem, de fato, o dever de examinar em detalhes todo o processo.

mf2017-01237



É importante que se conheça quais alienações foram suspensas pelo TCU e o impacto dessa decisão na meta de redução da dívida da empresa. É igualmente importante saber como foram feitas as cinco alienações autorizadas pelo Tribunal: se houve transparência nos procedimentos e se foram tomadas todas as precauções para impedir qualquer tipo de favorecimento a terceiros e prejuízos para a empresa.

Tendo em vista que as alienações pretendidas pela Petrobras se fundamentaram no Decreto nº 2.745, de 1998, legislação considerada pelo Tribunal de Contas da União como instrumento ilegítimo para inovar em matéria licitatória, é importante saber em que medida a empresa procurou adequar-se aos dispositivos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que *dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*.

Em conclusão, consideramos que o Requerimento se encontra de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado. O Requerimento atende, também, às exigências dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal e do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – VOTO

Do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento de nº 86, de 2017.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

mf2017-01237



2ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL - 2017**5 de abril de 2017, às 12:00**

Senador Eunício Oliveira Presidente	
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO**(RQS 86/2017)**

EM SUA 2ª REUNIÃO, NO DIA 5.4.2017, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO DEFERIU O PRESENTE REQUERIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO.
AO PLENÁRIO PARA CONHECIMENTO.

05 de Abril de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Comissão Diretora





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 30, DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o processo REQUERIMENTO nº97, de 2017, do Senador Garibaldi Alves Filho, que Requer, com fundamento nos arts. 215, inciso I, alínea a, e 216, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, e 50, § 2º, da Constituição da República, que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda as informações referentes a dados públicos na esfera de atuação do Banco do Brasil S/A, do Banco do Nordeste S/A e da Caixa Econômica Federal com o objetivo de atendimento ao preceituado no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, no que diz respeito à competência fiscalizadora do Senado Federal.

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira

RELATOR: Senador José Pimentel

05 de Abril de 2017





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

PARECER N° , DE 2017

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 97, de 2017, do Senador Garibaldi Alves Filho, ao Senhor Ministro da Fazenda, que *requer, com fundamento nos arts. 215, inciso I, alínea a, e 216, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, e 50, § 2º, da Constituição da República, que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda as informações referentes a dados públicos na esfera de atuação do Banco do Brasil S/A, do Banco do Nordeste S/A e da Caixa Econômica Federal com o objetivo de atendimento ao preceituado no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, no que diz respeito à competência fiscalizadora do Senado Federal.*

RELATOR: Senador JOSÉ PIMENTEL

I – RELATÓRIO

O Senador Garibaldi Alves Filho, por meio do Requerimento nº 97, de 2017, requer seja encaminhado ao Senhor Ministro da Fazenda, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal (CF) e no inciso I, alínea *a*, do art. 215 e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) as questões que seguem, referentes a dados públicos na esfera de atuação do Banco do Brasil S/A, do Banco do Nordeste do Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal:

I – estoque das operações contratadas no período entre 02/01/2012 até 31/12/2016 (custeio agropecuário contratado em 2016, custeios de safras

la2017-01283



SF/17839.63681-68





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

anteriores, investimentos agropecuários e crédito de emergência – adimplentes, vencidos e os renegociados, inclusive por medidas anteriormente editadas):

1.1– por fonte de recursos (Programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, poupança rural, depósitos à vista e demais fontes, inclusive Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e Fundo Geral do Cacau – FUNGECAU):

1.2– destinadas ao semiárido e fora semiárido;
1.3– estoque vencido em 2013, 2014, 2015 e 2016;
1.4– estoque da dívida vincenda a partir de 2017;

2– estoque das operações de securitização não amparadas pela Lei nº 13.340, de 28 de setembro 2016:

2.1– por fonte de recursos (Programas do MAPA, BNDES, FAT, poupança rural, depósitos à vista e demais fontes);
2.2– destinadas ao semiárido e fora semiárido;
2.3– estoque vencido até 2016 e não encaminhado para inscrição na Dívida Ativa da União – DAU);
2.4– estoque da dívida vincenda a partir de 2017;

3– estoque das operações do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) não amparadas pela Lei nº 13.340, de 2016:

3.1– por fonte de recursos (Programas do MAPA, BNDES, FAT, poupança rural, depósitos à vista e demais fontes, inclusive do Fundo Geral do Cacau);
3.2– destinadas ao semiárido e fora semiárido;
3.3– estoque vencido até 2016 não encaminhado para inscrição na DAU;
3.4– estoque da dívida vincenda a partir de 2017;

4– estoque das operações contratadas até 31/12/2011 com fontes não amparados pelo art. 3º da Lei nº 13.340, de 2016, com valor originalmente contratado acima de R\$ 200 mil, com corte em R\$ 500 mil, entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão e acima de R\$ 1 milhão:

4.1– por fonte de recursos (Programas do MAPA, BNDES, FAT, poupança rural, depósitos à vista e demais fontes, inclusive PRONAF);
4.2– destinadas ao semiárido e fora semiárido;

la2017-01283



SF/17839.63681-68





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

- 4.3– *estoque vencido até 2016;*
 4.4– *estoque da dívida vincenda a partir de 2017;*

5– *informações relativas ao setor agroindustrial, com corte até 2011 e estoque entre 2012 até 2016, também estratificadas por fonte de recursos e com os seguintes limites na origem da dívida:*

- 5.1– *até R\$ 500 mil;*
 5.2– *entre R\$ 500 mil e até R\$ 1 milhão;*
 5.3– *entre R\$ 1 milhão e até R\$ 2 milhões;*
 5.4– *entre R\$ 2 milhões e até R\$ 5 milhões;*
 5.5– *acima de R\$ 5 milhões.*

6– *outras informações julgadas necessárias para subsidiar a análise.*

O eminente autor justifica o requerimento com o objetivo de atendimento ao preceituado no art. 49, inciso X, daquela Carta, no que diz respeito à competência fiscalizadora desta Casa.

O requerimento foi-nos encaminhado pela Comissão Diretora para elaboração de parecer da Mesa Diretora.

II - ANÁLISE

O requerimento, em princípio, é admissível de acordo com o previsto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal:

Art. 50.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

A hipótese estabelecida na Constituição é regulamentada no RISF em seus arts. 215 e 216 e, adicionalmente, pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que disciplinou a tramitação de requerimento de informação nesta Casa.

la2017-01283



SF/17839.63681-68





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

O art. 215 do Regimento Interno determina que dependem de decisão da Mesa os requerimentos de informações a Ministros de Estado.

O art. 216 do RISF prevê que são admissíveis os requerimentos para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora e veda aqueles que contenham pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

Observa-se que o requerimento não solicita informações específicas referentes a operações bancárias, mas tão somente dados bancários consolidados. Dessa forma, não adentra na esfera de informações sigilosas de operações ativas e passivas das instituições financeiras instaladas no País. Por isso, deve observar apenas as normas gerais supramencionadas.

Com efeito, não envolve informações cobertas pelo sigilo bancário tratado na Lei Complementar nº 105, de 2001, prescindindo de posterior análise e despacho pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação.

Diante disso e dado o cumprimento dos requisitos regimentais citados, trata-se tão somente de submeter à decisão da Mesa este relatório sumário acerca da admissibilidade geral da solicitação, em obediência ao disposto no Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III - VOTO

Em vista da argumentação precedente, votamos pela admissibilidade do Requerimento nº 97, de 2017.

la2017-01283



SF/17839.63681-68



6



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

Sala de Reuniões, de de 2017.

, Presidente

, Relator

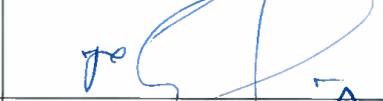
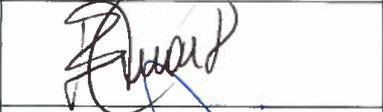


SF/17839.63681-68

la2017-01283



2ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL - 2017**5 de abril de 2017, às 12:00**

Senador Eunício Oliveira Presidente	
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO**(RQS 97/2017)**

EM SUA 2ª REUNIÃO, NO DIA 5.4.2017, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO DEFERIU O PRESENTE REQUERIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO.
AO PLENÁRIO PARA CONHECIMENTO.

05 de Abril de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Comissão Diretora





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 31, DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o processo REQUERIMENTO nº98, de 2017, do Senador Garibaldi Alves Filho, que Requer, com fundamento nos arts. 215, inciso I, alínea a, e 216, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, e 50, § 2º, da Constituição da República, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, informações referentes a dados públicos na esfera de atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira

RELATOR: Senador José Pimentel

05 de Abril de 2017





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

PARECER N° , DE 2017

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento n° 98, de 2017, do Senador Garibaldi Alves Filho, ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que solicita informações referentes a dados públicos na esfera de atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

RELATOR: Senador **JOSÉ PIMENTEL**

I – RELATÓRIO

O Senador Garibaldi Alves Filho, por meio do Requerimento n° 98, de 2017, requer, com fundamento nos arts. 215, inciso I, alínea *a*, e 216, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e 50, § 2°, da Constituição da República, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão as questões que se seguem, referentes a dados públicos na esfera de atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com o objetivo de atendimento ao preceituado no art. 49, inciso X, daquela Carta, no que diz respeito à competência fiscalizadora desta Casa:

1– estoque das operações contratadas no período entre 02/01/2012 até 31/12/2016 (custeio agropecuário contratado em 2016, custeios de safras anteriores, investimentos agropecuários e crédito de emergência – adimplentes, vencidos e os renegociados, inclusive por medidas anteriormente editadas):

1.1– por fonte de recursos:

1.2– destinadas ao semiárido e fora semiárido;

ss2017-01285



SF/17612.07672-37





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

1.3– estoque vencido em 2013, 2014, 2015 e 2016;

1.4– estoque da dívida vincenda a partir de 2017;

2– estoque das operações de securitização não amparadas pela Lei nº 13.340, de 28 de setembro 2016:

2.1– por fonte de recursos;

2.2– destinadas ao semiárido e fora semiárido;

2.3– estoque vencido até 2016 e não encaminhado para inscrição na Dívida Ativa da União – DAU;

2.4– estoque da dívida vincenda a partir de 2017;

3– estoque das operações contratadas até 31/12/2011 com fontes não amparados pelo art. 3º da Lei nº 13.340, de 2016, com valor originalmente contratado acima de R\$ 200 mil, com corte em R\$ 500 mil, entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão e acima de R\$ 1 milhão:

3.1– por fonte de recursos;

3.2– destinadas ao semiárido e fora semiárido;

3.3– estoque vencido até 2016;

3.4– estoque da dívida vincenda a partir de 2017;

4– informações relativas ao setor agroindustrial, com corte até 2011 e estoque entre 2012 até 2016, também estratificadas por fonte de recursos e com os seguintes limites na origem da dívida:

4.1– até R\$ 500 mil;

4.2– entre R\$ 500 mil e até R\$ 1 milhão;



SF/17612.07672-37





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

4.3– entre R\$ 1 milhão e até R\$ 2 milhões;

4.4– entre R\$ 2 milhões e até R\$ 5 milhões;

4.5– acima de R\$ 5 milhões.

5– outras informações julgadas necessárias para subsidiar a análise.

O eminente autor não justifica o requerimento, mas explicita o seu objetivo de atendimento ao preceituado no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, no que diz respeito à competência fiscalizadora desta Casa.

O requerimento foi-nos encaminhado pela Mesa Diretora para elaboração do Parecer.

II - ANÁLISE

O requerimento, em princípio, é admissível de acordo com o previsto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal:

“Art. 50.

§ 2º - As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.”

A hipótese estabelecida na Constituição é regulamentada no RISF em seus arts. 215 e 216 e, adicionalmente, pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que disciplinou a tramitação de requerimento de informação nesta Casa.

O art. 215 do Regimento Interno determina que dependem de decisão da Mesa os requerimentos de informações a Ministros de Estado.

ss2017-01285



SF/17612.07672-37





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

O art. 216 do RISF prevê que são admissíveis os requerimentos para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora e veda aqueles que contenham pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

O art. 8º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, ao disciplinar o estabelecido no art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 2001, prevê que o requerimento, abrangendo informação sigilosa referente a operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições financeiras de que trata a referida Lei, deverá ser fundamentado, esclarecendo o vínculo entre a informação solicitada e a matéria sob apreciação pelo Senado Federal ou atinente à competência fiscalizadora da Casa.

O art. 9º do mesmo Ato estabelece que o requerimento que trata de informação sigilosa deverá ser despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que apresente parecer sobre constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação.

O requerimento não abrange informações específicas referentes a operações ativas e passivas das instituições financeiras instaladas no País, que possuem caráter sigiloso. Por isso, deve observar apenas as normas gerais supramencionadas, prescindindo de análise e despacho pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação.

Dado o cumprimento dos requisitos regimentais citados, tratar-se-ia tão somente de submeter à decisão da Mesa relatório sumário acerca da admissibilidade geral da solicitação, em obediência ao disposto no Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III - VOTO

Em vista do disposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 98, de 2017.

ss2017-01285



SF/17612.07672-37



6



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

Sala de Reuniões, de de 2017.

, Presidente

, Relator



SF/17612.07672-37

ss2017-01285



2ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL - 2017**5 de abril de 2017, às 12:00**

Senador Eunício Oliveira Presidente	
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO

(RQS 98/2017)

EM SUA 2ª REUNIÃO, NO DIA 5.4.2017, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO DEFERIU O PRESENTE REQUERIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO.
AO PLENÁRIO PARA CONHECIMENTO.

05 de Abril de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Comissão Diretora





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 32, DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o processo REQUERIMENTO nº100, de 2017, do Senador Romário, que Requer, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde informações referentes ao tratamento cirúrgico das cardiopatias congênitas.

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira

RELATOR: Senador Gladson Cameli

05 de Abril de 2017



PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Requerimento nº 100, de 2017, do Senador Romário, que solicita ao Ministro de Estado da Saúde informações referentes ao tratamento cirúrgico das cardiopatias congênitas.

Relator: **GLADSON CAMELI**

**I – RELATÓRIO**

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, *a*, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Senador Romário apresenta requerimento, a ser encaminhado ao Ministro de Estado da Saúde, com o propósito de obter informações referentes ao tratamento cirúrgico das cardiopatias congênitas por meio das seguintes perguntas:

1. No Brasil, quantas crianças recebem o diagnóstico de cardiopatia congênita a cada ano?
2. Qual a estimativa de demanda por tratamento cirúrgico dessas cardiopatias (número de procedimentos por ano) e qual o número de operações cirúrgicas efetivamente realizadas, a cada ano, nos últimos cinco anos?
3. Quantas crianças aguardam atualmente na fila para a realização de tratamento cirúrgico para alguma forma de cardiopatia congênita, no âmbito do Sistema Único de Saúde?
4. Quais medidas foram adotadas, nos últimos anos, pelo Ministério da Saúde, para ampliar o acesso ao tratamento cirúrgico da cardiopatia congênita? Há previsão de adoção de medidas adicionais nos próximos anos?

Na justificação do requerimento, o Senador menciona que a cardiopatia congênita é a terceira causa de mortalidade infantil no período neonatal, alertando para o fato de que levantamento realizado pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular (SBCCV) aponta que 35% das crianças que precisam de atendimento especializado em cardiopatia



congênita morrem na fila de espera por cirurgias. Segundo o Senador, a entidade afirma que a metade das mortes nessa fase poderia ser evitada se as crianças fossem atendidas em tempo hábil.

II – ANÁLISE

A Constituição Federal, em seu art. 49, inciso X, dá ao Congresso Nacional, a prerrogativa de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo; em seu art. 50, § 2º, confere à Mesa do Senado Federal a competência de encaminhar pedidos escritos de informação a Ministro de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O Risf, em seu art. 216, inciso I, especifica que esses pedidos serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto atinente à competência fiscalizadora desta Casa. Consideramos que o requerimento em pauta cuida de assunto atinente à competência fiscalizadora do Poder Legislativo e que, ademais, as informações solicitadas não têm caráter sigiloso, sendo sua divulgação compatível com o princípio da publicidade que rege a Administração Pública.

O inciso II do art. 216 do Risf enumera as únicas razões para esta Mesa indeferir um requerimento de informações: a existência de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige. Entendemos que o requerimento ora analisado não incorre em qualquer das hipóteses supramencionadas, razão pela qual não vislumbramos óbices à sua aprovação.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela **aprovação** do Requerimento nº 100, de 2017.

Sala das Reuniões,

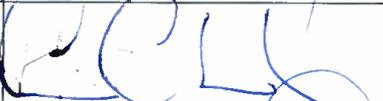
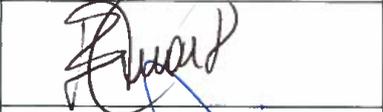
, Presidente

, Relator

hg2017-01176



2ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL - 2017**5 de abril de 2017, às 12:00**

Senador Eunício Oliveira Presidente	
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO

(RQS 100/2017)

EM SUA 2ª REUNIÃO, NO DIA 5.4.2017, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO DEFERIU O PRESENTE REQUERIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO.
AO PLENÁRIO PARA CONHECIMENTO.

05 de Abril de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Comissão Diretora





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 33, DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o processo REQUERIMENTO nº106, de 2017, do Senador Garibaldi Alves Filho, que Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, informações sobre notícia veiculada pela imprensa, no dia 9 de março de 2017, de que a pista do Aeroporto Internacional de Natal — Governador Aluizio Alves está com graves problemas e deverá ser fechada em breve para passar por uma reforma estrutural.

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira

RELATOR: Senador Zeze Perrella

05 de Abril de 2017



PARECER Nº , DE 2017

Da MESA, sobre o Requerimento nº 106, de 2017, do Senador Garibaldi Alves Filho, que *requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, informações sobre notícia veiculada pela imprensa, no dia 9 de março de 2017, de que a pista do Aeroporto Internacional de Natal — Governador Aluizio Alves está com graves problemas e deverá ser fechada em breve para passar por uma reforma estrutural.*



Relator: Senador **ZEZE PERRELLA**

I – RELATÓRIO

O Senador Garibaldi Alves Filho, com fundamento no art. 50, § 2º, da Carta Magna, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requer informações ao Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) sobre notícia veiculada pela imprensa, no dia 9 de março de 2017, de que a pista do Aeroporto Internacional de Natal — Governador Aluizio Alves – está com graves problemas e deverá ser fechada em breve para passar por uma reforma estrutural.

Na justificção, o autor ressalta que o Estado do Rio Grande do Norte depende economicamente do turismo e que o comprometimento do aeroporto de Natal poderia provocar um colapso na economia do Estado.



II – ANÁLISE

A proposição encontra fundamento no art. 49, inciso X, da Constituição Federal (CF), que declara a competência do Congresso Nacional para fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta; e também, no art. 50, § 2º, da CF, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Estão igualmente atendidas as condições estabelecidas no art. 216, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), combinado com o art. 1º, § 1º, e art. 2º, inciso I, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, segundo os quais os requerimentos de informação serão dirigidos a Ministro de Estado ou a titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão e admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto atinente à competência fiscalizadora desta Casa, vedada a inclusão de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

Constata-se, assim, que a proposição atende aos requisitos constitucionais e regimentais, bem como aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001.

Há, portanto, amparo constitucional e regimental à proposição ora examinada.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **APROVAÇÃO** do Requerimento nº 106, de 2017.

hr2017-01238



SF/17654.28625-74



4

3

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator



hr2017-01238



2ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL - 2017**5 de abril de 2017, às 12:00**

Senador Eunício Oliveira Presidente	
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO

(RQS 106/2017)

EM SUA 2ª REUNIÃO, NO DIA 5.4.2017, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO DEFERIU O PRESENTE REQUERIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO.
AO PLENÁRIO PARA CONHECIMENTO.

05 de Abril de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Comissão Diretora





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 34, DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o processo REQUERIMENTO nº130, de 2017, da Senadora Gleisi Hoffmann, que Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita que o presente requerimento seja devidamente processado e encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, para que providencie, no prazo constitucional e sob pena de prática de crime de responsabilidade, informações acerca do controle da publicidade e de patrocínios dos órgãos e das unidades da administração pública federal, direta e indireta, e de sociedades sob o controle da União.

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira

RELATOR: Senador Davi Alcolumbre

05 de Abril de 2017



2

PARECER Nº , DE 2017

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 130, de 2017, da Senadora Gleisi Hoffmann, que requer informações ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, “*acerca do controle da publicidade e de patrocínios dos órgãos e das unidades da administração pública federal, direta e indireta, e de sociedades sob o controle da União*”.



RELATOR: Senador **DAVI ALCOLUMBRE**

I – RELATÓRIO

Trata-se de Requerimento de Informação de interesse da Senadora Gleisi Hoffmann, pelo qual requer ao Exmo. Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, “para que providencie, no prazo constitucional e sob pena de prática de crime de responsabilidade, informações acerca do controle da publicidade e de patrocínios dos órgãos e das unidades da administração pública federal, direta e indireta, e de sociedade sob o controle da União”.

A matéria foi a mim distribuída pela Mesa, em 22/03/2017, para relatar.

II – ANÁLISE

DEFERIDO o RQS nº 130/2017.

Totalmente despiciendo deveria ser o presente Relatório, em respeito ao princípio da celeridade processual legislativa e às atribuições constitucionais contidas no art. 50, § 2º, da Carta Política de 1988. Todavia, permitimo-nos uma rápida digressão para justificar a parte preambular do presente relatório.



O Requerimento de Informação, como espécie de proposição que é, encontra-se regulamento no Regimento Interno do Senado Federal, em seus arts. 216 e 217, sendo instrumento constitucionalmente previsto como de atribuição do Congresso Nacional (art. 50, § 2º, CF/88).

Não obstante encontrar previsão no RISF, tem, nesta Casa, tramitação contrária ao princípio da celeridade e, mais do que isso, contrária ao propósito instrumentalizador do constituinte originário ao dar redação ao § 2º do art. 50 da CF/88, de forma a permitir ao parlamentar obter, em trinta dias, informações de pastas ministeriais e de órgãos subordinados à Presidência da República, tanto para instruir matérias em tramitação neste Poder, quanto servir para a plena consecução das atribuições parlamentares.

Registre-se, entretanto, que o RISF, regulamentado pelo Ato da Mesa nº 01, de 2001, dá tratamento restritivo à proposição legislativa, obliterando a atividade do Senador da República, censurando a iniciativa e, mais que isso, engessando o comando constitucional por estabelecer dificuldades e morosidade na sua tramitação, sem direito a recurso da decisão da Mesa.

Foi esse tratamento diferenciado ao parlamentar do Senado Federal em relação ao da Câmara de Deputados, que provocou este Relator a apresentar o PRS nº 25, protocolado em 26 de maio de 2015 (ainda hoje pendente de parecer), visando dar nova redação aos arts. 216 e 217 do RISF, bem como a adoção de procedimentos mais céleres, que preservem a autonomia do exercício da atividade para requerer informações, sem prévia censura, salvo se incorrer na inobservância das normas estabelecidas na nova redação nele proposta.

Assim, consoante o entendimento do constituinte originário, suprimimos a previsão do RISF quanto à necessidade de leitura prévia no período do Expediente para, somente então, haver o despacho à Mesa para deliberar sobre seu objeto.

Não há nada que justifique tamanha demora, capaz de tornar intempestiva a iniciativa do parlamentar, obstruir o prosseguimento da matéria que o autor pretendia ver esclarecida e, desnecessárias ou insuficientes as informações para elucidar a matéria pertinente à proposição em curso na Casa.

Da mesma forma, entendemos como inapropriada e contraproducente a designação de relator para apreciar o objeto de requerimento, como censor da matéria, com a atribuição de aprovar ou rejeitar, total ou parcialmente, seu conteúdo. É suficiente a pronta devolução ao autor, mediante recusa do requerimento de informação formulado de modo inconveniente ou que contrarie quaisquer dos incisos do *caput* da nova redação dada ao art. 216 do RISF.



4

3

III - VOTO

Considerando que a autora do Requerimento nº 130, de 2017, Senadora Gleisi Hoffmann, ateuve-se ao objeto do pedido e observou os limites insertos no inciso II do art. 216 do RISF vigente, nada obsta para sua APROVAÇÃO.

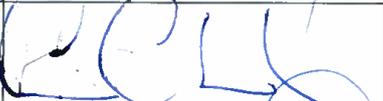
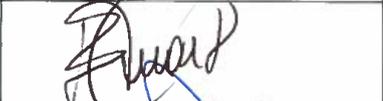
Sala da Comissão, de de 2017.

Senador **DAVI ALCOLUMBRE**, Relator.

, Presidente.



2ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL - 2017**5 de abril de 2017, às 12:00**

Senador Eunício Oliveira Presidente	
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO

(RQS 130/2017)

EM SUA 2ª REUNIÃO, NO DIA 5.4.2017, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO DEFERIU O PRESENTE REQUERIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO.
AO PLENÁRIO PARA CONHECIMENTO.

05 de Abril de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Comissão Diretora





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 35, DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o processo REQUERIMENTO nº131, de 2017, da Senadora Gleisi Hoffmann, que Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Justiça referentes ao emprego de recursos do Fundo Penitenciário Nacional após a edição da Medida Provisória nº 755, de 2016.

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira

RELATOR: Senador Davi Alcolumbre

05 de Abril de 2017



2

PARECER Nº , DE 2017

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 131, de 2017, da Senadora Gleisi Hoffmann, que requer informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre o emprego de recursos do Fundo Penitenciário Nacional após a edição da MPV nº 755/2016.

RELATOR: Senador **DAVI ALCOLUMBRE**

I – RELATÓRIO

Trata-se de Requerimento de Informação de interesse da Senadora Gleisi Hoffmann, pelo qual requer ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, *“para que providencie, no prazo constitucional e sob pena de prática de crime de responsabilidade, as informações referentes ao emprego de recursos do Fundo Penitenciário Nacional após a edição da Medida Provisória nº 755, de 2016”*.

A matéria foi a mim distribuída pela Mesa, em 22/03/2017, para relatar.

II – ANÁLISE

DEFERIDO o RQS nº 131/2017.

Totalmente despiciendo deveria ser o presente Relatório, em respeito ao princípio da celeridade processual legislativa e às atribuições constitucionais contidas no art. 50, § 2º, da Carta Política de 1988. Todavia, permitimo-nos uma rápida digressão para justificar a parte preambular do presente relatório.



O Requerimento de Informação, como espécie de proposição que é, encontra-se regulamento no Regimento Interno do Senado Federal, em seus arts. 216 e 217, sendo instrumento constitucionalmente previsto como de atribuição do Congresso Nacional (art. 50, § 2º, CF/88).

Não obstante encontrar previsão no RISF, tem, nesta Casa, tramitação contrária ao princípio da celeridade e, mais do que isso, contrária ao propósito instrumentalizador do constituinte originário ao dar redação ao § 2º do art. 50 da CF/88, de forma a permitir ao parlamentar obter, em trinta dias, informações de pastas ministeriais e de órgãos subordinados à Presidência da República, tanto para instruir matérias em tramitação neste Poder, quanto servir para a plena consecução das atribuições parlamentares.

Registre-se, entretanto, que o RISF, regulamentado pelo Ato da Mesa nº 01, de 2001, dá tratamento restritivo à proposição legislativa, obliterando a atividade do Senador da República, censurando a iniciativa e, mais que isso, engessando o comando constitucional por estabelecer dificuldades e morosidade na sua tramitação, sem direito a recurso da decisão da Mesa.

Foi esse tratamento diferenciado ao parlamentar do Senado Federal em relação ao da Câmara de Deputados, que provocou este Relator a apresentar o PRS nº 25, protocolado em 26 de maio de 2015 (ainda hoje pendente de parecer), visando dar nova redação aos arts. 216 e 217 do RISF, bem como a adoção de procedimentos mais céleres, que preservem a autonomia do exercício da atividade para requerer informações, sem prévia censura, salvo se incorrer na inobservância das normas estabelecidas na nova redação nele proposta.

Assim, consoante o entendimento do constituinte originário, suprimimos a previsão do RISF quanto à necessidade de leitura prévia no período do Expediente para, somente então, haver o despacho à Mesa para deliberar sobre seu objeto.

Não há nada que justifique tamanha demora, capaz de tornar intempestiva a iniciativa do parlamentar, obstruir o prosseguimento da matéria que o autor pretendia ver esclarecida e, desnecessárias ou insuficientes as informações para elucidar a matéria pertinente à proposição em curso na Casa.

Da mesma forma, entendemos como inapropriada e contraproducente a designação de relator para apreciar o objeto de requerimento, como censor da matéria, com a atribuição de aprovar ou rejeitar, total ou parcialmente, seu conteúdo. É suficiente a pronta devolução ao autor, mediante recusa do requerimento de informação formulado de modo inconveniente ou que contrarie quaisquer dos incisos do *caput* da nova redação dada ao art. 216 do RISF.



SF/17868.15418-71



4

3

III - VOTO

Considerando que a autora do Requerimento nº 131, de 2017, Senadora Gleisi Hoffmann, ateu-se ao objeto do pedido e observou os limites insertos no inciso II do art. 216 do RISF vigente, nada obsta para sua APROVAÇÃO.

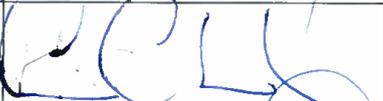
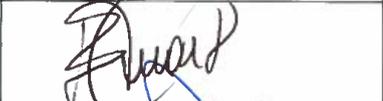
Sala da Comissão, de de 2017.

Senador **DAVI ALCOLUMBRE**, Relator.

, Presidente.



2ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL - 2017**5 de abril de 2017, às 12:00**

Senador Eunício Oliveira Presidente	
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO

(RQS 131/2017)

EM SUA 2ª REUNIÃO, NO DIA 5.4.2017, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO DEFERIU O PRESENTE REQUERIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO.
AO PLENÁRIO PARA CONHECIMENTO.

05 de Abril de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Comissão Diretora





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 36, DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o processo REQUERIMENTO nº685, de 2016, do Senador Humberto Costa, que Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Advogada-Geral da União sobre sua participação nos episódios que culminaram com a demissão do ex-advogado-geral da União Fábio Medina Osório.

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira

RELATOR: Senador José Pimentel

05 de Abril de 2017



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

PARECER N° , DE 2017

Da MESA, sobre o Requerimento nº 685, de 2016, do Senador Humberto Costa, que *requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Advogada-Geral da União sobre sua participação nos episódios que culminaram com a demissão do ex-advogado-geral da União Fábio Medina Osório.*



SF/17667.56140-00

Relator: Senador **JOSÉ PIMENTEL**

I – RELATÓRIO

O Senador Humberto Costa apresentou o Requerimento nº 685, de 2016, para que sejam solicitadas à Advogada-Geral da União informações *referentes à sua participação nos episódios que culminaram com a demissão do ex-advogado Geral da União, Fábio Medina Osório.*

Dessa forma, são formulados os seguintes questionamentos:

- Por quantas vezes Vossa Senhoria esteve em reunião com o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil? E em quantas delas tratou de assuntos referentes à Operação Lava Jato?
- Esclareça o papel da Advocacia Geral da União na responsabilização de agentes políticos pela prática de atos de improbidade administrativa revelados por meio da Operação Lava Jato.
- Há algum tipo de ordem ou orientação emanada pela Casa Civil, ou diretamente, da Presidência da República, que disponha sobre a atuação da Advocacia Geral da União relativamente à Operação Lava Jato?





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

3

- Houve deliberação por parte da Casa Civil, ou cumprimento de ordem emanada do Presidente da República, para que não fossem promovidas ações por parte da Advocacia Geral da União em face de agentes políticos envolvidos na Operação Lava Jato? - Quais os motivos para não encaminhar ao ex-advogado geral da União o material disponibilizado pelo Supremo Tribunal Federal relativamente a investigações da Operação Lava Jato?

Argumenta o autor do Requerimento que foram veiculadas na imprensa notícias a respeito de uma possível tentativa de o Governo Federal, por intermédio da Casa Civil da Presidência da República, dificultar a investigação e o eventual ressarcimento dos prejuízos aos cofres públicos apurados na Operação Lava Jato. Nesse sentido, houve a publicação da entrevista do Ex-Advogado-Geral da União, em que se afirma possível atuação de agentes públicos para tal desiderato.

Nos termos do art. 216, inciso III, do RISF e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

O art. 216 do RISF dispõe que os pedidos de informações, previstos no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora; não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija; e, lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão.

De fato, deve ser esclarecida a situação mencionada no Requerimento.

A Operação Lava Jato é uma das maiores investigações criminais em curso em nosso País e tem alcançado resultados importantes que merecessem ser analisados judicialmente e pela sociedade como um todo, inclusive pelo Poder Legislativo.

São graves as notícias que indicam uma possível participação da Casa Civil da Presidência da República na tentativa de criar obstáculos à Operação e ao respectivo ressarcimento dos cofres públicos pelos prejuízos decorrentes de desvios e malversação decorrentes de atos ilícitos.



SF/17667.56140-00



4



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

É necessário que a atual titular da Advocacia-Geral da União esclareça a atuação do órgão que dirige, de modo a evidenciar se houve instruções da Casa Civil da Presidência da República e, em caso positivo, quais foram as providências adotadas relacionadas à Operação Lava Jato, especialmente sobre o ressarcimento dos prejuízos experimentados pelos cofres públicos. A partir dessas informações poderá o Senado Federal avaliar as possibilidades constitucionais de exercício de suas demais competências fiscalizatórias.



III – VOTO

Diante do exposto, vota-se pela aprovação do Requerimento nº 685, de 2016.

Sala das Reuniões, de de 2017.

, Presidente

, Relator



2ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL - 2017**5 de abril de 2017, às 12:00**

Senador Eunício Oliveira Presidente	
Senador Cássio Cunha Lima 1º Vice-Presidente	
Senador João Alberto Souza 2º Vice-Presidente	
Senador José Pimentel 1º Secretário	
Senador Gladson Cameli 2º Secretário	
Senador Antonio Carlos Valadares 3º Secretário	
Senador Zeze Perrella 4ª Secretário	
Senador Eduardo Amorim 1º Suplente de Secretário	
Senador Sérgio Petecão 2º Suplente de Secretário	
Senador Davi Alcolumbre 3º Suplente de Secretário	
Senador Cidinho Santos 4º Suplente de Secretário	



DECISÃO DA COMISSÃO

(RQS 685/2016)

EM SUA 2ª REUNIÃO, NO DIA 5.4.2017, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO DEFERIU O PRESENTE REQUERIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO.
AO PLENÁRIO PARA CONHECIMENTO.

05 de Abril de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Comissão Diretora



Projeto de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, DE 2017

Disciplina a veiculação de publicidade comercial nos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens explorados por entidades estatais.

AUTORIA: Senador Thieres Pinto

DESPACHO: Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Senador THIERES PINTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Disciplina a veiculação de publicidade comercial nos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens explorados por entidades estatais.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei disciplina a veiculação de publicidade comercial nos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens explorados por entidades estatais.

Art. 2º Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens explorados por entidades estatais das esferas federal, estadual e municipal poderão veicular, em sua programação, por tempo não superior a cinquenta por cento do total e mediante remuneração, peças publicitárias comerciais de entidades de direito público e de direito privado, inclusive anúncios de produtos e de serviços.

Art. 3º A remuneração obtida com a veiculação de publicidade comercial deverá custear, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da programação.

Art. 4º O art. 11, da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 11.**

.....
VII – de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, bem como de publicidade comercial.

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314





SENADO FEDERAL
Senador THIERES PINTO

.....
.....“ (NR)

Art. 5º O art. 19, da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 19.** As entidades que absorverem atividades de rádio e televisão educativa poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, bem como publicidade comercial.” (NR)

Art. 6º Fica revogado o § 5º, do art. 32, da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens explorados por entidades estatais são, atualmente, proibidos de veicular publicidade comercial. Dessa maneira, suas fontes de recursos são limitadas. Na prática, essas emissoras dependem de recursos públicos para manter sua programação de atividades.

Essa situação tem consequências indesejáveis. Primeiramente, como os serviços de radiodifusão tornam-se fonte de despesas para os governos, eles têm seus orçamentos substancialmente reduzidos, especialmente em momentos de crise fiscal, como o que vivemos. Com isso, a qualidade da programação é comprometida.

Ademais, a forte dependência financeira impede que essas emissoras tenham a necessária independência política, forçando-as a adotar uma postura de subserviência. Dessa forma, fica irremediavelmente comprometida a função desses importantes serviços.

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17086.98665-09





SENADO FEDERAL
Senador THIERES PINTO

Outro aspecto relevante a ser considerado é que os recursos arrecadados irão suprir a necessidade periódica de manutenção dos equipamentos e pagamento aos colaboradores e prestadores de serviços.

Pelo exposto, apresentamos o presente projeto, que tem por objetivo garantir aos serviços de radiodifusão explorados por entidades estatais meios para sua sobrevivência e para garantir sua real independência.

Sala das Sessões,

Senador THIERES PINTO



Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.637, de 15 de Maio de 1998 - 9637/98

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9637>

- artigo 19

- Lei nº 11.652, de 7 de Abril de 2008 - 11652/08

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2008;11652>

- artigo 11

- Lei nº 12.485, de 12 de Setembro de 2011 - Lei da TV Paga; Lei da TV por Assinatura; Lei do SeAC; Lei do Serviço de Acesso Condicionado - 12485/11

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2011;12485>

- parágrafo 5º do artigo 32



Término de prazos



Esgotou-se em 5 de abril o prazo, sem interposição do recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado n^{os} 379, de 2008; 739, de 2011; e 51, de 2016.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos de Lei do Senado n^{os} 379, de 2008; e 739, de 2011, rejeitados, vão ao Arquivo; e o Projeto de Lei do Senado n^o 51, de 2016, aprovado, vai à Câmara dos Deputados.

Esgotou-se em 5 de abril o prazo, sem interposição do recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Decreto Legislativo n^{os} 149, 152, 167, 372 e 380, de 2015; 41 e 58, de 2016.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela CCT, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se no dia 5 de abril o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo n^{os} 38 a 40, de 2017.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias constam da Ordem do Dia.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

PMDB - Airton Sandoval* (S)
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Thieres Pinto** (S)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 22

Airton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 16 PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12 PP-7 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11 PT-10 / PDT-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10 PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9 PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1 PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Thieres Pinto.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
------------------	----

PMDB.	22
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Thieres Pinto** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">PMDB - 22 Líder Renan Calheiros - PMDB (103,123) Vice-Líderes Kátia Abreu (125) Valdir Raupp (124)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16 Líder José Agripino - DEM (32,51) Vice-Líderes Ricardo Ferraço (78,85,112) Davi Alcolumbre (74,87) Atáfides Oliveira (75) Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (102) Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (99) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51) Líder do PV - 1 Alvaro Dias (17,65)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12 Líder Wilder Moraes - PP (38,122) Vice-Líderes Benedito de Lira (107) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (107) Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,101) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11 Líder Gleisi Hoffmann - PT (56,57,66,83,114,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,27,116) Lindbergh Farias (29,59,62,89) Regina Sousa (35) Líder do PT - 10 Gleisi Hoffmann (56,57,66,83,114,121) Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (29,59,62,89) Fátima Bezerra (28,61,93) Líder do PDT - 1 Acir Gurgacz (3,27,116)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10 Líder João Capiberibe - PSB (1,13,113) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (52,71) Vanessa Grazziotin (15,20) Líder do PSB - 7 Fernando Bezerra Coelho (100) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,110) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (15,20) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (18,23,91)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,108) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (106) Vice-Líder do PR Magno Malta (109) Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (111) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p style="text-align: center;">Governo Líder Romero Jucá - PMDB (119) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (100) José Medeiros (9,12,21,88) Davi Alcolumbre (74,87) Hélio José (42,48,86) Ricardo Ferraço (78,85,112)</p>	<p style="text-align: center;">Maioria Líder Renan Calheiros - PMDB (103,123)</p>	<p style="text-align: center;">Minoria Líder Humberto Costa - PT (16,19,50,53,79,90,115)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
10. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
15. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
16. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
17. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
18. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
20. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
28. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. n° 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG n° 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).



67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Teilmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
100. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
102. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
103. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017)
104. Em 31.01.2017, o Senador Teilmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
105. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
106. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
107. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
108. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
109. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 2º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017)
125. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
 Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
 Senador José Maranhão (PMDB-PB)
 Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
 Senador Paulo Rocha (PT-PA)
 Senador Lasier Martins (PSD-RS)
 Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
 Senador Jorge Viana (PT-AC)
 Senador Hélio José (PMDB-DF)
 Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
 Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
 Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
 Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
 Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



**2) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO
DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------



3) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



4) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.
*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DA PREVIDÊNCIA

Finalidade: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 21/03/2017

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
	1.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾	1. Senador Eduardo Braga ^(6,9)
Senador Roberto Requião ^(6,9)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁶⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁶⁾	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁶⁾	5.
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	6. ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽³⁾
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,10)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(8,10)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾	2. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽⁶⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,11,13)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-GLDEM).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-LBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz(Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado(Of. 53/2017-GLBPRD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Simone Tebet ⁽⁷⁾	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Dário Berger ⁽⁷⁾	2. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁷⁾	3.
Senador José Maranhão ⁽⁷⁾	4.
Senador Raimundo Lira ⁽⁷⁾	5.
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	4. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾
VAGO ^(1,9)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	1. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽³⁾
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽³⁾	3. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁸⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽¹¹⁾	1. Senador Aírton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(2,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁶⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁶⁾	2. VAGO ^(6,12)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

3. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).

13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).

14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1.
VAGO	2.
VAGO	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO (6,10)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO (1,8)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (7)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1.
Senador Romário (PSB-RJ) (2)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Thieres Pinto (PTB-RR) (5)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. n° 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. n° 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. n° 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. n° 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. n° 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. n° 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. n° 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. n° 103/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁵⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. n° 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. n° 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. n° 1/2017-CRE).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. n° 29/2017-BLOMOD).
- Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. n° 106/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).

13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga ⁽⁷⁾	2. Senadora Kátia Abreu ^(7,9,10)
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	3. Senadora Rose de Freitas ⁽⁷⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁷⁾	4. Senador Jader Barbalho ⁽⁷⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁷⁾	5. Senador Valdir Raupp ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽³⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽³⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,8,11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	2. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁵⁾
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ^(4,12)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. VAGO ^(7,15)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁶⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDDB).

15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30min -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽²⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁵⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varela

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁸⁾	1. Senador Airton Sandoval ⁽¹⁰⁾
VAGO ^(8,12)	2. Senador Hélio José ⁽¹¹⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾	3.
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁵⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
7. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
9. Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
10. Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
11. Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
12. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).



Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras 8h:30min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras 8h:30min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾
Senador Hélio José ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁷⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Bruno Souza de Barros**Telefone(s):** 3303 1095**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾	1.
Senador Airton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2.
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3.
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1.
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Thieres Pinto (PTB-RR) ⁽⁸⁾	1.
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁸⁾	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).

12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).

Secretário(a): Raimundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.
VAGO	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO (2,3,4,5,6)

Atualização: 08/02/2017

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

**. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.
4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. n° 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga em 04/10/2016, conforme Of.n° 0054/2016-BLOMOD.
6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** (9,10,11,12)**VICE-PRESIDENTE:** (9)**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO (2)
PSDB	VAGO
PSB	VAGO
PDT	VAGO
PR	VAGO (3,4,5,6,7,8,13,14)
PSD	VAGO (3,4,5,6,7,8,14)
DEM	VAGO (3,4,5,6,7,8,14)
PP	VAGO (3,4,5,6,7,8,14)
PTB	VAGO (10,12)
PPS	VAGO (3,4,5,6,7,8,14)
PCdoB	VAGO (3,4,5,6,7,8,14)
PSC	VAGO (3,4,5,6,7,8,14)
PRB	VAGO (1,15,16,17,18)
REDE	VAGO

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.

3. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

4. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

5. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

6. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
7. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
8. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
9. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
10. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
11. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
13. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
14. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
15. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
16. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
17. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
18. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (7,8)
VICE-PRESIDENTE: (2)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO (3)
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO (1,4,5,6,9,10,11)
	REDE
	VAGO

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga, conforme Of. nº 0054/2016, datado de 04/10/2016.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Eduardo Lopes, conforme o Of. nº 0054/2016-BLOMOD, datado e lido no Plenário do Senado Federal em 04/10/2016.
7. Em 04/10/2016, o Senador Marcelo Crivella reassumiu a Presidência do Conselho.
8. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência o Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
9. O Senador Marcelo Crivella renunciou ao mandato de Senador da República devido a sua posse como Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a partir de 01.01.2017.
10. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.nº 002/2017-LIDPRB.
11. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** ⁽³⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO ^(2,4,5,6)
PSOL
VAGO ⁽¹⁾

Atualização: 18/10/2016**Notas:**

* Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

**. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ⁽²⁾

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO ⁽³⁾
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO ^(1,4,5,6,7)
REDE
VAGO

Atualização: 11/11/2015

Notas:

* Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS)	
PT	
Senadora Fátima Bezerra (RN)	
PSDB	
Senador Antonio Anastasia (MG)	
PSB	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)	
PDT	
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	
PR	
Senador Wellington Fagundes (MT)	
PSD	
Senador Sérgio Petecão (AC)	
DEM	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	
PP	
Senadora Ana Amélia (RS)	
PTB	
VAGO ⁽²⁾	
PPS	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	
PCdoB	
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)	
PSC	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	
PRB	
Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,4,5,6)	
REDE	
Senador Randolfe Rodrigues (AP)	

Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro(Of. 1/2016-GSAMON).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.
4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (2)

VICE-PRESIDENTE: (2)

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
VAGO
PCdoB
VAGO (1)
PDT
VAGO
PMDB
VAGO
PP
VAGO
PPS
VAGO
PR
VAGO (3)
PRB
VAGO (4,5,6,7)
PSB
VAGO
PSC
VAGO
PSD
VAGO
PSDB
VAGO
PT
VAGO
PTB
VAGO
REDE
VAGO

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PV
PTC

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561
E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

